

PLURALIDADE E EDUCAÇÃO:

panorama da pesquisa científica
no IFRO, *Campus Porto Velho*
Calama

Xênia de Castro Barbosa
Kaio Alexandre da Silva
Deivis Nascimento dos Santos
Leonardo Felizardo Ferreira
(Organizadores)



INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA

REITOR

Uberlando Tiburtino Leite

PRÓ-REITOR DE ENSINO

Edslei Rodrigues de Almeida

PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Maria Fabíola Moraes A. Santos

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Gilmar A. Lima Junior

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Maria Goreth A. Reis

PRÓ-REITORA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Jéssica C. Pereira Santos

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PORTO VELHO – CALAMA

Leonardo Pereira Leocádio

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DO CAMPUS PORTO VELHO - CALAMA

Xênia de Castro Barbosa

**Pluralidade e Educação: panorama da pesquisa
científica no IFRO, *Campus* Porto Velho
Calama**



Comissão científica

- Antonella Gasbarri – Università degli Studi dell’Aquila
Carlos Alberto Bezerra Tomaz – Universidade Ceuma
Luiz Fernando Dias Pita – UERJ
Maria Clotilde Henriques Tavares – UnB
Carlos Alberto Paraguassú-Chaves – UFMA

Comissão editorial

- Eder Cassola Molina – USP
Júlio César Barreto Rocha – UNIR
Miguel Nenevé – UNIR
Nair Ferreira do Amaral Gurgel – UNIR
Valdir Vegini – UNIR

Conselho Científico da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2019

- Suzana Lopes Salgado Ribeiro – UFMS
Marcela Evangelista Boni – NEHO/USP
Rauldenis Almeida Fonseca Santos – IFRO
Saulo Gomes de Sousa – IFRO
Nilza Menezes – TJ/RO
Verônica Aparecida Silveira Aguiar – UNIR

Xênia de Castro Barbosa
Kaio Alexandre da Silva
Deivis Nascimento dos Santos
Leonardo Felizardo Ferreira
(organizadores)

**Pluralidade e Educação: panorama da pesquisa
científica no IFRO, *Campus* Porto Velho
Calama**

Temática
Porto Velho – Rondônia
2020

© by Xênia de Castro Barbosa, Kaio Alexandre da Silva, Deivis Nascimento dos Santos, Leonardo Felizardo Ferreira

Temática Editora
Rua Prudente de Moraes, 2421 Centro
Porto Velho-RO
(69) 9.9246-7839
tematicaeditora@gmail.com

Comissão Técnica

Abel Sidney
Preparação de originais e revisão

Rogério Mota
Capa

Livro publicado com recurso das Chamada MCTIC/CNPq/SNCT-2019, Processo 441564/2019-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P737

Pluralidade e Educação : panorama da pesquisa científica no IFRO,
Campus Porto Velho Calama / Xênia de Castro Barbosa ... [et al.]. –
Porto Velho :
2,641 MB

ISBN 978-65-991205-2-7 (e-book)

1. Pesquisa - educação. I. Barbosa, Xênia de Castro, org.. II. Silva,
Kaio Alexandre da, org.. III. Santos, Deivis Nascimento dos, org..
IV. Ferreira, Leonardo Felizardo, org.. V. Título.

CDD 370.7
CDU 371.385.4

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Zane S. S. Santos CRB 11/1081

PREFÁCIO

A comunicação científica é uma necessidade do fazer científico e cumpre funções diversas: por em circulação as teorias e resultados dos estudos, validá-las ou refutá-las junto aos pares, satisfazer exigências institucionais e aspirações pessoais, educar para a ciência, registrar o estado da arte, as trajetórias percorridas, sinalizando o que foi feito e o que ainda está por se fazer. É, em todos os casos, um exercício indispensável, que responde ao dever de verdade ensejado na ética da pesquisa.

A obra aqui apresentada nos alegra por reunir, pela primeira vez, o conjunto das pesquisas desenvolvidas pelos servidores e estudantes do Campus Porto Velho Calama e apresentadas no contexto da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência, Tecnologia e Comunicações do ano de 2019.

Ela é composta, caros leitores, de várias pesquisas científicas relevantes, que expressam o empenho de pesquisadores e grupos de pesquisa da casa, muitos dos quais se congregam com pesquisadores e grupos da Universidade Federal de Rondônia, atestando diálogos e parcerias muito salutares.

Tal obra não seria possível sem o esforço pessoal da professora Xênia de Castro Barbosa e de toda a equipe do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do IFRO - Campus Porto Velho Calama. A busca de recurso, a organização de uma Semana Nacional de Ciência e Tecnologia produtiva e eficiente e principalmente a vontade de fazer acontecer são características claras empregadas por toda equipe.

Fica evidente neste compilado de pesquisas quão robusta e plural, rica e diversa é a produção de conhecimento da nossa

unidade. Esta pluralidade de temas problemas e métodos é nossa guia para você, leitor, entender como está o panorama da pesquisa científica no nosso Campus.

Os capítulos, bem estruturados, nos levam a assuntos interessantes, de leituras fáceis e relevantes. A qualidade dos artigos já é apresentada desde a primeira leitura. Temas atuais são colocados e nos trazem a reflexão do nosso entorno. Artigos que trazem conhecimento e nos colocam a pensar.

Destaco ainda a importância deste trabalho para a iniciação científica. Um espaço relevante para os estudantes publicarem os resultados de suas pesquisas e um incentivo para continuarem neste caminho rico e virtuoso que é o da produção de conhecimento. Incentivo de grande valia em um momento onde a ciência é questionada e até sobreposta por achismos e ideologias de alguns poucos que acabam por fazer um grande barulho. Devemos continuar firme no caminho da ciência.

Faço um convite sincero a você: se dê a esta oportunidade. Leia este trabalho e ao fim tenho certeza que terá a convicção de um tempo bem investido. Esta obra é o que nosso campus ansiava havia tempos.

Leonardo Pereira Leocádio

Porto Velho, RO

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

PARTE I

HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

OS SERTÕES E AS AÇÕES DOS QUILOMBOLAS NA AMÉRICA PORTUGUESA 16

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira

FEMINIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: AS CONQUISTAS E OS IDEAIS DE TRANSFORMAÇÃO 39

Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles

João Guilherme Rodrigues Mendonça

COMPORTAMENTO FEMININO DESEJÁVEL EM LUCÍOLA, DE JOSÉ DE ALENCAR 40

Janaina Kelly Leite Chaves

Patrícia Pereira da Silva,

Sônia Maria Gomes Sampaio

AS IMPLICAÇÕES DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NO RENDIMENTO ESCOLAR DOS ESTUDANTES DO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA: UM OLHAR DE PROFESSORES E TÉCNICOS 74

Waleska Juracy Araújo de Lima

Elza Paula Silva Rocha

Iranira Geminiano de Melo

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO DOCENTE EM CONJUNTO COM O PIBID NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA 88

Sérgio Abner Alencar de França

Adolfo Mateus Souza de Carvalho

Veronica Aparecida Silveira Aguiar

PARTE II

EXPERIÊNCIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS CONCERNENTES AOS
HAITIANOS/AS EM PORTO VELHO-RO 115

Tiago Lins de Lima

Melissa Reis Martins

Joice Lani de Araujo Montenegro

Fabiane da Silva Araújo

QUEM É O MIGRANTE VENEZUELANO? UM ESTUDO EM PORTO VELHO-
RO 143

Márcia Letícia Gomes

Rodrigo Fernando Roca Costa

Marcelia Letícia Bazilio Castro da Silva

Karolaine Rauana Botelho Fernandes

DA UTOPIA À DISTOPIA: A NOVA MUTUM PARANÁ-RO 155

Tadisson Silva de Souza

Raaby Liandry de Souza Teixeira

Xênia de Castro Barbosa

PARTE III

MEIO AMBIENTE E SAÚDE

ANÁLISE DO ESTILO DE VIDA DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL
DE RONDÔNIA 177

Roseli Ferreira Lima de Oliveira

Iranira Geminiano de Melo

George Madson Dias Santos

Matheus Magalhães Paulino Cruz

Célio José Borges

AMBIENTE E SAÚDE: CORRELAÇÕES ENTRE PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E VULNERABILIDADE SOCIAL NO TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE RIO MACHADO 193

Xênia de Castro Barbosa

Pedro Rammon dos Santos Silva

José Henrique dos Santos Nogueira

PERFIL ANTROPOMÉTRICO, BIOQUÍMICO E NUTRICIONAL DE USUÁRIOS DO GRUPO HIPERDIA 217

Iranira Geminiano de Melo

Andrea Ferreira Gomes

Cleson Oliveira de Moura

Flávio Simão

Walquíria da Costa Batista

Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves

INFORMAÇÕES SOBRE AS AUTORAS E AUTORES 237

APRESENTAÇÃO

Este livro é resultado de pesquisas desenvolvidas por servidores e estudantes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, em sua maioria do Campus Porto Velho Calama, e de servidores e estudantes da Universidade Federal de Rondônia. Ele revela, sobretudo, os caminhos plurais que a pesquisa científica tem percorrido nesta unidade educacional, seus arranjos, desafios e diálogos interinstitucionais. Nele fica evidente a Educação como eixo central de todas essas reflexões e o olhar atento para a diversidade social e ambiental que nos cerca.

Os textos que compõem esta coletânea foram apresentados, discutidos e amadurecidos durante e após a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia de 2019, a qual teve por tema: “Bioeconomia: diversidade e riqueza para desenvolvimento sustentável”. Semana esta que pudemos realizar graças à aprovação do projeto “Bioeconomia e sustentabilidade na Amazônia: possibilidades agroecológicas” junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTI, e graças ao apoio institucional do Campus Porto Velho Calama, por meio de suas diretorias, coordenações e de seus pesquisadores.

Este livro responde a uma demanda reprimida desde 2012, no que diz respeito à reunião e organização de coletâneas das pesquisas desenvolvidas em nível de Iniciação Científica e de grupos de pesquisa no Campus Porto Velho Calama. Face ao exposto, é uma alegria para nós, do Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (Depesp) compartilhar essa obra com vocês.

A obra está estruturada em três partes. A primeira, intitulada “História, Educação, Diversidade” é composta pelos seguintes capítulos: “Os sertões e as ações dos quilombolas na América Portuguesa”, de autoria de Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira; “A Feminização na educação: as conquistas e os ideais de transformação”, de Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles e João Guilherme Rodrigues Mendonça, “Comportamento feminino desejável em *Lucíola*, de José de Alencar”, de Janaina Kelly Leite Chaves, Patrícia Pereira da Silva, Sônia Maria Gomes Sampaio; “As

implicações das atividades extraclasse no rendimento escolar dos estudantes do Campus Porto Velho Calama: um olhar de professores e técnicos”, de autoria de Waleska Juracy Araújo de Lima, Elza Paula Silva Rocha, Iranira Geminiano de Melo; e do texto “A importância do estágio docente em conjunto com o Pibid na formação do acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia”, de Sérgio Abner Alencar de França, Adolfo Mateus Souza de Carvalho e Veronica Aparecida Silveira Aguiar.

Em “Os sertões e as ações dos quilombolas na América Portuguesa” encontramos um sofisticado estudo historiográfico acerca do fenômeno do banditismo social nas Minas Gerais do período colonial e imperial. O estudo aborda o imaginário sobre o “sertão”, a formação de quilombos em seu espaço e a violência perpetrada (e também sofrida) por quilombolas e bandos de salteadores nos sertões mineiros.

Na esteira do Novo Feminismo, o texto “A Feminização na educação: as conquistas e os ideais de transformação” aborda relações sociais de gênero que configuraram as profissões ligadas ao ensino como adequadas às mulheres – em detrimento de outras, tidas como exclusivas aos homens. O texto aponta para o fato de que mesmo sendo maioria na Educação Básica as mulheres ainda sofrem preconceitos e restrições quando o assunto é acesso a cargos de chefia e direção e são também criticadas por sua afetividade e diferença. O texto discute ainda sobre o papel da escola no combate à desigualdade de gênero, tema que se mostra atual e pertinente.

“Comportamento feminino desejável em *Lucíola*, de José de Alencar” esboça, sob a perspectiva da Análise do Discurso, uma fértil análise das expectativas sociais de gênero acerca da mulher e sua sexualidade no contexto do Romantismo brasileiro, evidenciando as limitações das personagens e do próprio autor-sujeito em romper com essas expectativas.

Em “As implicações das atividades extraclasse no rendimento escolar de estudantes do Campus Porto Velho Calama: um olhar de professores e técnicos” nos deparamos com um estudo de riqueza empírica acerca da percepção social dos benefícios e prejuízos que atividades

extraclasse, como treinamento esportivo e pesquisa oferecem a estudantes do Ensino Médio Integrado ao Técnico.

O primeiro capítulo é encerrado com a reflexão “A importância do estágio docente em conjunto com o Pibid na formação do acadêmico de História da Universidade Federal de Rondônia”, que aponta para questões importantes como o fortalecimento de políticas públicas como o Pibid, os desafios do estágio docente e da relação escola-comunidade.

A segunda parte, denominada “Experiências de desterritorialização e reterritorialização” é formada pelos capítulos: “Migração e direitos humanos: desafios concernentes aos haitianos/as em Porto Velho-RO”, assinado por Tiago Lins de Lima e as bolsistas Melissa Reis Martins, Joice Lani de Araujo Montenegro e Fabiane da Silva Araújo. Dando continuidade às reflexões sobre migração e direitos humanos temos o texto: “Quem é o migrante venezuelano? Um estudo em Porto Velho-RO”, de Márcia Letícia Gomes, Rodrigo Fernando Roca Costa, Marcelia Letícia Bazilio Castro da Silva e Karolaine Rauana Botelho Fernandes; e na sequência, “Da utopia à distopia: A Nova Mutum- Paraná-RO”, de Tadisson Silva de Souza, Raaby Liandry de Souza Teixeira e Xênia de Castro Barbosa.

No texto “Migração e direitos humanos: desafios concernentes aos haitianos/as em Porto Velho-RO” encontramos uma sólida reflexão sobre os desafios da migração haitiano no contexto de seu quadro sociopolítico e ambiental recente. A efetivação dos direitos humanos desses imigrantes na sociedade portovelhense dá a tônica do debate.

“Quem é o migrante venezuelano? Um estudo em Porto Velho-RO” aborda, em linhas gerais, a crise política e econômica contemporânea enfrentada pela Venezuela e o deslocamento internacional de sua população como um de seus desdobramentos, buscando construir um perfil desse imigrante radicado em Porto Velho-RO.

Na esteira dos estudos concernente aos deslocamentos espaciais humanos, “Da utopia à distopia: A Nova Mutum-Paraná-RO” discute a problemática da desterritorialização da população de Mutum-Paraná, impelida à vida em novo espaço em função da construção da usina hidrelétrica de Jirau, em Porto Velho.

A terceira parte da obra: “Meio ambiente e saúde” apresenta estudos que delinham conexões entre ambiente e saúde considerando situações e atores específicos, tanto em zona urbana quanto em zona rural.

Em “Análise do estilo de vida de estudantes da Universidade Federal de Rondônia”, de Roseli Ferreira Lima de Oliveira, Iranira Geminiano de Melo, George Madson Dias Santos, Matheus Magalhães Paulino Cruz e Célio José Borges, nos deparamos com um produto inovador: o Pentáculo do Bem-estar, que informa de forma individualizada o perfil de saúde de cada entrevistado, considerando aspectos do estilo de vida e da relação com o meio habitado.

“Ambiente e saúde: correlações entre perfil epidemiológico e vulnerabilidade social no Território Rural de Identidade Rio Machado”, de Pedro Rammom dos Santos Silva, José Henrique dos Santos Nogueira e Xênia de Castro Barbosa, discutem aspectos do perfil epidemiológico da população residente no Território Rural de Identidade Rio Machado, no interior do estado de Rondônia, relacionando-os com os fatores ambientais mais evidentes, indicando estar ocorrendo processo de transição epidemiológica de tipo prolongado, em razão de alterações no meio ambiente e no estilo de vida daquela população.

No texto “Perfil antropométrico, bioquímico e nutricional de usuários do Grupo Hiperdia” somos informados dessa importante política pública (Programa Hiperdia), de acompanhamento de hipertensos e diabéticos na rede pública de saúde. O estudo liderado pela professora Iranira Geminiano de Melo analisou o perfil antropométrico, bioquímico e nutricional de usuários do grupo Hiperdia da Unidade de Saúde da Família (USF) Aponiã, em Porto Velho-RO, e propôs orientações para definição do perfil de saúde dos usuários do referido programa.

Desejamos a todos uma boa leitura!

Os organizadores

Porto Velho, 30 de janeiro de 2020

PARTE I



HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE

OS SERTÕES E AS AÇÕES DOS QUILOMBOLAS NA AMÉRICA PORTUGUESA

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira

Resumo

O presente estudo versa sobre as representações sociais dos sertões e das ações quilombolas na América Portuguesa. Visa discutir as principais ideias concernentes às referidas representações e seus significados sociais no contexto histórico abordado. Trata-se de investigação histórica desenvolvida com base no método da pesquisa bibliográfico-documental. As análises foram embasadas em literatura concernente ao tema, especialmente em Anastasia (2005), Amantino (2001), Mello e Souza (1996, 1999), Reis; Gomes (1996). Os resultados apontam que, embora quilombolas tenham praticado a violência, esta não foi uma prerrogativa exclusiva deles, sendo o processo colonial ele próprio altamente violento. Quanto aos sertões, configuraram-se como espaços desafiadores da ordem pública, espaços de perigos, dado seu caráter remoto e de povoação rarefeita, mas também espaço de promessas de riquezas e esperanças de uma vida melhor.

Palavras-chave: Brasil Colônia. Fronteiras. Violência.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo discorrer sobre as ações dos quilombolas nos sertões da América Portuguesa. Foi desenvolvido com vistas a contribuir com as discussões do simpósio temático “História, Cultura e Ensino” da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFRO – Campus Porto Velho Calama e resulta de investigação desenvolvida de forma livre no âmbito do Núcleo de Estudos Históricos e Literários (Nehli), na referida unidade de ensino.

Os sertões da América Portuguesa eram vistos como palcos privilegiados das manifestações diabólicas da violência, do medo, do

pânico exacerbado, das guerras, das manifestações da dor, do sobrenatural e dos perigos representados pela natureza. Cachoeiras e rios perigosos, animais selvagens, matas fechadas, picadas ilegais, índios bravos, quilombolas, assassinos e de toda desordem representada por tudo aquilo que se distanciava do moderno: cidades e vilas oficialmente representadas pelo elemento branco e dotadas de autoridades régias e eclesiásticas (Anastasia, 2005).

Os negros escravizados, por sua vez, constituíam a força de trabalho fundamental da colônia portuguesa na América. Para Nascimento,

O papel do negro foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo a estrutura econômica do país jamais teria existido. [...] Ele plantou, alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca. Tanto nas plantações de cana-de-açúcar e café e na mineração, quanto nas cidades, o africano incorporava e as mãos e os pés das classes dirigentes que não se degradavam em ocupações vis como aquelas do trabalho braçal (Nascimento, 2016, p. 59).

Diante do exposto, é compreensível o desejo dos portugueses em controlar os corpos e mentes desses homens e mulheres, subjugando-os à sua vontade, assim como é legítimo o desejo dos segundos em se libertar da opressão imposta, formando quilombos no interior do território.

MATERIAIS E MÉTODOS

Partimos da bibliografia especializada sobre o assunto (Guimarães, 1988; Amantino, 2001; Furtado, 2008; Mello e Souza,

1996, 1999), dentre outros, para descrever o conceito e as ações destes agrupamentos de negros fugidos. Não por acaso, desenvolvemos uma breve discussão sobre o espaço onde estes sujeitos atuavam: os sertões, também conhecidos como as áreas de fronteiras da colônia. Região selvagem, inóspita, o sertão era o espaço de atuação dos mocambos, dos salteadores, dos indígenas e de todo elemento indesejado pela coroa portuguesa.

O negro quilombola, ou simplesmente um negro fugido a vagar pelos sertões sem um senhor que o acompanhasse, também era visto como um elemento inóspito. Todos eram vistos como seres indesejáveis, avessos ao projeto colonizador que se pretendia, de modo relativamente ineficaz, aos trópicos.

Quilombos e mocambos eram vistos como redutos de criminosos, gente indômita e perigosa que tinha como hábito assaltar e matar os colonos que transitavam pelos sertões. Não obstante alguns mocambos agirem por meio da rapina, esses redutos possuíam ações diversificadas. Na maioria das vezes, reuniam-se em agrupamentos com o único objetivo de sobreviverem sem as mazelas do sistema escravista. Procuravam organizar-se em núcleos que variavam de uma economia autossustentável a uma economia dependente.

Por não serem iguais e não seguirem necessariamente um padrão, mas apresentarem configurações distintas, os quilombos catalisam desafios analíticos próprios. Segundo Márcia Amantino,

Pensando neste quadro complexo que envolve numerosos quilombos e suas características específicas, percebeu-se que seria necessário estabelecer uma maneira que, de alguma forma, permitisse um enfoque particular para

cada tipo de estrutura quilombola. Um quilombo com uma população de centenas de pessoas, com agricultura, armazéns, paióis, lideranças e outros elementos, não poderia ser analisado da mesma forma que um outro formado por algumas poucas pessoas errantes e escondidas no meio dos matos, sem economia própria e sem lideranças. Seria necessário dividi-los segundo suas características internas e externas, a fim de que pudesse ser formado um conjunto que favorecesse a observação geral de cada um dos grupos específicos. Caso contrário, se não fosse efetuado nenhum tipo de classificação, as análises seriam apenas “análises de casos”, impossível com um número tão grande de quilombos. Analisar um ou outro seria perder de vista muitas das individualidades de cada um. Logo, ainda que concordando que o uso de classificações pode em alguns casos ser um limitador, seria um mal menor (Amantino, 2001, p. 139).

Para a autora, os quilombos podem ser agrupados em bandos autossustentáveis, dependentes e mistos. Com relação aos primeiros, eles se caracterizaram por serem dotados de uma economia autossustentável, sem a necessidade de recorrerem a assaltos ou outros estratégias para sobreviverem. A rapina era algo esporádico e a “sua população crescente conseguia se manter pela elaboração e manutenção de uma estrutura econômica própria, baseada não só em plantações e criações, mas também em trocas comerciais com os que habitavam nas proximidades” (Amantino, 2001, p. 139).

Já os quilombos dependentes se caracterizaram por não conseguirem desenvolver condições próprias para sua sobrevivência. Não possuíam uma economia básica, necessitando abrir mão da prática da rapina para o sustento de seu grupo. Em geral, assaltavam fazendas e viajantes que transitavam pelos caminhos. Os grupos mistos, por sua vez, possuíam as características dos grupos

autossustentáveis e dos dependentes. Portanto, recorriam também aos assaltos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quilombos e mocambos eram espaços de resistência à violência colonial, espaços que se opunham à ordem vigente e apontavam para horizontes de novas formas de vida. As práticas desenvolvidas em suas esferas, contudo, eram variáveis.

Segundo Amantino (*op. cit.*) o que diferenciava as ações de mocambos no Rio e em Minas é a prática dos assaltos. Vejamos o que ela diz: “Os quilombos mineiros, quer fossem pequenos ou não, praticavam assaltos de caráter diversos à população, ainda que tivessem uma economia interna significativa e capaz de alimentar a todos”. Para a autora, a grande diferença encontrada entre a realidade do Rio de Janeiro e a mineira se refere ao que a tipologia classifica como Quilombos Mistos. Como os quilombolas de Minas Gerais praticavam roubos à população, quer tivessem ou não uma agricultura capaz de alimentar a sua população, este item da tipologia diluiu-se nos dois anteriores.

Assim sendo, houve sim a manifestação da violência coletiva no que concerne a esses bandos, ao menos para a capitania mineira. Portanto, ao lado das tradicionais quadrilhas de assalto, temos variados casos de bandos armados negros que conjugavam as suas atividades agropecuárias com a prática dos assaltos e dos assassinatos. Isso sem mencionar a existência de bandos armados negros que não se reuniam em mocambos.

A questão da rapina entre quilombolas foi explorada por vários autores no Brasil. Em boa parte da América Portuguesa, os

assaltos nos caminhos era uma realidade cotidiana. No caso dos negros fugidos, havia a formação de vários bandos armados que agiam nas estradas. Na capitania da Bahia, o quilombo do “Buraco do Tatu”, situado nas proximidades de Salvador, cometia alguns assaltos pela região. Segundo Manoel Antônio Santos Neto,

O quilombo teve início em 1744 e em 1760 possuía grande número de habitantes. Era bem protegido e defendido por “estrepes e armadas”, colocadas nos matos que o circundavam, para dificultar a aproximação de elementos estranhos e das tropas das milícias da Capitania que os iam atacar. Os calhambolas do Buraco do Tatu, praticavam assaltos, roubavam fazendolas e sítios dos arredores; “à noite demonstrando grande coragem e ousadia, penetravam pelas ruas da cidade a prover-se de pólvora, chumbo e das mais bagatelas que precisavam para a sua defesa” (Santos Neto, 1984, p. 54).

Em Minas, a documentação oficial está repleta de relatos sobre a rapina dos mocambos. A obra *Quilombo do Campo Grande – A História de Minas que se devolve ao povo*, de Tarcísio José Martins (2008), impressionou-nos pelo estudo exaustivo dos quilombos em Minas. Trata-se de uma obra, redigida em mais de mil páginas, que apresenta exaustivamente os redutos de negros fugidos nas mais diversas partes da capitania mineira. Pelos seus relatos, coletamos algumas informações sobre a prática de assaltos dos quilombolas de Minas. Nas picadas de Goiás havia alguns mocambos que se ocupavam da rapina, desde o momento em que a picada teria sido aberta a ocupação.

[...] aberta a picada, seus realizadores se teriam instalado em sesmarias às margens da mesma. Atacados por índios teriam recuado, abandonando as terras. Aí, então, é que os

calhambolas teriam invadido a região e passado a explorá-la pelo roubo e pelo assalto aos viajantes, fazendas e vilas adjacentes (Martins, 2008, p. 126).

Em alguns casos, havia homens brancos entre os quilombos. Segundo Martins, no ano de 1766, nas proximidades da vila de Pitangui, havia um mocambo composto não apenas de negros, mas com a presença de dois homens brancos (Martins, 2008, p. 865). Esse mocambo também se organizava em bandos armados, assaltando fazendas da região. Coube ao alferes Bento Rebelo a tarefa de desbaratar esse reduto. O documento que se segue informa-nos sobre o caso. Em verdade, era um requerimento do referido alferes ao governador Luís Diogo Lobo da Silva, pedindo auxílio para o caso de haver ataque dos membros que restaram do antigo quilombo. Vejamos:

[...] retirando-se o suplicante para a sua casa, que tem na Freguesia da Cachoeira da dita roça, teve aviso que os negros que escaparam se fazem poderosos, com o aumento de flechas e mais armas de que vão para investir de novo a roça do suplicante, além de matarem os seus gados e mais criações em satisfação daquele assalto (Arquivo Público Mineiro, Códice 60, p. 44, p. 866).

Quanto ao assalto nas estradas, a câmara de São João Del-Rei se pronunciava sobre o caso pedindo a permissão do uso de armas para combater os negros, mulatos e bastardos que assaltavam nos caminhos e sertões. Ou seja, além dos mocambos, temiam-se os assaltos de outros bandos armados formados por indivíduos de outras procedências sociais.

Assim, denunciavam os

distúrbios sucedidos com mortes, aleijões e feridas que continuamente se experimentam nos povos, executados pelos oriundos bastardos da terra, como também dos mulatos e negros forros, que nos subúrbios das vilas, arraiais, caminhos e sertões, andam insultando com armas de fogo compridas e curtas e facões compridos a que chamam do mato, pretextando [...] de sempre as trazerem, por dizerem serem para os assaltos dos negros calhambolas fugidos (A. H. U-MG. Cx. 80, Doc. 70, 1762).

Para essa tarefa, os camaristas pediam à Coroa a permissão para que qualquer capitão de ordenança do arraial ou do distrito pudesse fazer uso de armas até que a situação fosse normalizada.

Waldemar de Almeida Barbosa nos legou um interessante relato sobre os estratagemas de alguns negros fugidos nas estradas. Quando da análise sobre o quilombo do Ambrósio, o autor assim se expressou sobre as suas ações:

Nas cabeceiras de um pequeno afluente da margem esquerda do ribeirão do Quilombo, em uma área coberta de capoeiras, “existiu o célebre quilombo”, cujo chefe era o negro Ambrósio. Lá se encontram ainda as ruínas das obras de defesa e das casas. Nos pontos vulneráveis, era o quilombo defendido por valas, verdadeiras trincheiras suficientemente largas e profundas. A mais de dois quilômetros do quilombo, fica um morro pontiagudo, utilizado para sede dos espíões. Chama-se hoje “Alto do Espia”. O espião ficava dentro de um buraco por eles aberto, no alto do morro, e, assim, sem ser visto, desempenhava o serviço de vigilância. Pelo aviso do espia, preparavam-se os assaltos a viajantes e a defesa contra a força por ventura mandada pelas Câmaras que desejavam exterminá-los (Barbosa, 1972, p. 35).

Como podemos perceber, os bandos armados compostos por negros fugidos possuíam igualmente o mesmo *modus operandi*.

Tinham um líder e organizavam as suas estratégias de assalto da mesma forma que as quadrilhas de não-negros.

Em geral, temiam-se muito as ações dos mocambos. Segundo Júnia Furtado, o medo da ação de quilombolas não se restringiu à América Portuguesa.

Na América Inglesa, “grande medo e terror” estiveram presentes na Carolina do Sul já em 1711, devido às atividades de “vários negros que ficam armados e roubam e assaltam casas e plantações” [...]. Perseguidores de quilombos em Cuba tinham medo de armadilhas, pois sabiam que os quilombolas conheciam melhor a região. Saques de quilombolas criavam pânico, espantando colonos e diminuindo o comércio. Quilombos criavam desassossego também na Colômbia. Os bandos eram ousados e o medo inflava as estimativas do seu número. A pilhagem de alguns campos de provisões ou de cana-de-açúcar e o furto de gado inspirava medo desesperado de ataques em massa noturnos, com cidades inteiras em chamas [...] (Furtado, 2008, p. 500-501)

Em relação à América Portuguesa, Laura de Mello e Souza (1996) compartilha a opinião de que esses redutos de negros fugitivos causaram uma situação de assombro e pânico em Minas. E como bem sintetizou Júnia Furtado (2008), há um consenso na historiografia sobre a escravidão no Brasil quanto ao fato de que os quilombos aterrorizaram a colônia.

Em geral, o processo de construção do estereótipo do quilombola como pessoa violenta e perigosa, fora da lei, fortaleceu esse temor, ao lado das experiências concretas de violência e os prejuízos que alguns desses sujeitos podiam ocasionar na América Portuguesa. No período colonial temiam-se basicamente duas coisas:

a possibilidade de uma revolta escrava de grande amplitude, e os assaltos e assassinatos cometidos por bandos armados de negros fugidos que atuavam nas estradas e nos sertões, fossem eles quilombolas ou não.

Como já dissemos, não é nosso propósito focar nesse grupo, pois cairíamos na questão da escravidão, o que foge aos objetivos deste estudo. Contudo, consideramos de fundamental importância chamar a atenção do leitor, mesmo que de forma breve, para o fato de que o mundo da rapina na colônia ia além das tradicionais quadrilhas de salteadores que atuavam nos sertões da América Portuguesa. Temos a existência de bandos armados compostos simplesmente por negros ou por indígenas. O que muda no discurso são as motivações para os seus atos, algo já estudado para os mocambos e que ainda necessita de uma análise mais pormenorizada para o indígena. No caso do negro, fugir da violência da escravidão e encontrar formas de sobrevivência nos sertões da América Portuguesa poderia explicar as motivações para a rapina.

Em nossa dissertação de mestrado (Oliveira, 2008), observamos que a existência dessas comunidades de cativos fugidos causou sérios desgastes ao escravismo como um todo. Um ponto principal nessa questão é a verificação da contradição estrutural da realidade escravista que os quilombos causavam. Dentro dos fatores destacados por Carlos Magno Guimarães (1998), tem-se como exemplo a “negação da eficácia do aparato jurídico-ideológico criado para prevenir fugas e punir fugitivos e quilombolas recapturados, além de prejuízos materiais em decorrência das atividades desenvolvidas por quilombolas (roubos, assaltos, incêndios etc.)” (Guimarães, 1988, p. 39).

As atividades desenvolvidas pelos quilombos para a sua sobrevivência eram ligadas à agricultura, à pesca, à criação de animais, à mineração; além de assalto a fazendas e tropas. Eles possuíam diversos tipos de ligação com a própria sociedade escravista, tais como relações comerciais clandestinas com contrabandistas, negras de tabuleiro, entre outros, além de ataques a viajantes, vilas, aldeias, tropeiros ou fazendas. Portanto, nem todo mocambo agia por meio da rapina ou do contrabando. Ao contrário, as suas ações eram complexas, assim como a composição social dos quilombos e mocambos, em quem havia desde negros fugidos até brancos pobres, índios, forros, entre outros (Reis; Gomes, 1996).

Devido à complexidade do tema, iremos apenas pontuar que a violência na América Portuguesa perpassava por diversos atores sociais, não sendo prática exclusiva dos negros. Os quilombolas e os bandos armados negros faziam parte de um cotidiano político e institucionalmente violento e tornaram-se, eles próprios, atores que provocaram nas elites um temor que beirava à paranóia. A violência se expressava no imaginário dos colonos por meio de boatos, que por sua vez provocava a disseminação do pânico nos centros urbanos. Mas também uma violência que, mesmo sendo exagerada nas penas dos oficiais régios que trocavam correspondências entre si, era algo que não podemos ignorar no dia a dia da colônia. Ao contrário, um fato que colaborou para o fenômeno da violência coletiva na América Portuguesa.

Para Carla Anastasia, os atos de violência e as manifestações sobrenaturais se expressavam no imaginário do colono. Medo da “morte nos caminhos, dos assaltos dos quilombolas, de bandidos cruelíssimos, do imprevisível da natureza, do sobrenatural,

sentimento que tornou assombrado os lugares da violência na capitania de Minas Gerais” (Anastasia, 2005, p. 21. A natureza, em todo o seu esplendor, era um obstáculo a ser vencido por aqueles que se aventuravam por suas matas fechadas, cachoeiras perigosas e rios pouco navegáveis.

Essas áreas foram conceituadas pela autora (*op. cit.*) como *zonas de non droit*. Áreas afastadas dos centros administrativos que se caracterizavam pela ausência ou a fraca presença do aparelhamento administrativo-fiscal ou litigância dos agentes militares. Regiões onde o direito oficial era raro e, muitas vezes, substituído pelo direito privado, aos moldes de um direito consuetudinário, como ocorria na Inglaterra do Antigo Regime. Isso dava vazão à preponderância dos poderes locais em detrimento do poder central, uma vez que ali havia a atuação dos potentados locais que se reuniam em verdadeiras áreas de mando. Era o chamado “mandonismo bandoleiro”, expressão usada por Anastasia para designar a prática do mando consentida pelo uso da força, da intimidação e da formação de redes clientelares que uniam potentados, homens pobres livres, indígenas, negros e uma gama de desclassificados sociais, como bandoleiros e salteadores.

A principal imagem criada para o sertão foi, sem dúvida, a de um local inculto e distante das povoações ou de terras cultivadas. O conceito de sertão na colônia revestia-se não apenas de significados geográficos, mas guardavam em si outras características que o personificava como uma área dotada de valores próprios que incluía os aspectos políticos, sociais e econômicos.

Podemos afirmar que o sertão ia além da inércia, da violência e dos redutos de negros e das aldeias indígenas. Essa região era um

espaço definido também pelos negócios, pelo constante trânsito de viajantes, negociantes e tropeiros e da fixação de complexos agropecuários. Contudo, essa visão, recente na historiografia, não condiz com os discursos anteriormente feitos sobre essas áreas. Ciente dessa problemática, Amantino procurou analisar o sertão resgatando as imagens criadas em seu entorno no decorrer dos séculos XVIII, XIX e XX. Inicialmente, a autora resgata a etimologia do termo:

Etimologicamente, Sertão é um local inculto, distante de povoações ou de terras cultivadas e longe da costa. É oriundo do radical latino “desertanu” que se traduz como uma idéia geográfica e espacial de deserto, de interior e de vazio. Em fontes de procedências variadas, o fato do Sertão ser identificado enquanto um deserto, remete sempre à noção de que era vazio de elementos civilizados (Amantino, 2001, p. 30).

Já no *Dicionário Bluteau* o vocábulo se refere a toda região, “apartada do mar, por todas as partes, metida entre terras” (Bluteau, 1728, p. 613). Na visão do Dr. Vieira Couto, ao menos para as Minas, os sertões mineiros seriam as terras que

Ficam pelo seu interior desviadas das povoações das Minas, e onde não existe mineração. Uma grande parte porém d’estes Sertões é formada pelas terras chans, que ficam da outra banda da Grande Serra, e ao poente d’ella: O Rio de São Francisco corre pelo seu centro e recebe as águas por um a outro lado de ambas as suas extremidades (Couto, 1862, p. 430).

Já em Auguste de Saint-Hilaire (1975, p. 307),

O Sertão compreende, nas Minas, a bacia do S. Francisco e dos seus afluentes, e se estende desde a cadeia que continua a Serra da Mantiqueira ou, pelo menos, quase a partir dessa cadeia até os limites ocidentais da província. Abarca, ao sul, uma pequena parte do Rio das Mortes, a leste, uma imensa porção das comarcas de Sabará e do Serro Frio, e finalmente, a oeste, toda a comarca de Paracatu situada ao ocidente do São Francisco.

Conforme concluiu Edna Mara Silva (2009), o sertão não compreendia uma categoria político-territorial. A sua conceituação, para a época, abrangia os limites imprecisos assentados na natureza do território e em seu povoamento mais escasso. De acordo com Haruf Salmen Espindola,

A referência ao sertão como lugar distante ou longe do litoral, ou no interior, não está relacionada a realidades geográficas, mas a uma centralidade política, a maior ou menor presença, controle ou proximidade do aparato administrativo, jurídico, militar e eclesiástico. A força da categoria localiza-se não em si mesma, mas no significado que a experiência histórica das sociedades que utilizam lhe conferiu. A idéia do sertão está ligada a experiências sociais dos sujeitos que o nomeiam, seus sentidos são o amálgama de experiências históricas variadas, muitas vezes quase sempre ambíguas, contraditórias e antagônicas (Espindola, 2005, p. 76).

Diante do exposto, e conforme muito bem escrito por Edna Mara Silva (*op. cit.*), o sertão é, portanto, a fronteira incerta, imprecisa, mas à medida que a colonização avança, ele se torna território, transformando-se em possibilidade, ou nas palavras Haruf Espindola, o sertão é uma paisagem construída para desaparecer.

Laura de Mello e Souza, por sua vez, define os sertões (fronteiras) da América Portuguesa como um espaço caracterizado

pela mobilidade e pela fluidez. O tema do movimento e da instabilidade nas áreas ou zonas fronteiriças foi posto em discussão. A fronteira, como espaço aberto foi passível de indefinições e contendas jurisdicionais, sendo caracterizadas também pelo conflito, “afinal numa colônia cujas fronteiras ainda eram móveis e provisórias, cujos limites só seriam traçados em 1777” (Mello e Souza, 1999, p. 117), as desordens e os embates cotidianos entre os indivíduos era algo normal.

Já Renato Dias considera o sertão como um lugar de fronteira. Em síntese, o autor assim se expressa sobre esse conceito: “[...] embora o termo fronteira tenha sido utilizado comumente pelos historiadores para designar os limites entre nações, pode ser e é aplicado também para definir os limites entre ‘culturas’ e ‘identidades”’ (Dias, 2011, p. 276). Sendo assim, a fronteira pode ser entendida nas suas mais variadas dimensões, englobando desde os aspectos geográficos e políticos, até os culturais e simbólicos. Podemos, portanto, relacionar esse conceito à construção do espaço territorial, simbólico e imaginário, identificando como a partir dessa interação emergem novas identidades étnicas, políticas e culturais. Nas fronteiras, o espaço das trocas culturais definia-o como um lócus composto por sujeitos que se inter-relacionavam, numa situação de conflito e de reconhecimento do “outro”.

Como se disse, a fronteira não é somente um marco de identidade cultural entre diferentes grupos étnicos e linguísticos, e não precisa necessariamente definir uma divisão entre os “de fora” e os “de dentro”. Nesse sentido, a fronteira é um fenômeno cultural que se introduz no seio da vida social, apesar de nem sempre deixar de ser negada por partes da sociedade (Dias, 2011, p. 295-6).

Nas palavras de Amantino, “o sertão era, contraditoriamente, uma região de riquezas. Lá estariam o ouro, a prata e os possíveis escravos indígenas. Ou seja, o Eldorado” (Amantino, 2001, p. 31). A conquista do sertão era, portanto, movida por interesses políticos e econômicos bem peculiares, quais sejam: levar a civilização à barbárie e potencializar os recursos que dali poderiam ser extraídos.

O Sertão continuou sendo – na visão das autoridades – o espaço habitado por índios ferozes, nada dispostos a aceitar o contato com o europeu. Assim, tornou-se também um espaço de guerras contra estes indígenas. Manteve-se como uma região perigosa, mas cada vez que a colonização precisava avançar rumo ao interior, novas áreas eram requisitadas e novas necessidades se impunham aos colonos. Controlá-la passou a ser condição importante para a viabilização econômica da colônia. Desta maneira, o Sertão no século XVIII tornava-se uma região essencial ao projeto de civilização pensado para o Brasil (Amantino, 2001, p. 34).

Assim, já nos Seiscentos, havia a preocupação das autoridades oficiais em ocupar essas áreas e afastar os elementos indesejáveis. Aos poucos, essas áreas foram sendo continuamente ocupadas pelas populações, seja de forma legal – por meio da concessão das cartas de sesmarias – ou por meio ilegal – ocupação desordenada sem o conhecimento oficial. Não por acaso, foram surgindo nas fronteiras complexos agropecuários comandados por pequenos, médios e grandes posseiros. Alguns destes foram constituindo as suas áreas de mando e formando o fenômeno do mandonismo bandoleiro. Também nessas áreas floresceria o banditismo, favorecido pela natureza ainda inóspita da região, pela presença litigante da Coroa, pela escassa presença do elemento policial e pelas redes clientelares

surgimento de um imaginário fantástico e muito pouco realista sobre estas “áreas de fronteiras”.

Na visão de André Figueiredo Rodrigues, havia vários sertões pelas Minas, espalhados pelo imenso território daquela província, caracterizados como espaços povoados por várias nações indígenas e com população branca mais rarefeita.

Em Minas Gerais não havia somente um único sertão, mas vários. As principais descrições indicam ser a região povoada por inúmeras nações indígenas e com fraca população branca. Na comarca do rio das Mortes, os sertões eram para os moradores das vilas de São José e São João del Rei os cerrados do alto São Francisco e as picadas de Goiás, como então se nomeavam as terras localizadas no caminho que levava para Vila Boa de Goiás. Para os que residiam na Borda do Campo, podiam ser as escarpas da Mantiqueira. A região da atual Zona da Mata era toda conhecida pelo nome de “sertões de leste,” e entre 1768 e 1814, os assentos de batismo da atual cidade de rio Pomba, localizada naquela paragem, eram abertos com a seguinte fórmula: Sertão do Rio da Pomba e Peixe dos Índios Cropós e Croatas. Além destes, para os homens de Vila Rica, os seus sertões eram as florestas cortadas pelo rio Doce e, para os moradores de Sabará, o médio São Francisco (Rodrigues, 2003, p. 256).

Por fim, vejamos o que diz o professor Ângelo Carrara sobre esses espaços de fronteiras. Em *Minas e Currais* o autor discorreu sobre o significado do sertão na América Portuguesa, em especial as Minas setecentistas. Servindo-se de um farto material bibliográfico e documental, Carrara embasou as suas discussões no ponto de vista da historiografia econômica. Daí os seus estudos terem o caráter de referência na área, pois partem de um viés oposto à visão social e política. O sertão não pode ser resumido em espaços dominados por “vales sombrios rodeados por altas montanhas” (Carrara, 2007, p.

40). Antes de tudo, era uma área de currais, caracterizada pelos complexos agropecuários e pela diversificação econômica, conforme já vem sendo bastante discutido pelos trabalhos inspirados em Fragoso e Florentino (1998a, 1998b).

O sertão é uma invenção portuguesa. Local oposto à costa pelos navegadores portugueses, esses espaços eram conceituados para se identificar os sertões que se espalhavam por todo o Império Ultramarino Português. Essas áreas passaram a ser então de lugares, habitantes e rios. Sertões do São Francisco, dos gauaiases, carijós, do Paracatu, Rio Grande, do Pomba entre outros nomes. Terras promissoras, que em nada lembram o aspecto medonho retratado pelas autoridades da época e pela historiografia tradicional: Gravitavam-lhe em torno, escravizados à sua influência por que lhes acenava com a miragem da riqueza fácil e imediata [...] nas florestas abundantes de índios predestinados ao cativo, nas minas resplandecentes de gemas e metais (Machado, 1972, p. 223).

Toda essa riqueza e diversidade econômica atraíam numerosos bandidos para os sertões. Carrara assim se expressou sobre o assunto:

As estradas ofereciam o perigo suplementar dos salteadores. Em 1730, o comerciante baiano Bento de Araújo e Souza lavrou seu testamento antes de seguir viagem para o sertão do Rio de Contas por temor do que lhe viesse a ocorrer entrando nele. Dois anos depois, outro comerciante, o Capitão Dionísio da Costa Pinheiro, querendo fazer uma viagem para as minas [do Rio de Contas] e temendo da morte, teve a mesma atitude. Ambos sofreram idêntico infortúnio de ser assassinados enquanto viajavam, segundo seus testamentos apensos aos inventários de ambos, custodiados pelo Arquivo Público Municipal de Rio de Contas (Carrara, 2007, p. 46).

Prosegue Carrara afirmando que em 1757 o pároco da freguesia de Jeremoabo relatava que “os passageiros que se vêm obrigados a passar por ela com seus comboios, gados e cavalarias [...] o fazem com tal receio, como se houvessem de atravessar por terra de inimigos e de gentio bravo” (Carrara, 2007, p. 47).

Espaço de perigos reais ou virtuais, os sertões da América Portuguesa revelavam-se polissêmicos, ora exercendo força de atração, ora de repulsa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o termo “sertão”, além de seu significado original ligado à orientação geográfica, possui também conotação demográfica e econômica. O sertão nunca esteve isolado, pois o seu espaço estava impregnado de comerciantes, tropeiros, contrabandistas, indígenas, escravizados que fugiam da escravidão formando quilombos e mocambos, e outros elementos que se utilizavam dos seus caminhos e descaminhos para realizarem os seus negócios lícitos ou ilícitos. Nesse espaço de fronteira havia uma variedade de personagens e tipos humanos que teciam relações de poder e sociabilidades, favorecidas pelas condições geográficas da região.

O sertão esteve conectado com os centros administrativos por meio de redes de poder que uniam potentados, bandidos, oficiais régios e eclesiásticos e toda uma gama de homens pobres livres. Essas redes se expressavam pelas tradições políticas da época e se fortaleciam por meio do tom reivindicativo dos povos e da incursão nos negócios ilícitos. Sendo assim, finalizamos esta discussão afirmando que o sertão era o espaço do medo, dos bandoleiros, dos

miseráveis, dos quilombolas, dos indígenas e dos potentados. Como também das revoltas e dos motins, que colocavam em xeque a hegemonia do poder real nestes espaços que guardavam em si uma importância central no Império Ultramarino Português.

REFERÊNCIAS

ANASTASIA, C. M. J. **A geografia do crime: violência nas minas setecentistas**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Cx. 80, Doc. 70. **Carta dos oficiais da Câmara de Vila de São João Del Rei, sobre os distúrbios criados pelos oriundos bastardos da terra e os mulatos nesta Vila, solicitando maior segurança dos povos contra estes desordeiros**. Vila de São João Del Rei, 15 de dezembro de 1762.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Seção Colonial. Códice 60, p. 44. p. 866.

AMANTINO, M. S. **O mundo das feras: os moradores do sertão oeste de Minas Gerais: século XVIII**. Tese de Doutorado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

AMANTINO, M. S. **O mundo dos fugitivos: Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BARBOSA, W. A. **Negros e quilombos em Minas Gerais**. Belo Horizonte: [s. n], 1972.

BLUTEAU, R. **Vocabulário português e latino: oficina de Pascoal da Sylva**, Lisboa. 1713.

CARRARA. Â. A. **Minas e currais: produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

COUTO, J. V. Descrição dos Sertões de Minas, despovoação, suas causas e meios de os fazer florentes (1801). **RIHGB**, t. 25, 1862.

DIAS, R. S. S. Lugares de fronteira: espaço territorial, simbólico e identitário: um ensaio. **Revista Temporalidades**, v. 3, n. 1, p. 276, jan./jul. 2011. Disponível em: <www.fafich.ufmg.br/temporalidades/pdfs/05p275.pdf>. Acesso em: 29 set. 2019.

ESPINDOLA, H. S. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: Edusc, 2005.

FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998a.

FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (1790-1840)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1998b.

FURTADO, J. F. (Org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa/América e África**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: Fapemig, 2008. (Coleção Olhares).

GUIMARÃES, C. M. **A negação da ordem escravista**. São Paulo: Cone, 1988.

MACHADO, J. A. **Vida e morte do bandeirante [1929]**. 2. ed. São Paulo: Martins, 1972.

MARTINS, T. J. **Quilombo do Campo Grande: história de Minas que se devolve ao povo**. Contagem: Santa Clara, 2008. Disponível em: <<http://www.mgquilombo.com.br/download/quilombodocampogrande.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2019.

MELLO e SOUZA, L. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO e SOUZA, L. (Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

MELLO e SOUZA, L. Violência e práticas culturais no cotidiano de uma expedição contra quilombolas: Minas Gerais, 1769. In: REIS, J. J.; GOMES, F. S. **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OLIVEIRA, R. L. S. “Mão de Luva” e “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

REIS, J. J.; GOMES, F. S. (Org.). **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RODRIGUES, A. F. Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 46, p. 253-270, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882003000200011&script=sci_arttext#nt23>. Acesso em: 24 ago. 2019.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS NETO, M. A. **Os quilombos de Salvador**. São Paulo: CDM, 1984. (Coleção Princípios, CDM – Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois). Disponível em: <http://grabois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=92&id_indice=220>. Acesso em: 28 jul. 2014.

SILVA, E. M. F. **Fronteiras ao sul do sertão das Minas: Aspectos da formação da Vila de Campanha da Princesa**. In: Anais do Simpósio nacional de história, 25, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.1131.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2019.

FEMINIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO: AS CONQUISTAS E OS IDEAIS DE TRANSFORMAÇÃO

Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles

João Guilherme Rodrigues Mendonça

Resumo

A educação é uma das áreas de concentração do trabalho feminino, assim, tem sido cada vez mais feminizada. As mulheres, embora muitas vezes sendo a maioria, nem sempre estão em posições de comando e chefias dos espaços escolares. Na escola, a manutenção dos mecanismos de naturalização das diferenças entre os gêneros se visibiliza nos currículos, procedimentos de ensino, teorias, materiais didáticos, processos avaliativos, atitudes e comportamentos. E sendo a escola um grande espaço de socialização e transmissão de cultura, as diferenças entre homens e mulheres são reforçadas pelos modos de agir, pensar, falar e se comportar, que são assimilados naturalmente. Assim, o objetivo deste artigo é a possibilidade de se rediscutir o papel da escola no combate à desigualdade de gênero. Para tanto foi realizada uma análise de caráter descritivo e natureza qualitativa, para propor um direcionamento para permitir um maior entendimento do problema investigado, que se delineia no sentido de, mesmo com a participação ativa da mulher na escola, seja como aluna ou profissional da educação, esta se encontra em situações de preconceito ao exercer suas atividades. Como resultado é preciso compreender as teorias feministas e de gênero como subsídios para apontar tanto as conquistas como também as persistentes desigualdades, compreendendo que a afetividade, que por muitas vezes se torna um fator de crítica à mulher no ambiente escolar, é uma ferramenta fundamental no processo educativo, influenciando diretamente no cognitivo do educando e contribuindo para uma aprendizagem de qualidade.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Feminismos. Afetividade.

INTRODUÇÃO

Educação e docência estão entre os espaços sociais aos quais as mulheres acederam mais cedo e se incorporaram mais facilmente ao mundo do trabalho. Esse cenário desvelou a tendência à feminização de determinadas carreiras profissionais, áreas de

estudos e certos níveis de ensino, especialmente nas etapas iniciais de instrução.

A educação é uma área de concentração do trabalho feminino que tem sido cada vez mais feminizada. As mulheres, embora muitas vezes sendo a maioria, podem delegar aos homens o poder de comandar os espaços escolares por considerarem isso como natural, que eles estejam nos postos estratégicos da escola e não elas.

Esta concepção implica que há tarefas que podem ser mais bem direcionadas ao sexo feminino e outras ao sexo masculino, enquanto que as funções de domínio público e estratégico se apresentam sempre como atribuições estritamente masculinas.

Assim, o momento da inserção da mulher na esfera pública ainda refletia o papel reservado a ela como responsável pelo cuidado das crianças na dicotomia público e privado.

[...] ser professora representava um prolongamento das funções domésticas de instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes às mulheres, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se perante a nobreza do magistério (Almeida, 1996, p. 74).

As demandas das mulheres por acesso à educação e ao mercado laboral exigiram delas enfrentar o desafio de reservar algum lugar às tradicionais obrigações femininas derivadas da maternidade, das funções domésticas e das tarefas de cuidado.

Ao fazermos esta reflexão sobre como foi designado à mulher o seu espaço nas instituições educativas, nos aproximamos da

temática deste estudo que se refere a como a feminização na área da Educação trouxe conquistas para as mulheres, como a oportunidade do trabalho fora do ambiente doméstico, mas também como elas estão construindo ideais de transformação para este espaço, levando em consideração que nem sempre a mulher ocupa os lugares de decisão que podem influenciar mudanças significativas.

A trajetória da mulher brasileira nos últimos séculos pode ser descrita como extraordinária: de uma educação no lar e para o lar, no período Colonial, para uma participação tímida nas escolas públicas mistas do século XIX. Depois, uma presença significativa na docência do ensino primário, seguida de uma presença hoje majoritária em todos os níveis de escolaridade, bem como de uma expressiva participação na docência da Educação Superior.

Mesmo com uma trajetória brilhante, a mulher ainda enfrenta muitas situações de preconceito e violência que precisam ser enfrentadas para que novos ideais de educação sejam construídos e vividos. É difícil, ou quase impossível falar em gênero feminino sem direcionar o discurso para o tema da igualdade porque a história da mulher é, sobretudo, uma história de lutas por igualdades, seja ela material ou formal.

Apesar de que hoje se vive uma maior concretização da independência da mulher, é com muita dificuldade que estas conseguem realizar integralmente a sua condição de ser humano. A mulher durante toda a história da humanidade, salvo exceções raras e pontuais, foi tratada de forma preconceituosa, discriminatória e secundária. História esta marcada por sofrimento, mas também construída com a determinação inflexível de quem se reconhece

como sujeito e age como tal, lutando sempre por espaço, reconhecimento de sua diferença e igualdade jurídica.

Nos últimos anos, a violência contra as mulheres no Brasil vem se tornando assunto público e reconhecido como problema ao qual qualquer mulher, independentemente de etnia, idade ou classe social pode estar sujeita.

Trata-se de reconhecer que a violência não é um infortúnio pessoal, mas tem origem na constituição desigual dos lugares de homens e mulheres nas sociedades, a chamada desigualdade de gênero, que tem implicações não apenas nos papéis sociais do masculino e feminino e nos comportamentos sexuais, mas também em uma relação de poder.

Social, histórica e culturalmente a sociedade designa às mulheres um lugar de submissão e menor poder em relação aos homens. A desigualdade de gênero é estrutural, mas outros fatores como o racismo e as diferenças econômicas também afetam de forma desproporcional alguns grupos da sociedade.

Na escola, a violência contra a mulher encontra espaço porque continua-se com a manutenção da hegemonia masculina, sendo esta garantida em mecanismos que naturalizam as diferenças entre os sexos. Essas diferenças estão camufladas nos currículos, normas e procedimentos de ensino, teorias, linguagens, materiais didáticos, processos avaliativos, atitudes e comportamentos (Finco, 2003).

Nesse sentido, destaca-se que mesmo com a participação ativa da mulher na escola, sobretudo na docência, ela continua sofrendo violência. Esta violência muitas vezes a impede de exercer

plenamente suas atividades e funções, pois para isso precisa enfrentar o preconceito.

A desigualdade de gênero ainda é uma realidade na escola e no país como um todo, reflete os grandes números de feminicídios, estupros, abusos, assédios, violências, que são historicamente justificadas e aceitas com naturalidade por uma parcela da população, tornou-se assim um grande desafio e um grave problema social que inviabiliza o cumprimento efetivo dos direitos humanos.

Assim, é preciso criar a possibilidade de se rediscutir o papel da escola no combate à “educação sexista”, que se constitui num código secreto e silencioso que molda e discrimina o comportamento de meninos e meninas, homens e mulheres, apresentando maiores desdobramentos na vida adulta, pois ela contribui com a manutenção de situações de desigualdade, vulnerabilidade e inferioridade.

O repertório comportamental e atitudinal das professoras, não está, intencional e deliberadamente, a serviço da hegemonia sexista mas, sim, impregnado por essa intencionalidade, cujo círculo vicioso afeta a percepção da sexualidade e o determinismo biológico como construções sociais, distorcendo a imagem que as mulheres têm de si mesmas e de suas potencialidades (Faria, 2006).

Então como é possível pensar no campo da educação um currículo feminista que rompa com a reprodução das desigualdades entre homens e mulheres? É preciso discutir referenciais teóricos de intersecção dos feminismos e do campo educacional que possibilitem a emergência de currículos pautados na desconstrução do machismo numa perspectiva da equidade entre os gêneros e sexos.

É difícil estabelecer uma definição do conceito do que seja feminismo, pois o termo traduz todo um processo construído no passado, que se constrói no cotidiano, e que não tem um ponto predeterminado de chegada. Como todo processo de transformação, contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias (Alves; Pitanguy, 1991, p. 7).

MATERIAIS E MÉTODOS

Para buscar uma melhor compreensão deste fenômeno da feminização na escola foi realizada uma análise de caráter descritivo e natureza qualitativa, com vista a atingir o resultado de propor um direcionamento para permitir um maior entendimento do problema investigado, que se delinea no sentido de, mesmo com a participação ativa da mulher na escola, seja como aluna ou profissional da educação, esta se encontra em situações de preconceito e violência ao exercer suas atividades.

Houve a observação participante, com base na leitura de textos e análise de situações vivenciadas por mulheres acerca do preconceito de gênero presente no ambiente escolar, preconceito este direcionado a meninas/mulheres que estudam na escola ou trabalham.

Assim, a proposta é de introduzir um problema que atinge a maioria das mulheres que é o preconceito latente das pessoas ao visualizar uma figura feminina realizando tarefas como de manutenção e suporte ou atividades de gestão e chefia no ambiente escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É preciso compreender as teorias feministas e de gênero como subsídios para apontar as desigualdades e ajudar a entender por que, apesar dos direitos conquistados nas últimas décadas, estamos retrocedendo nos direitos das mulheres.

Na teoria política produzida nas últimas décadas, a contribuição do feminismo se mostrou crucial, identificando de que modo o patriarcado como forma de organização das relações sociais, reduz as oportunidades de participação social das mulheres (Biroli; Miguel, 2015). Ao compreendermos a dimensão política das teorias feministas buscamos apontar possibilidades de compreensão das relações de poder que permeiam a vida das mulheres.

Nesse cenário temos a figura da docente, a quem é atribuída a missão de educar e formar para a vida, sendo ela a principal responsável por propor condições e alternativas que tenham como objetivo a busca pela equidade de gêneros. Veremos a seguir como a participação da mulher na Educação trouxe mudanças positivas e democráticas, mas ainda é necessário que essa participação se efetive.

A AFETIVIDADE COMO UM ASPECTO DA FEMINIZAÇÃO

A afetividade, que por muitas vezes se torna um fator de crítica a mulher no ambiente escolar, é uma ferramenta fundamental no processo educativo, pois influencia diretamente no cognitivo do educando e contribui para uma aprendizagem de qualidade. Esta auxilia no desenvolvendo intelectual dos educandos, ajudando-os a se reconhecerem como indivíduos autônomos.

Diante destes fatores, precisa-se que a grade curricular dos cursos de formação para professores seja avaliada, incluindo o estudo das emoções. As representações e expectativas construídas socialmente acerca dos padrões afetivos e cognitivos de homens e mulheres, tidos como adequados e naturais dentro de uma cultura, influenciam os juízos elaborados pelos sujeitos femininos e masculinos e a forma como interpretam a situação de violência de gênero.

Para Wallon (1998), a dimensão afetiva ocupa lugar central tanto do ponto de vista da construção da pessoa quanto do conhecimento, sendo que a emoção tem a função mediadora nessa relação. O processo de desenvolvimento infantil realiza-se nas interações que objetivam não só a satisfação das necessidades básicas como também a construção de novas relações sociais, com o predomínio da emoção sobre as demais atividades.

É através da inserção na cultura que o homem se desenvolve como ser humano e assim o que antes eram efeitos biológicos se tornam mais complexos, afetividade e inteligência se fundem no decorrer do desenvolvimento humano (Wallon, 1998).

No contexto sociocultural os pais e professores são importantes mediadores das crianças. Com os objetos culturais, tais mediações são afetivas e determinam as relações entre sujeitos e objetos. Almeida (2012) salienta que para Wallon, a inteligência tem no desenvolvimento a função de observar o mundo exterior para descobrir, explicar e transformar os seres e as coisas. Esse conhecimento do mundo decorre da transformação do real em mental, isto é, da capacidade de representar o mundo concreto.

Neste sentido Wallon assevera que:

O eu e o outro constituem-se, então, simultaneamente, a partir, de um processo gradual de diferenciação, oposição e complementaridade recíproca. Compreendidos como um par antagônico, complementam-se pela própria oposição. De fato, o Outro faz-se atribuir tanta realidade íntima pela consciência como o Eu, e o Eu não parece comportar menos aparências externas que o Outro (Wallon, 1975, p.159).

O eu, o outro e as interações vão determinar a personalidade do sujeito e a forma que ele irá interagir com o mundo. A escola, pelo seu caráter formativo e normativo, por ser um espaço que privilegia a constante busca pela emancipação, pela preparação dos indivíduos para a vida em coletividade e pela igualdade entre homens e mulheres deve oferecer suas contribuições desde a mais tenra idade, para que se rompa a cadeia de transmissão do androcentrismo.

As propostas pedagógicas devem explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal dos alunos, de suas famílias, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade educacional nos vários contextos em que se situem: Professoras, professores, gestoras e gestores devem desenvolver atitudes mútuas de respeito à diversidade e orientam contra a discriminação de gênero, etnia, religião, de indivíduos com necessidades educacionais específicas ou diante de composições familiares diversas e estilos de vida diferenciados.

A DOCÊNCIA FEMININA

Araújo (2014) constatou que a maior parte das professoras não almejava essa profissão, mas encontrou na docência uma forma de melhorar a renda familiar e ganhar dignidade moral. Isto porque,

salienta a autora, as mulheres na Amazônia, desde a colonização, foram tratadas como objetos sexuais à disposição dos homens.

A profissão docente se transforma, no caso dessas professoras, em uma alternativa, ainda que precária, de ultrapassar a linha da exclusão, da exploração e da própria colonização, já que seus corpos continuam sendo usados como há muito. Para estas mulheres, ascender à condição de docentes significa, antes de tudo, proteger-se da violência sexual da infância e da vida adulta. Afinal, quem vai ter coragem de “mexer” com a professora? Para estas professoras a docência promoveu, portanto, não apenas uma ascensão econômica, mas, e principalmente, uma ascensão moral (Araújo, 2014, p. 14).

É necessário pensar e construir uma educação que se descentralize dos conteúdos escolares e que englobe as vivências dos educadores e educandos, para além da mera preocupação com o desenvolvimento cognitivo, mas para a formação de um ser omnilateral.

Entretanto, as políticas de formação também reforçavam as dimensões implicadas com a subordinação feminina, como as relações de poder que permeavam a vida privada e as relações sociais e afetivas, que acabavam configurando a maternidade e o cuidado das crianças como “destino natural de mulher” (Meyer, 2000), trazendo a crença de uma natureza biológica universal do corpo, do sexo, das identidades.

A concepção de que as mulheres são, por natureza, capazes de cuidar e educar crianças pequenas reforçou os baixos investimentos públicos ou até mesmo a ausência de políticas amplas de formação docente inicial e em serviço. Serviu como álibi para o reforço da

educação infantil como locus de trabalho feminino voluntário ou mal remunerado (Rosemberg, 2002).

Se por um lado o magistério passou a ter uma tradição feminina no seu exercício, o mesmo não se pode dizer sobre o acesso ao Ensino Superior no Brasil antes do século XIX. Empecilhos sempre foram um obstáculo para acessos aos sistemas que poderiam proporcionar as mesmas condições entre homens e mulheres:

De qualquer forma, as mulheres achavam-se excluídas da possibilidade de acesso aos cursos superiores, mesmo que se preparassem adequadamente em escolas particulares ou com preceptores. Isso porque para tal não se exigiam diplomas, mas era necessário fazer os exames preparatórios aplicados pelo Colégio D. Pedro II, destinados exclusivamente ao público masculino (Aranha, 2006, p. 230).

Convém salientar que este espaço entendido como lugar de mulheres se justificava, ainda no início do século XX, tomando por base a concepção natural e aptidão da mulher para com as funções de cuidar e educar as crianças. Segundo Souza (2000):

A entrada das mulheres na atividade profissional da docência esteve atrelada ao exercício da maternidade. Exigia-se das professoras atributos considerados “tipicamente femininos”, tais como sensibilidade, paciência, afeto, doação, especialmente no que se refere à educação de crianças pequenas. Caberia às mães e professoras, a formação dos cidadãos, corretos, disciplinados, autogovernados (Souza, 2000, p. 141).

Estes escritos nos fazem refletir sobre as expectativas que temos com relação aos papéis sociais e como estes são determinados socialmente. Isto significa dizer que sobre os papéis sociais dos

indivíduos existe uma expectativa que sempre é construída histórica e culturalmente.

Mesmo no cenário educativo brasileiro atual existem diferenças entre homem e mulher, relacionando a submissão da mulher à sua estrutura física e biológica. Se a diferença entre gêneros era voltada, no passado, para a relação anatômico-fisiológica, hoje o sexo é mais político-ideológico e vai comandar a oposição e a descontinuidade sexual do corpo, dando arcabouço, justificativa e até impondo diferenças morais aos comportamentos masculinos e femininos, estando em acordo com a exigência de uma sociedade burguesa, capitalista, colonial, individualista e imperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises feitas podemos compreender como a entrada das mulheres no espaço público educativo ocorreu, sendo primeiramente por meio da sua inserção na Educação Básica, onde o ensino era utilizado para reforçar os aprendizados necessários às atribuições domésticas e maternas, limitando o seu conhecimento em outras áreas. Posteriormente, houve a inserção da mulher no ensino superior e pós-graduações, em que a entrada no mercado de trabalho recebeu influência direta de suas obrigações domésticas.

A questão do gênero feminino pode ser debatida e incluída no currículo das escolas, como mecanismo de participação, ajudando a fomentar novas formas de ensinar e uma gestão democrática que estimule a participação para além da escola.

Embora não seja garantia de mudanças, acredita-se que ao vivenciar a democracia e assimilar os valores de igualdade, de liberdade e de direitos, meninos e meninas passariam a se ver como

sujeitos com o direito a ter direitos e entenderiam que o seu papel de cidadão e cidadã é essencial para a consolidação democrática. Desta forma, a escola estaria colaborando na formação política, beneficiando homens e mulheres para a vida em sociedade.

Talvez, assim, estivéssemos mais próximos de atingir mais justiça e igualdade de oportunidades e de direitos também para as mulheres. Avançamos na informação sobre violência, em falar para que as mulheres denunciem, mas não conseguimos avançar na resposta a essas denúncias. Fazemos várias propostas, políticas públicas, mas não conseguimos penetrar nas instituições e nos dedicamos pouco a monitorar se elas estão dando certo.

Todo esse esforço histórico é para ressaltar que as dificuldades encontradas pelas mulheres para conquistar seu espaço no mundo não foram poucas e que as desigualdades de gênero são uma realidade sim, e não meras divagações. Ainda hoje, consolidar parâmetros de igualdade é um grande desafio social.

O atraso na entrada da mulher no sistema educacional gerou reflexos na esfera profissional. São problemas determinantes, de raízes sociológicas, histórica, cultural e política, que nos dias atuais, com tantos esclarecimentos, devem ser corrigidos e combatidos.

Por fim é importante destacar as conquistas: mulheres inseridas no mercado de trabalho, em áreas antes dominadas pelos homens, mulheres que denunciam a violência por parte dos maridos ou companheiros, mulheres tomando decisões importantes no contexto social, mulheres com liberdade e direito de expressão e mulheres ativas no exercício do seu papel como cidadã plena.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. S. de. Mulheres na escola: Algumas reflexões sobre o magistério feminino. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 96, 71-78, fev. 1996.

ALMEIDA, A. R. S. **A emoção na sala da aula**. Campinas: Ed. Papirus, 2012.

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1991.

ARANHA, M. L.A.A. **História da educação e da pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARAÚJO, S. M. S. História das mulheres, história de vida de professoras: elementos para pensar a docência. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 295-310, jul. /set. 2014. Editora UFPR.

BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. **Feminismo e política: uma introdução**. Editora Boitempo, 2015.

FARIA, A. L. Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte. Campinas, **Cadernos Pagu**, n. 26, 2006.

FINCO, D. Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil. **Pro-Posições**. v. 14, n. 3 (42) -set./dez. 2003.

MEYER, D. Educação, saúde e modos de inscrever uma forma de maternidade nos corpos femininos. **Movimento** - Revista da ESEF/UFRGS, Porto Alegre, v. 9, n. 3, set./dez. 2003.

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-64, 2002.

SOUZA, D. T. R. A formação contínua de professores como estratégia fundamental para a melhoria da qualidade do ensino: uma reflexão

crítica. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D.R. e REGO, T. C. (Orgs.) **Psicologia, educação e as temáticas da vida Contemporânea**. São Paulo, Moderna, 2000.

SOUZA, J. F. de, **Governando mulheres e crianças: jardins de infância em Porto Alegre na primeira metade do século XX**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2000. (Tese de Doutorado)

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. Lisboa: Edições 70, 1998.

WALLON, H. **A psicologia genética**. Trad. Ana Ra. In. *Psicologia e educação da infância*. Lisboa: Estampa (coletânea), 1975.

COMPORTAMENTO FEMININO DESEJÁVEL EM *LUCÍOLA*, DE JOSÉ DE ALENCAR

Janaina Kelly Leite Chaves

Patrícia Pereira da Silva

Sônia Maria Gomes Sampaio

Resumo

O Romantismo, no Brasil, representa o momento das rupturas e da busca pela nacionalidade, momento em que se retrata, na Literatura, o discurso fundador da nação brasileira, que configura um processo de identificação para a nacionalidade/brasilidade. Interpelado pelas ideologias deste período, o romancista brasileiro José de Alencar tornou-se conhecido, entre outras razões, por suas protagonistas que fugiam do padrão imposto pela sociedade burguesa e patriarcal, todavia no desenrolar dos enredos findavam por confirmar e retornar aos protótipos sociais aceitos. Tomando como base o romance específico *Lucíola*, as historiadoras Michelle Perrot e Mary Del Priore, e, os teóricos da análise de discurso: Michel Pêcheux e Eni Orlandi; pretende-se discutir sobre qual era o comportamento feminino desejável na obra *Lucíola* e naquele recorte de tempo em que a mesma se inscreve, entendendo discursivamente como o sujeito mulher era constituído, neste romance do século XIX, a partir de padrões comportamentais da época que ainda podem ser percebidos nos dias atuais. Segundo Orlandi (2005, p. 36), todo discurso faz-se na tensão entre paráfrase e polissemia, “entre o mesmo e o diferente”. O primeiro representa a estabilização (o mesmo) e a polissemia o deslocamento (o diferente) e é nessa tensão, que “os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”. O estudo ora apresentado utiliza-se basicamente do procedimento de revisão bibliográfica. É possível observarmos que ao fazer Lúcia obedecer aos padrões exigidos pela sociedade, José de Alencar não só mostra uma sociedade imersa no conservadorismo como na posição de escritor, reforça a ideologia, principalmente, se levarmos em consideração que o autor não contradiz aquilo que é imposto socialmente, como o comportamento feminino aceitável, desejável e conformado. Deste modo, pondera-se que o sujeito autor pode ter a intenção de produzir determinados sentidos, mas é afetado pelas condições ideológicas que provocam a contradição em seu discurso.

Palavras-chave: Romantismo. Mulher. Discursos. Heranças do patriarcalismo.

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir, entre outras questões, sobre como deveria ser o comportamento feminino no século XIX de acordo com as formações discursivas predominantes naquele período e quais eram os discursos que, possivelmente, atravessavam o sujeito-autor, José de Alencar, e que podem ser notados na obra *Lucíola*. Dito de outro modo, como a representação do feminino reflete ou repete a moral de sua época e da escola literária em que o sujeito autor se inscreve. Buscamos, aqui, entender como os sentidos se constituem e são instituídos por certos discursos, no caso, discursos religiosos, científicos, filosóficos, bem como o próprio discurso Literário Romântico acerca da Mulher. Reconhecemos que a luta contra os parâmetros sociais havia começado no período Romântico, mas ainda não possuía força suficiente para chegar à conclusão de um romance, daí a brusca mudança na persona das protagonistas de alguns romances do Alencar.

Buscando ir ao encontro dos objetivos propostos, nosso artigo se constitui, num primeiro momento, de algumas considerações sobre conceitos da Análise de Discurso que foram necessários para nossos estudos, a saber: os conceitos de formações ideológica e discursiva, o de memória discursiva, paráfrase e polissemia, ressaltando, nesse espaço de inter-relação, o (conceito) de sujeito e de sujeito-autor. Em seguida, faremos algumas considerações sobre o século XIX e os padrões comportamentais referentes à mulher e, ainda, trataremos sobre os discursos religiosos e científicos que regulavam o comportamento feminino e que dentro da obra em questão, fazia com que as próprias personagens demonstrassem preconceitos sociais e intolerância contra si. Adotamos como base a historiadora Michelle

Perrot e Mary Del Priore que nos apoiarão na busca do cenário histórico.

MATERIAIS E MÉTODOS

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DE DISCURSO

Desde o momento em que tomamos a Análise de Discurso (AD) Francesa como aporte teórico, assumimos a tentativa de conciliar os estudos linguístico, literário e histórico. Sabendo que o texto literário é espaço onde se produzem os efeitos de sentido inerentes ao acometimento de afetação do sujeito pela língua e sua interpelação pela ideologia.

Para Achard et al. (2015, p. 55) “é preciso que a língua se inscreva na história para significar e é isso a materialidade discursiva, isto é, linguística histórica. Da interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia resulta a forma-sujeito histórica. [...] a história é o mecanismo ideológico pelo qual o sujeito se constitui”. No âmbito do discurso literário Fragozo (2013, p. 166) afirma que:

[...] a literatura se “encarrega” de trabalhar a língua, tendo em vista determinações ideológicas e históricas específicas, sem que esta (a língua) tenha a sua identidade (unidade) desconstruída. Com isso, a língua transfere à literatura a sua capacidade de se transformar, de se ficcionar (de inventar), enfim de criar poesia. A literatura, portanto, é o lugar em que a língua é reinventada/recriada. A língua conferiu a ela este lugar extra (ordinário). A literatura constituiu-se na “arte” da língua escrita. É assim que entendemos a divisão entre a língua e a literatura, ou seja, entre a arte literária e o saber linguístico. Por outro lado, queremos mostrar que a literatura também constitui um saber linguístico, pois ela é parte constitutiva de uma língua.

O autor externa, ainda, que a questão não é apenas a de falar uma língua, mas de instituí-la por meio da língua escrita, no caso do período Romântico, era efervescente o nacionalismo e a responsabilidade de criação da língua e da literatura tipicamente brasileiras. Ao menos no plano das ideias, esse discurso com novas proposições, expandia-se. De acordo com Orlandi (2012), o objeto de estudo da AD é o próprio discurso, não aquele pautado em meras transmissões de mensagens, ou combinação de palavras em frases, mas enquanto “palavra em movimento”, “prática de linguagem”. Deste modo, dentro desta corrente teórica escolhida como base, o sujeito é, então, posição que se institui no momento da produção do discurso, pois o que ela (AD) procura compreender é a língua fazendo sentido.

Para fins de análise, procuramos considerar a palavra em curso e a língua em movimento na produção dos sentidos, no intuito de tomarmos as materialidades literárias. A respeito dos cuidados com este viés analítico, Orlandi (2012, p. 45) esclarece que não se trata de reduzir as unidades de análise ao linguístico, mas de admitir que “sem o real específico da língua não temos a constituição da ideologia”, toca compreender as formas de assujeitamento, colocando como questão fundamental as “condições verbais de existência dos objetos (científicos, estéticos, ideológicos...) em uma conjuntura dada” (Pêcheux apud Orlandi, 2011, p. 152).

Assim, nessa perspectiva, nossa análise se inscreve num campo teórico que implica em tomar o romance urbano, *Lucíola* de José de Alencar, enquanto objeto dotado de acontecimentos discursivos, ou seja, lugares onde as formações ideológicas filiam-se a diferentes saberes discursivos constituídos historicamente. Um

locus discursivo, onde práticas são “recomendadas” em determinadas conjunturas, compondo sua historicidade e funcionamento. Determinando, o modo de afetação que esta materialidade produz no sujeito.

Considerando que para se estabelecer na posição de sujeito-autor, José de Alencar é atravessado pela ideologia e pelo simbólico torna-se importante frisar que o gesto de interpretação, dado por ele em seus romances, se coloca numa posição de assujeitamento à formação ideológica de uma dada formação discursiva na qual o autor se inscreve na medida em que “produz” textos e, nestes, determina o que é dito e o que não é dito.

Deste modo, José de Alencar não é a origem de seu dizer, uma vez que seus textos são afetados e constituídos pelas vozes pertencentes à ideologia dominante na qual se registra. Essa ideologia não funciona de modo consciente, embora o sujeito tenha a sensação de ser a origem do que diz. É nesse movimento que a ideologia e o inconsciente se ligam materialmente (Orlandi, 2012). Ao fazer-se sujeito autor, José de Alencar produz um movimento de interpretação acerca das relações estabelecidas entre o homem e a mulher na corte brasileira do século XIX, inscrevendo o seu dizer numa memória de sentidos pré-existentes e, se o narrador apresenta perfis de mulheres, no início de diversos romances, como personagens desejantes, com voz própria, elas acabam por se ajustar ao ideal feminino do sujeito-narrador (Brandão, 2006). Nos desfechos, reiteram e reforçam preconceitos contra os quais em momentos anteriores da narrativa esboçavam serem contrários.

Pode-se perceber, assim, que ao mesmo tempo em que enseja por uma autonomia feminina, Alencar fala também de uma memória

na qual a mulher deve ser inferior, pura, submissa e necessita do consentimento e da presença masculina. Para Orlandi (2012, p.36-37).

[...] quando pensamos discursivamente a linguagem, é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente. Daí considerarmos que todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos; os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado estabilizado. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco.

É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo havendo um trabalho contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa: paráfrase e polissemia. Daí dizermos que os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros.

“Esse jogo entre paráfrase e polissemia atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado” (Orlandi, 2012, p. 38). O sujeito do discurso identifica-se plenamente com seus pares e reduplica sua identificação com a forma-sujeito que organiza o que pode ou não ser dito no âmbito da Formação Discursiva, neste caso do século XIX, a respeito de como

deveriam se portar as mulheres, qual seria o comportamento ajustado para aquele preciso momento da história.

Por outro ângulo, enfocando outros aspectos, que não estejam relacionados às personagens femininas de Alencar, é provável que a polissemia tenha se constituído. Em Fragoso (2013), que se deteve (especificamente) sobre esse momento da literatura brasileira, considera-se:

O discurso romântico estava operando transformações, tanto na história dessa nação quanto na história dessa língua no Brasil, fixando novos rumos tanto para esta quanto para aquela.

Não se trata de pensar a história (da perspectiva cronológica) enquanto sucessão de fatos e nem a língua (no seu nível abstrato) enquanto processo linear, contínuo, progressivo. Isso quer dizer que o discurso romântico constituía-se em um momento crítico da história da nossa língua e da nossa nação. Era o momento em que se reivindicava uma língua escrita nacional (a constituição de objetos históricos - a gramática e o dicionário - que garantissem a sua unidade) e uma escrituração (a literatura = saber linguístico individual/próprio dessa língua nacional) da mesma, bem como a constituição de instituições (Academia Brasileira de Letras, Escolas, etc.) que pudessem legitimar essa língua escrita (esses objetos históricos) e essa escritura.

Desse modo, o discurso romântico, se assim podemos dizer, constituiu o real de uma prática escrita da língua nacional, ou seja, ele se configurou enquanto uma escritura original que fundava uma história singular para a língua nacional brasileira (Fragoso, 2013, p. 167-8).

A paráfrase e a polissemia no que se refere aos estilos literários processam-se numa relação tensa até que os discursos literários constituíam; rupturas mais marcadas em relação aos estilos anteriores, propondo assim novos espaços do dizer, o que ocorre já no Realismo com maior fôlego.

Neste momento é oportuno tornar claro que na AD há uma distinção entre sujeito e autor, assim como se faz entre texto e discurso. O sujeito, como aponta Orlandi (2007) está para o discurso assim como o autor está para o texto. Neste sentido, instaura-se uma relação entre unidade e dispersão. “Se a relação do sujeito com o texto é a da dispersão, no entanto, a autoria implica em disciplina e organização, em unidade” (Orlandi, 2007, p. 73). A autoria constitui-se como a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, pois está submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. A Análise de Discurso concebe o sujeito submetido à linguagem. Portanto, a autoria seria uma posição do sujeito que permite o efeito de fechamento dos sentidos e a instalação da singularidade.

Sob a perspectiva dos autores da análise do discurso aos quais nos vinculamos, buscamos tornar mais visível à posição tomada pelo autor (Alencar), através dos sentidos postos em circulação em nossa análise. Concordando com Orlandi (2008, p. 11), que afirma ser a leitura “um processo bastante complexo e que envolve muito mais que habilidades que se resolvem no imediatismo da ação de ler. Saber ler é saber o que o texto diz e o que ele não diz, mas constitui significativamente”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

LUCÍOLA E OS DISCURSOS CIENTÍFICO, FILOSÓFICO E RELIGIOSO SOBRE COMO DEVERIA SER O COMPORTAMENTO FEMININO

No Romantismo torna-se manifesto um movimento de ruptura cultural em relação aos padrões europeus, instituindo-se enquanto estilo literário que traz o discurso fundador da produção da arte literária brasileira. Em Fragoso (2014, p. 78), encontramos que “os diferentes estilos imprimem diferentes materialidades, pois constituem diferentes processos discursivos, é o que estamos chamando de diferentes discursividades literárias”. A forma como cada estilo se constitui, torna os estilos literários discursividades muito específicas. Interessante notar a relação entre o já-dito (memória do dizer) e o que se vai dizer, em relação aos estilos literários, pois tem-se a impressão de que os estilos literários se repetem, quando na verdade eles se constituem instaurando outros sentidos, rompendo com dizeres e sentidos postos.

Neste bojo, José de Alencar, bem como o próprio Romantismo representava as relações sociais existentes no século XIX sem desmascará-las, o que ocorrerá com mais obstinação no Realismo que adentrará o íntimo dos lares para tirar do pedestal a mulher, casta e pura, representando-a de modo menos idealizado. Alencar, não rompe com as determinações da Formação Discursiva na qual se inscreve e embora haja algo novo, a paráfrase é evidente.

Não é difícil observar que o caminho enveredado e percorrido pela mulher, rumo à instituição de seu lugar na sociedade conferiu-lhe marcas resultantes do efeito produzido pela existência de longo

período de uma sociedade hegemonicamente patriarcal que instituiu os modos de relação entre o homem e a mulher.

A sociedade que aqui residia, no século XIX, foi reformulada sob o modelo das famílias burguesas europeias, concebendo a mulher como peça importante nessa sistemática onde a hierarquia se fazia notar. Aos poucos, elas foram descobrindo a esfera pública, aprendendo a ser sociável, adequando-se aos padrões ditados pela classe dominante. A figura feminina era constantemente vigiada e posta à análise ou julgamento da sociedade. Para as que fugiam ao padrão, “aquelas que não realizavam o ideal sexual do amor matrimonial e da maternidade: as solteiras, as libertinas, as prostitutas e as apaixonadas todas aquelas cuja sexualidade não é posta para gerar filhos no interior da família institucional” (Soihet, 1989, p. 116) recaíam as mais variadas formas de discriminação e difamação.

Para Beauvoir, a mulher é o Outro definido a partir da alteridade masculina “[...] a mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem, e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro” (Beauvoir, 2016, p. 12-13).

Rememoremos que por diversas vezes não a é Lúcia quem constrói seu papel dentro da narrativa, mas o olhar do homem regido pelo sistema patriarcal e toda ideologia dualística que o sustenta. Nas primeiras páginas “[...] a senhora sabe que não é possível pintar sem que a luz projete claros e escuros. Às sombras do meu quadro se esfumam traços carregados, contrastam delineando o relevo colorido de límpidos contornos” (Alencar, 2011, p.8). Pouco mais adiante Paulo descreve:

[...] se me voltava para aquela fisionomia doce e calma, perfumada com uns longes de melancolia; se encontrava o seu olhar límpido e sereno; se via o gesto quase infantil, o sorriso meigo e a atitude singela e modesta, o meu pensamento impregnado de desejos lascivos se depurava de repente (Alencar, 2011, p. 15-16).

O protagonista nos apresenta a personagem feminina de acordo com o que lhe aparenta o momento e suas emoções, porém sempre ditada por estereótipos, deste modo aquela moça pura e angelical, passa a revelar-se a mais intensa amante, o avesso do anjo:

Lúcia não disse mais palavra; parou no meio do aposento, defronte de mim. Era outra mulher. O rosto cândido e diáfano, que tanto me impressionou à doce claridade da lua, se transformara completamente: tinha agora uns toques ardentes e um fulgor estranho que o iluminava. Os lábios finos e delicados pareciam túmidos dos desejos que incubavam. Havia um abismo de sensualidade nas asas transparentes da narina que tremiam com o anélito do respiro curto e sibilante, e também nos fogos surdos que incendiavam a pupila negra. A suave fluidez do gesto meigo sucedeu a veemência e a energia dos movimentos (Alencar, 2011, p. 23).

A questão é que a figura masculina sempre ocupou a posição de controle e superioridade natural sobre a mulher, sendo-nos oportuno perguntar: quais eram as formações discursivas que predominavam no século XIX e que resvalavam no discurso literário?

A historiadora francesa, que se debruçou sobre esse período da história e sobre a invisibilidade das mulheres, Michelle Perrot referencia Simone de Beauvoir, no *Le Deuxieme sexe* (O segundo Sexo, 1949). "Não nascemos mulher. Tornamo-nos mulher": a

fórmula famosa rompe com o naturalismo e convida à desconstrução das definições tradicionais.

As relações do sexo (biológico) e do gênero (social, cultural) são o cerne da reflexão feminista contemporânea, que hesita a respeito desse recorte: o sexo é a determinação primeira? Ele não pertenceria ao gênero, num corpo cuja historicidade seria prioritária?

[...] Primeiramente sobre a representação do sexo feminino. De Aristóteles a Freud, o sexo feminino é visto como uma carência, um defeito, uma fraqueza da natureza. Para Aristóteles, a mulher é um homem malacabado, um ser incompleto, uma forma malcozida. Freud faz da "inveja do pênis" o núcleo obsedante da sexualidade feminina. A mulher é um ser em concavidade, esburacado, marcado para a possessão, para a passividade. Por sua anatomia. Mas também por sua biologia. Seus humores - a água, o sangue (o sangue impuro), o leite - não têm o mesmo poder criador que o espermatozoide, elas são apenas nutrízes. Na geração, a mulher não é mais que um receptáculo, um vaso do qual se pode apenas esperar que seja calmo e quente. Só se descobrirá o mecanismo da ovulação no século XVIII e é somente em meados do século XIX que se reconhecerá sua importância (Perrot, 2017, p. 63).

Importância no sentido de ser algo mais que um receptáculo, pois o século XIX teve ampla vigilância doutrinária e de costumes. A igreja constituía-se como principal aparelho ideológico no Brasil até meados do século XIX. No plano científico, alheios às descobertas da medicina, muitas doenças eram interpretadas como advertências divinas, punições legítimas pelos desvios morais. As enfermidades eram vistas por padres e médicos da época como um justo castigo por infrações ou pecados cometidos. Ou seja, o outro (mulher), era sempre visto por lentes ideológicas depreciativas.

Místicas nebulosas em torno do corpo feminino transformavam a mulher em alvo de uma intensa política repressiva. A Igreja e o Estado exerciam uma forte pressão sobre a sexualidade feminina, contendo-a no intuito de preservação do espaço “sagrado” do doméstico ou privado, da segurança familiar e da própria ordem. Por vezes as próprias mulheres introjetavam os valores misóginos predominantes; em passagens do livro analisado isso fica bastante explícito:

[...] Dignidade de quem se despreza a si mesma!... O que é este corpo que lhes mostrei há pouco, e que lhes tenho mostrado tantas vezes! O que vale para mim? O mesmo, menos ainda, do que o vestido que despi; este é de seda e custou o que não custa uma de minhas noites!... Oh! creia, mais nua do que há pouco me sinto eu agora, coberta como estou e aqui onde a sombra nem lhe deixa ver meu rosto!... Porém sua alma vê o que fui e o que sou, e tenho vergonha.

Há sentimentos e gozos que ainda não sentiste, e só uma esposa casta e pura te pode dar. Por mim te havias de privar de tão santas afeições, como são o amor conjugal e o amor paterno? (Alencar, 2011, p.48).

Em *Lucíola* o sentimento de auto rejeição, de desprezo por si estão quase sempre se manifestando, e tanto o discurso religioso quanto o científico vão alimentando a misoginia, como pode ser constatado com os exemplos acima. Séculos depois mulheres ainda esboçam muitos pensamentos machistas, mantendo a postura de recato e passividade perante a sociedade e o homem. Em Lima (2018, p. 39) observamos que:

A evidente misoginia da sociedade e a estruturação de uma cultura fortemente permeada pela moral cristã, acabará por encerrar a mulher no âmbito exclusivamente

doméstico – Como foi notório durante alguns séculos - assim como será legitimada a opressão através de incontáveis discursos: Político, religioso, médico, psiquiátrico, psicológico, jurídico e científico.

O padrão pretendido exclusivamente era então o da mulher como esposa fiel e mãe dedicada, fato que vai se consolidando no período colonial em diante. Não há como desconsiderar que a constante vigilância e repressão colaboram para uma total incompreensão da natureza feminina, já que os discursos não eram elaborados e trazidos por elas, mas exclusivamente pelos homens.

Quando mulheres rompiam os padrões e impunha certa liberdade de atitudes ou palavras, era tida como desvirtuada ou psicologicamente perturbada, restando a elas fechar-se em sua carne, em sua casa, apreende-se como passiva em faces desses deuses de figura humana que definem fins e valores (Beauvoir, 2016). Del Priore aponta que,

Um conhecimento tão limitado, contudo, transformava a madre em território peculiar e secreto. O esforço da medicina em estudar o útero era proporcional ao mistério que a mulher representava como receptáculo de um depósito sagrado, que precisava frutificar. Tal mistério era refutado por uma crença geral: a fêmea não devia ser mais do que terra fértil a ser fecundada pelo macho. Segundo Aristóteles (384-322 a.C.), era o homem quem insuflava alma, vida e movimento à matéria inerte produzida no útero pela mulher. No entender de muitos médicos da época, a mulher não passava de um mecanismo criado por Deus exclusivamente para servir à reprodução. Assim como a pluma do poeta ou a espada do guerreiro, ela era só um instrumento passivo do qual seu dono se servia. A medicina traduzia então as suas poucas descobertas sobre a natureza feminina em juízos fortemente misóginos e desconfiados em relação às funções do corpo da mulher. Na tentativa de isolar os fins aos quais a

natureza feminina deveria obedecer, os médicos reforçavam tão-somente a ideia de que o estatuto biológico da mulher (parir e procriar) estaria ligado a um outro, moral e metafísico: ser mãe, frágil e submissa, ter bons sentimentos etc. Convém notar que a valorização da mãe como órgão reprodutor levava a uma valorização da sexualidade feminina, mas não no sentido da sua realização e sim no de sua disciplina (Del Priore, 2004, p. 69).

O controle da sexualidade feminina era a garantia da manutenção da ordem patriarcal e burguesa: a propriedade, a superioridade masculina, a mulher como objeto que rende capitais simbólicos (distinção, respeito) ao homem.

Os perfis de mulheres José de Alencar, mesmo reafirmando os papéis e os comportamentos que eram esperados, reservados e desejáveis para as mulheres na sociedade fluminense do século XIX, apresentam personagens bastante complexas tendo um desfecho sem maiores contravenções em relação à burguesia e o discurso religioso e científico. As mulheres arrependem-se de suas atitudes e vêm no casamento a solução para livrarem-se da culpa e das angústias. É nesse ponto que o discurso bíblico triunfa sobre o discurso inicial do autor:

Paulo! Paulo... tu bem sabes que com esta palavra me farias cometer crimes, se crimes fossem necessários para te provar que eu só vivo da vida que me dás e me podes tirar com um sopro. Não sou eu criatura tua? Não renasci pela luz que derramaste em minha alma? Não és meu senhor? Meu artista, meu pai e meu criador? (Alencar, 2011, p.142).

Compartilhando do que diz Silveira (2014, p. 9):

O sujeito pode ter a intenção de produzir determinados sentidos, mas é afetado por tais condições ideológicas que fundam a contradição, o paradoxo, em seu discurso. José de Alencar idealiza a figura feminina criando um imaginário de mulher ativa e independente, contudo essa idealização é abalada.

Causando uma contradição com o que se apresentava no início da narrativa. Houve um quase no sentido, quase singularidade para a escrita daquele período histórico.

[...] a ordem e o poder foram representados como valores masculinos, enquanto que a sensualidade e a natureza caracterizaram-se como símbolos femininos. Desse modo, mulheres que rompiam as leis dominantes representavam tudo o que era rebelde, instintivo e indomável e, por isso, acabavam sendo punidas. Foi o que aconteceu, por exemplo, em *Lucíola*, quando Lúcia, após apaixonar-se por Paulo e dele engravidar, assume uma vida “respeitável”, mas, mesmo assim, é punida (pela vida, pelo Cosmos, por Deus?) com a morte, devido ao seu passado de prostituição. [...] A morte de Lúcia pode ser compreendida também como uma espécie de autopunição da personagem (Rocha, 2016, p. 47-48).

Afinal, quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse movimento e inevitavelmente somos tomados por ideologias atreladas aos tempos históricos, a exterioridade, com aquilo que é dito em outro lugar, em outro momento independente da nossa vontade. Os ditos não se originam em nós. Mesmo as intenções são resultantes de processos ideológicos aos quais o sujeito não tem acesso ou plenitude de consciência. “As filiações ideológicas já estão definidas e o jogo da argumentação não toca as posições dos sujeitos, ao contrário, deriva desse jogo”

(Orlandi, 1998, p. 78). Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da obra selecionada, *Lucíola*, para análise, dentro do que nos propusemos com este estudo, consideramos a possibilidade de obtenção Polissêmica, caso as escrituras sejam mais incisivas dentro dos textos que produzimos, sobretudo na era da pós-modernidade onde muitos dos aparelhos ideológicos de outrora perdem espaços com o aparecimento de outros. José de Alencar deixou-nos uma obra multifacetada, contemplou: a crônica, o romance, o teatro e textos de intervenção política alinhando-se com o projeto romântico de construção da literatura brasileira sob o ponto de vista conservador, embora com prenúncios de rupturas, inclusive em relação à mulher, as personagens femininas, que ensejam algo novo, ainda que não se sustente até o término dos enredos. Os discursos que atravessam dados períodos históricos possuem uma materialidade, desenvolvendo-se enquanto práticas linguísticas, práticas literárias, no cerne das formações sociais, com suas ideologias específicas e, por vezes, inconscientes. Conforme Fragoso (2013, p. 169).

Podemos afirmar, então, que tanto a literatura quanto a gramática não são “disciplinas” que se desenvolvem enquanto “entidades” autônomas, isoladas (fechadas) que possuem características (inerentes) próprias (identificáveis e reconhecíveis universalmente). A existência dessas disciplinas não é abstrata e nem transparente. Tratam-se de discursos (saberes linguísticos) que se constituem na base da língua (escrita) enquanto instrumentos linguísticos que constroem a própria existência (imaginária) deste objeto (a

língua). Portanto, estes discursos têm uma espessura temporal (Auroux, 1992, p. 11), isto é, uma materialidade (historicidade) passível de descrição, construída no tempo. Eles se desenvolvem enquanto práticas linguísticas no interior de uma formação social e num intervalo temporal específico. Estes discursos são partes constitutivas da história da língua de um povo.

Dado o exposto, entende-se que o sujeito autor também é historicamente determinado pelo interdiscurso, pela memória do dizer: algo fala antes, em outro lugar independentemente (Achard et al., 2015). Mesmo a ideologia, conforme Pêcheux (apud Achard et al., 2015, p. 64) “é um ritual com falhas, sujeito a equívoco, de tal modo que, do já dito e significado, possa irromper o novo, o irrealizado [...]”. Encaremos com bons olhos, a ideia de memória como “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (Pêcheux apud Achard et al., 2015, p. 56). Polêmicas, contra-discursos, movimentos em rede e resistência são palavras-chave em estudos referentes às mulheres e aos padrões que regulam, ainda hoje, a atuação feminina.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. et al. **Papel da memória**. 4. ed. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ALENCAR, J. M. de. **Lucíola**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. v 2. Rio de Janeiro: fatos e mitos. 3. ed. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BRANDÃO, R. S. **Mulher ao pé da letra: a personagem feminina na literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

FRAGOSO, É. A. Há separação entre língua e discurso? **Revista Igarapé**, Porto Velho, 2014, p. 69-85.

FRAGOSO, É. A. O romantismo: uma referência para a língua nacional. **Revista Igarapé**, Porto Velho, 2013, p. 163-180.

LIMA, R. A. B. **Os feminismos e suas vozes: Uma leitura junguiana das Mulheres participantes de coletivos feministas**. Dissertação. Programa de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2018.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: Michel Pêcheux**. Campinas: Pontes, 2011.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2012.

ORLANDI, E. P. Discurso e Argumentação: um Observatório do Político. **Fórum Lingüístico**, Florianópolis, n. 1, p.73-81, jul.-dez., 1998.

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2008.

ORLANDI, E. P. O inteligível, o interpretável, e o compreensível. In: ZILBERMAN, R; SILVA, E. T. **Leitura perspectivas interdisciplinares**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

ROCHA, M. O. **As gotas que transbordam do copo: a disputa pelo poder em um copo de cólera.** Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 2016.

SILVEIRA, W. M. et al. **Lucíola e Senhora: a construção do feminino entre a memória e a ruptura.** [s. l.]: **Todas as Musas**, 2014, p. 224-236.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência urbana: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920.** Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

AS IMPLICAÇÕES DAS ATIVIDADES EXTRACLASSE NO RENDIMENTO ESCOLAR DE ESTUDANTES DO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA: UM OLHAR DE PROFESSORES E TÉCNICOS

Waleska Juracy Araújo de Lima

Elza Paula Silva Rocha

Iranira Geminiano de Melo

Resumo

A prática de esportes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama tem gerado discussões junto à comunidade acadêmica quanto ao impacto delas no rendimento dos alunos-atletas. A literatura especializada afirma haver um impacto positivo. Nesse contexto, tem-se como objetivo analisar a visão dos professores e técnicos a respeito dos impactos das atividades extracurriculares no rendimento escolar dos alunos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada a partir de entrevista semiestruturada com 26 docentes e 21 técnicos administrativos em educação (TAEs). Os resultados indicam haver diferentes olhares para as atividades extracurriculares, o que ocorre tanto no grupo de docentes quanto de TAEs. Considerou-se, que predomina no olhar dos servidores a percepção de que as atividades extracurriculares têm impacto positivo no rendimento escolar dos alunos.

Palavras-chave: Rendimento escolar. Atividades extracurriculares. Estudantes.

INTRODUÇÃO

Desde os primeiros treinos na instituição, a prática de esportes pelos alunos do IFRO – Campus Porto Velho Calama tem gerado discussões na comunidade acadêmica a respeito do impacto deles no rendimento escolar dos alunos-atletas, sendo apontada como fator predominante para um baixo rendimento. Mais recentemente, têm-se incluído também a influência de outras atividades extracurriculares nessas discussões.

No entanto, o rendimento escolar demonstra ser influenciado por diversos fatores, como as práticas educativas empregadas pelos pais (Sapienza; Aznar-Farias; Silvares, 2009), baixa acuidade visual (Toledo, 2010), problemas emocionais e comportamentais (Borba; Marin, 2018), e muitas outras, sendo as atividades extracurriculares apenas um desses fatores.

Cavaliere e Maurício (2012) mencionam que a maior parte de projetos extracurriculares está sendo associada aos projetos de diminuição de desigualdades sociais, o que tem gerado várias discussões sobre o assunto em diversos países, pois mesmo nos chamados “países desenvolvidos”, o problema das desigualdades sociais não somente persiste, como continua a crescer.

Peserico, Kravchychyn e Oliveira (2015) apresentam relatos de alunos-atletas que dizem que o esporte auxiliou na disciplina e responsabilidade deles. Segundo Oliveira (2012, p. 11) “Quando pensamos em esporte na escola, mesmo fora da sala de aula de educação física, precisamos entender que o mesmo deve influenciar positivamente na formação humana e, conseqüentemente na educação dos alunos.” Ou seja, o esporte tem o dever de ser um meio de mudar a visão de mundo dos alunos e auxiliá-los não apenas a melhorar o rendimento escolar, como ajudá-los a se tornarem cidadãos melhores.

Nesse contexto, a literatura descreve que

O capital cultural adquirido por meio da realização de práticas extracurriculares e esportivas, bem como a influência e o acompanhamento parental sobre os diversos âmbitos que constituem a vida do aluno, favorece a aquisição e o desenvolvimento de tais características no indivíduo,

potencializando, qualitativamente, seu desempenho acadêmico (Silva; Ehrenberg, 2017, p. 27).

Dessa forma, as atividades extracurriculares estimulariam o aprendizado e conseqüentemente o rendimento acadêmico. Sendo assim, surge o questionamento: seria recomendado, então, deixar o aluno participar de várias atividades extracurriculares ao mesmo tempo? Oliveira (2012) ressalta que não, pois o número de compromissos do aluno deve ser considerado sempre. Nessa perspectiva, as atividades extracurriculares assumem o papel de auxiliar os alunos a se aprimorarem, não sobrecarregá-los com diversas atividades que eles desenvolvam medianamente.

Diante do exposto, o objetivo do estudo foi analisar o olhar dos técnicos administrativos em educação e dos professores do IFRO - Campus Porto Velho Calama quanto à participação de alunos em atividades extracurriculares, com ênfase no esporte, através de dados qualitativos, que foram obtidos por meio de entrevistas com os servidores da Instituição.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida em nível de iniciação científica, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do IFRO, por meio do Parecer Número 1.906.927 de 3 de fevereiro de 2017. Caracteriza-se por ser descritiva e utilizar dados qualitativos e quantitativos. Os dados foram coletados a partir de entrevistas feitas com os docentes e técnicos administrativos em educação (TAEs) do IFRO - Campus Porto Velho Calama.

A amostra foi formada por 26 docentes e 21 TAEs, tendo sido abordados 36 docentes e 25 TAEs. Quatro técnicos e dez docentes

recusaram-se a participar da pesquisa, por motivos que variavam de não estar disponível no momento a não se sentir seguro o bastante para expor sua opinião, mesmo com o anonimato garantido. Visando manter o anonimato os docentes foram numerados de D 01 a D 26 e os TAEs de TAE 01 a TAE 21.

As entrevistas foram analisadas a partir do método análise de conteúdo, uma atitude interpretativa que Bardin (1977, p. 42) conceitua como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens) indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Nesse sentido, foram seguidas três etapas: (a) uma análise prévia – transcrição das entrevistas (b) a exploração do material; e (c) o tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação. Nesta última etapa, os resultados foram analisados a partir de uma síntese do material analisado, utilizando-a para fazer interpretação, inferências e diálogo com a literatura.

As entrevistas (semiestruturadas) foram realizadas a partir de um roteiro previamente definido e eram gravadas primeiramente em um smartphone Moto G 2^a geração e depois em um Moto G 4 Play, utilizando o aplicativo “Gravador de Som”, disponibilizado pela Green Apple Studio, na *Google Play Store*. O roteiro contava com perguntas sobre a opinião dos pesquisados a respeito do envolvimento do aluno com as atividades extracurriculares ofertadas pela Instituição, bem como sobre a opinião desses

servidores quanto ao impacto do esporte, das atividades extracurriculares, da família e de fatores socioeconômicos no rendimento escolar dos alunos atletas.

Ao contatar o pesquisado, primeiramente explicavam-se os objetivos e a metodologia da pesquisa e em seguida era solicitada a autorização do mesmo para a realização da entrevista. Uma vez concordando, os entrevistados assinavam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e em seguida era realizada a entrevista.

Após a etapa de realização das entrevistas, elas foram transcritas, parte utilizando o programa Word 2016, da *Microsoft Corporation*, e outra parte utilizando o *Google Documentos* (para que a equipe de pesquisadores tivesse acesso ao mesmo tempo), disponibilizado pela *Google Inc.*

Na exploração do material, fez-se a síntese das entrevistas em uma planilha com a tabulação de dados da pesquisa, sendo utilizados os seguintes softwares: Excel 2016, da *Microsoft Corporation*, o XLSTAT 2019, um plugin para o Excel desenvolvido pela Addinsoft e o Nvivo 12, desenvolvido pela QSR International. Este último, utilizado para gerar nuvem de palavras, uma imagem a partir da qual se apresentou os dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se analisar os dados da amostra constatou-se que, dentre os 47 pesquisados, havia 38,30% de mulheres e 61,70% de homens, constava-se ainda que 55,32% eram docentes e 44,68% TAEs (Tabela 1).

Tabela 1: Características da amostra pesquisada

Categoria	Frequência	Rel. frequência (%)
Feminino	18,00	38,30
Masculino	29,00	61,70
Docente	26,00	55,32
TAE	21,00	44,68

Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2018)

Quando perguntados sobre como que as atividades extracurriculares interferem no desempenho escolar dos alunos, 44,68% afirmaram que a influência seria positiva, enquanto 31,91% afirmaram que poderia ser positiva ou negativa, dependendo do comprometimento do aluno com o rendimento escolar e 12,77% afirmaram que essa influência seria negativa, 2,13% afirmou que a pesquisa interfere positivamente e as demais atividades têm impacto negativo, e 8,51% não responderam ou não sabiam responder (Tabela 2).

Tabela 2: A visão dos servidores sobre as atividades extracurriculares

Categoria	Frequência	Rel. frequência (%)
Positivamente	21	44,68
Negativamente	6	12,77
Tem um lado + e um lado -	15	31,91
Pesquisa interfere positivamente, as outras atividades negativamente	1	2,13
Não sabia/Não respondeu	4	8,51

Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2018)

O substantivo comum **atividade** em seu sentido denotativo transmite a ideia de ação e movimento, entretanto ao se combinar com o advérbio **não** acaba por expressar a concepção de que as atividades extracurriculares podem não contribuir positivamente com o rendimento escolar do **aluno**, a depender da dedicação dele a essas atividades:

Infelizmente, maiormente tem interferido meio que de forma **negativa**, pois os **alunos** muitas vezes se dedicam muito as **atividades** extracurriculares seja ela artística; cultural ou esportiva e acaba deixando em cima do plano a parte acadêmica. Muitos **alunos**, por algum motivo preferem ir a um ensaio, ir a um treino do que fazer um trabalho ou frequentar aula no período regular (D 05).

Em relação à **atividade** extracurricular, eu a vejo como fundamental por que, na maioria das vezes, quando as crianças se encontram numa situação ou até mesmo às vezes **não** só o adolescente, mas aquele que esteja até numa área de graduação, às vezes num momento ocioso, qualquer **atividade** extracurricular ela vem complementar, faz com que ele aprenda a dinâmica até mesmo na área de trabalhar em equipe, de como, é, ver a visão entender a visão do outro, e comparar com a sua própria, porque às vezes só em sala de aula a gente vê uma visão em conjunto, e quando a gente vê **atividades** fora, extracurricular, a gente acaba tendo uma visão mais ampla, que a gente talvez **não** enxerga só dentro de uma sala de aula, por exemplo, quando se pede para fazer uma pesquisa como esta, é, é interessante porque a gente começa a entender como que eu me comporto numa situação desta, em relação a uma **atividade** como esta, como eu vou desenvolver um novo raciocínio perante algo concreto, e **não** somente a alguma coisa abstrata, que é desenvolver um conhecimento teórico dentro de uma de aula, e na maioria das vezes essa parte extracurricular, ela (força a gente) a desenvolver a teoria com a prática (TAE 03).

Percebe-se que as falas se apresentam de forma reflexiva e ponderada, podendo sugerir uma relatividade em relação às contribuições positivas ou não das atividades extracurriculares no rendimento escolar:

[contribui] ora positivamente, ora negativamente. Eu tenho **alunos** envolvidos nas modalidades, por exemplo, de esporte que são ofertadas aqui na instituição que são **alunos** de excelente rendimento. No entanto eu tenho alunos... eu tenho aluno que ele estando envolvido nas **atividades**, no quarto bimestre, por exemplo, ele **não** veio em nenhuma aula minha. Então é relativo teria que ser uma questão melhor avaliada, melhor acompanhada porque eu tenho esse dois extremos: **alunos** que estão envolvidos com esporte ou música, com **atividades** que são ofertadas aqui que são excelentes **alunos**, comprometidos, esforçados, participam daquilo que é proposto na disciplina e tal, em compensação eu tenho outro desde o início do ano, que do terceiro bimestre para cá praticamente **não** vem a aula e foi para os jogos e tudo mais, e na aula ele num vem **não** (D 06).

Para alguns **alunos** as **atividades** extracurriculares como música e esportes dão a eles um dimensão de dedicação e de [...] disciplina, e noções de disciplina que são interessantes até para aplicar nos seus estudos e há também outras **atividades** extracurriculares que acrescentam ganhos para a vida acadêmica do **aluno**, como os projetos de pesquisa (TAE 21).

Há também a visão de que os alunos se dedicam exacerbadamente as atividades extracurriculares, comprometendo os estudos, pois não conseguem atender as demandas de trabalhos escolares:

É, eu até já conversei com os **alunos** que, uma das coisas que eu acho interessante no Instituto, é que diferentes das outras instituições de ensino convencionais, nós oferecemos uma gama de **atividades** para todos os gostos. O problema que nós temos é que às vezes os **alunos** ficam tão maravilhados com esse rol de **atividades**, que eles começam preferir as **atividades** extracurriculares em função do estudo, e então, uma coisa que eu **sempre** chamo atenção, até nos primeiros dias de aula, a instituição tem muitas **atividades**, antes de você chegar e se inscrever em todas, verifique quais aquelas que têm mais a ver, com quais você se identifica mais, e selecione, porque você tem aqui o que você está cursando: ensino médio e ensino profissionalizante. Então, é uma carga de trabalhos, de **atividades** muito intensa, aí se você pegar mais de uma **atividade**, se você **não** for uma pessoa organizada, você **não** vai conseguir dar conta, né, você **não** vai conseguir desempenhar, desenvolver com excelência nem as suas **atividades** principais, que são os seus estudos, que é o seu curso técnico, e nem as **atividades** de extensão, então a gente sempre chama a atenção. É bom, é excelente, porque isso são **atividades** enriquecedoras, mas o que eu vejo é que, às vezes, eu tenho um **aluno** aqui que às vezes ele está em quatro projetos, de pesquisa, de extensão, de prática esportiva, de tudo, aí você fala assim, ‘ah, por que você **não** entregou o trabalho na data’, ‘ah porque eu tava numa **atividade**’, ‘ah porque eu tinha que fazer um relatório’, ‘porque eu tinha que fazer isso, tinha que fazer aquilo’. Então eu vejo que muitas vezes eles perdem o foco, porque eles **não** têm maturidade para escolher, eles se inscrevem em tudo, depois eles ficam com aquela... com aquele peso moral de ‘ah, eu dei minha palavra que ia fazer o projeto com o professor, professora’, e depois eles **não** conseguem sair das **atividades** e **não** conseguem dar conta dos estudos, então isso é algo que eu venho acompanhando bastante desde que cheguei na Instituição (D 08).

No modo que se o **aluno** se dedica muito à **atividade** extracurricular e acaba deixando de lado as **atividades**, vamos dizer da escola, né? Do colégio. Acaba que interferindo. Ele tem que saber equilibrar as duas coisas, fazer tanto **atividade** extracurricular como escolar. Tem que ter prioridade né? (TAE 14).

Finalizando, pode-se afirmar haver ainda a visão das atividades extracurriculares como um bônus na formação do aluno, algo que contribui com o processo educativo, independente de ser esporte, música ou pesquisa:

Bom, creio que as **atividades** extracurriculares formem algo a mais além do que é ensinado na sala de aula, que é uma coisa mais técnica. As atividades extracurriculares meio que desenvolvem a cidadania, desenvolvem uma personalidade da pessoa, enfim, desenvolvem outros aspectos que **não** são desenvolvidos ou que são pouco desenvolvidos na sala de aula (TAE 05).

Quando é **atividade** de pesquisa, ela melhora o desempenho, porque como o **aluno** tem que estudar bem para poder desenvolver a pesquisa dele, ele começa a levar essa prática para outras disciplinas. Então, para mim, isso é positivo, né, também música, por exemplo, o esporte, ou pelo menos deveria ser. Eu vejo assim, que infelizmente, em alguns casos, a gente vê pessoas que se sobressaem, tanto na música, quanto no esporte, mas que **não** se dedicam à sala de aula, né? Se nós tivéssemos como critério para participação deles, nos esportes e na música, o bom rendimento na sala de aula, a gente teria uma melhora incrível nas disciplinas, como é na pesquisa, por exemplo, nós temos um professor, chegou recente no nosso curso [retirado o nome do professor], e os **alunos**, para continuarem na pesquisa com ele têm que tirar média em

todas as disciplinas, oito ou acima de oito. Se tirar alguma média abaixo de oito sai da pesquisa (D 03).

Portanto, constatam-se diferentes formas de ver as atividades extracurriculares e até de não querer/saber falar sobre elas: “É, não teria muito para falar sobre essa questão não” (D 01), “Ah, essa parte eu não sei ó. Não sei” (TAE 16); sugerindo que nem todos os servidores se envolvem com as atividades extracurriculares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do objetivo do estudo que foi analisar o olhar dos técnicos administrativos em educação e dos docentes do Campus Porto Velho Calama quanto à participação de alunos em atividades extracurriculares, com ênfase no esporte, pode-se concluir que há diferentes tipos de opinião, sendo que houve uma maior concordância em relação ao reconhecimento de que as atividades extracurriculares impactam de forma positiva no rendimento escolar dos alunos.

Nesse processo de reconhecimento, o estudo evidenciou um cuidado por parte dos servidores, tanto docentes quanto TAEs, em ponderar que ao mesmo tempo em que há benefícios são necessários cuidados no sentido de limitação na quantidade de atividades extracurriculares, para que o aluno não se sobrecarregue e tenha um comprometimento na realização das tarefas escolares das matérias curriculares.

Por fim, evidenciam-se as atividades extracurriculares enquanto significativas experiências na formação dos alunos, capazes de aumentar o capital cultural, desenvolver e potencializar habilidades e contribuir no processo de formação cidadã.

Agradecimentos ao Departamento de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação do Instituto Federal de Rondônia - Campus Porto Velho Calama, pelo apoio financeiro e ao CNPq pela bolsa de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa (Portugal): Edições 70, 1977.

BORBA, B. M. R.; MARIN, A. H. Problemas emocionais e de comportamento e rendimento escolar em adolescentes. **Psico**, v. 49, n. 4, p. 348-357, 2018.

CARVALHO, R. M. B. et al. **Análise da relação entre o esporte e desempenho escolar**: um estudo de caso. Dissertação de Mestrado. Instituto de Educação. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa (Portugal): 2017

CAVALIERE, A. M.; MAURÍCIO, L. V. A ampliação da jornada escolar nas regiões Nordeste e Sudeste: sobre modelos e realidades. **Revista Educação em Questão**, v. 42, n. 28, 2012.

MEREGE FILHO, C. A. A. et al. Associação entre o nível de atividade física de lazer e o desempenho cognitivo em crianças saudáveis. **Rev. bras. educ. fís. esporte**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 355-361, set. 2013. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-55092013000300003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OLIVEIRA, A. R. de. **A influência do esporte no rendimento escolar na opinião de alunos e professores da escola estadual Cora Coralina da cidade de Ariquemes-RO**. Ariquemes: [s.n.]. Disponível em: www.educonufs.com.br/cdvicoloquio/eixo_02/PDF/137.pdf. Acesso em: 28 jun. 2019.

PESERICO, C. S.; KRAVCHYCHYN, C.; OLIVEIRA, A. A. B. Análise da relação entre esporte e desempenho escolar: um estudo de caso. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 2, 2015.

SAPIENZA, G.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Competência social e práticas educativas parentais em adolescentes com alto e baixo rendimento acadêmico. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 208-213, 2009.

SILVA, M. G. Q. da; EHRENBERG, M. C. The influence of artistic, sportives and extracurricular activities in the academic success of students. **Pro-Posições**, Campinas, v. 28, n. 1, p. 15-32, Apr. 2017. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072017000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 set. 2019

TOLEDO, C. C. et al. Detecção precoce de deficiência visual e sua relação com o rendimento escolar. **Rev. Assoc. Med. Bras.**, São Paulo, v. 56, n. 4, p. 415-419, 2010. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-42302010000400013>. Acesso em: 10 set. 2019.

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO EM CONJUNTO COM O PIBID NA FORMAÇÃO DO ACADÊMICO DE HISTÓRIA DA UNIR

Sérgio Abner Alencar de França
Adolfo Mateus Souza de Carvalho
Veronica Aparecida Silveira Aguiar

Resumo

O trabalho em questão tem como objetivo apresentar a experiência dos acadêmicos de história no desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado II em conjunto com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) da Universidade Federal de Rondônia. Sendo assim, o foco desta atividade se deu na pesquisa em campo sobre a relação Escola - Comunidade, para a qual foram utilizados os seguintes procedimentos de coleta de dados: o uso de fontes orais por meio de entrevistas estruturadas com professores, alunos e comunidade do entorno da escola, além de fontes documentais como o Projeto Político Pedagógico da Escola, consulta de materiais didáticos e fotografias. A discussão teórico-metodológica foi embasada por Paulo Freire (2000), Cristiani Bereta da Silva (2010) e Estevão Martins (2019). Tal atividade é importante para uma reflexão mais aprofundada sobre o trabalho e ambiente em que viveremos no exercer de nossa função como futuros professores de história, favorecendo também nossa práxis como pesquisador, devido às situações em que nos encontramos em ocasiões diversas no trabalho de campo. Em resumo, a constante reflexão sobre as atividades de estágio durante a formação na graduação é imprescindível para o exercício do futuro profissional, para a área de Ensino de História e para a vida sociocultural dos estudantes de História da Universidade Federal de Rondônia.

Palavras-chave: Escola. Comunidade. Ensino de História.

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão tem como objetivo apresentar a experiência dos acadêmicos de história no desenvolvimento da atividade de estágio supervisionado II, desenvolvido em conjunto com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

(Pibid) da Universidade Federal de Rondônia. Essa atividade se desenvolveu inicialmente na observação em sala de aula, e na pesquisa da relação entre a escola e a comunidade.

No decorrer das atividades, percebemos o quão importante são as atividades de estágio e dos projetos extracurriculares, como o Pibid, para a reflexão acerca da função de professor de história e, sobretudo, a nossa função como pesquisador-historiador. Além disso, a relação com a escola forneceu uma visão “da parte interna” desta organização social, o conhecimento dos desafios de seu corpo docente, permitindo a participação dos estagiários em reuniões para tratar de assuntos estudantis e suas relações.

Este artigo irá apresentar os prós e os contras das escolas em que nos foi possível atuar como observadores. Nele refletiremos sobre as ocorrências, as histórias, as atuações dos profissionais, a comunidade extramuros, os estudantes e sobre a realidade social do local. As escolas escolhidas foram, a saber: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Castelo Branco e Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Doutor Oswaldo Piana, ambas escolas públicas, mas com uma diferença complexa, pois uma está localizada na região central e outra num bairro periférico da cidade.

O texto discutirá alguns registros documentais, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas, o uso de fontes orais por meio de entrevistas estruturadas com professores, alunos, funcionários e comunidade, assim como apresentará uma discussão teórico-metodológica, utilizando autores como Circe Bittencourt, Paulo Freire, Cristiani Bereta da Silva e Maria Schmidt, para fazer uma análise sobre a didática em história, e relações entre comunidade e aluno. Também utilizamos o verbete “Consciência

histórica” do Dicionário de Ensino de História de 2019 escrito pelo filósofo professor da Universidade de Brasília Estevão Chaves de Rezende Martins.

AS EXPERIÊNCIAS NA ESCOLA MARECHAL CASTELO BRANCO

A primeira atividade no Pibid tinha como objetivo a observação em sala de aula, permitindo visualizar como o professor de história trabalhava e realizava suas atividades. Ademais, como forma de aproveitar o tempo na escola em que estava sendo feita a observação, foi ofertada a possibilidade de realizar essa atividade juntamente ao estágio supervisionado II, orientado pela Professora Verônica Aguiar, do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia. O objetivo foi avaliar a relação da escola com a comunidade. Para a execução do trabalho de campo do estágio foram utilizados diversos materiais para o levantamento de dados.

A partir disso foi possível a análise de forma crítica da atuação do professor e também dos próprios alunos. Sendo assim, foram realizadas conversas com os discentes em diferentes momentos, perguntando o que achavam da escola, se tinham alguma dificuldade, se tinham algo que gostavam ou não gostavam assim como o que eles sugeririam para melhorias, e também foi feito o mesmo com os docentes, o que resultou em respostas positivas e possibilitou a elaboração deste texto. Todas essas considerações levantadas advieram da ideia do conceito de aprendizagem, um termo utilizado para se referir aos processos de transformação das capacidades e comportamentos humanos em aprender nas diferentes áreas do conhecimento e podemos problematizar: nas mais variadas perspectivas teóricas. Isso por que:

A predisposição para aprender transforma o material em significativo na interação contínua entre conhecimentos prévios e novos conhecimentos na realização de uma aprendizagem significativa. Verifica-se, assim, que ao longo do tempo o significado do termo aprendizagem esteve associado à capacidade humana de adquirir, atribuir sentidos, de pensar, comunicar, aprender e viver. Para isso concorreu a multiplicidade de olhares e compreensões sobre o termo, dada, especialmente, pela complexidade das situações que lhe são constituintes. Ideias e práticas de investigação atribuíram ênfases diferenciadas aos aspectos constitutivos das condições humanas de aprender (Lima, 2019, p. 29).

Em relação à comunidade, a abordagem foi realizada no contraturno às observações realizadas na escola, e mesmo com dificuldades foi possível obter resultados bem positivos, o que trouxe a possibilidade de respostas às várias indagações levantadas, quadros comparativos sobre a situação da escola Castelo Branco e a atual dificuldade de uma relação maior com a comunidade extramuros.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESCOLA CASTELO BRANCO

A escola Marechal Castelo Branco está localizada na região central de Porto Velho, sendo mais preciso, no Bairro Arigolândia, estando próxima ao Tribunal de Justiça de Rondônia e também próxima ao Centro Político-administrativo do estado.

Esta escola conta com alunos de diversas áreas da cidade, sendo frequentemente moradores de regiões periféricas, e conforme o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, menos da metade dos alunos são da região. O bairro Arigolândia, considerado um dos primeiros bairros de Porto Velho, sofreu e vem sofrendo processos

de urbanização, que atualmente o configuram como área de expansão comercial.

À medida em que a cidade foi crescendo, ela ganhou características urbanas e foi necessário a expansão territorial e extensiva, se pensarmos no conceito de modernidade. Durante a pesquisa de campo, por exemplo, houve certa dificuldade em encontrar casas no bairro Arigolândia, e essas em sua maioria se encontram de portas fechadas, o que é comum, já que para atender a demanda de espaço, os moradores aos poucos vão se afastando dessa área, e povoado novos bairros, deixando de ser um bairro “familiar” e se adaptando ao processo de modernidade, seguindo esse raciocínio, casas dão lugares a prédios, em especial os órgãos de poder em frente à escola, como o Tribunal de Justiça (TJ), o Conselho Estadual de Educação (Seduc), o Centro Político-Administrativo (CPA), entre outros. Devido à quantidade de órgãos públicos situados na região, surge a necessidade de pontos comerciais, tais como restaurantes, padarias, farmácias e bares, e para atender essa demanda, as casas se tornam pequenos pontos comerciais que não atendem apenas os poucos moradores do bairro, como também trabalhadores das instituições acima mencionadas.

Esse processo de afastamento da população em relação ao seu bairro, em especial o Arigolândia, reflete diretamente na escola, pois a mesma é pouquíssimo frequentada por moradores da região; de acordo com a pesquisa de campo, é baixo o entrosamento da comunidade ao redor da escola com a escola, sendo vista até mesmo com hostilidade por grande parte desta população. A escola, que já foi considerada referência para a cidade de Porto Velho, agora se tornou apenas mais uma em relação às escolas de bairro periférico,

uma vez que a comunidade central da cidade enxerga como mais uma escola pública que atende à população periférica em uma área central.

Segundo relatos dos entrevistados, antes de 1970, a escola e a comunidade possuíam uma relação bem próxima. Tal relação se devia ao fato de que boa parte do alunado era filha dos professores e dos funcionários públicos que trabalhavam em seu torno. O fato de ela possuir boa localização, ter um ensino exemplar e boa estrutura a tornava bastante disputada até a década de 1970, mas desde então tem perdido relevância, por ter sofrido deterioração da infraestrutura e perdas na qualidade do ensino, conforme relatado por moradores do entorno. É relevante conhecer as causas e consequências desse processo, o que justifica a pesquisa que ora apresentamos.

Na academia, por exemplo, seria importante, nos cursos de licenciaturas, compreender e trabalhar a história das escolas em relação ao contexto no qual se insere, não só para atender suas transformações, sentidos e disputas, mas para a elaboração de propostas de intervenção que possam contribuir com a melhoria da educação, uma vez que este constitui um direito público fundamental para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade como um todo. É preciso buscar a solução dos problemas que estão enfrentando, seja em relação ao ensino, seja em relação à estrutura física, porque isso afeta diretamente a aprendizagem dos estudantes. O conhecimento contextual da cultura, da política, das ideias acerca da escola é relevante no processo de formação da consciência histórica:

No processo formal de aprendizagem escolar, a consciência histórica de docentes e discentes interagem numa

comunicação intergeracional substantiva da convivência cultural e da produção de conhecimento histórico, mediante apropriação individual por todo aprendiz, em ambas as relações: a da interação intergeracional e a subsistente entre docentes e discentes. Há efeito reflexo desse aprendizado sobre o docente, para quem o aprendizado continua no exercício profissional e na vida sociocultural (Martins, 2019, p. 55).

Depreende-se que a própria escola Castelo Branco, a qual no seu passado tinha uma “boa educação” e uma “boa estrutura” pelo fato de que os alunos eram filhos dos professores e dos funcionários públicos, ao se abrir para outros públicos (alunos de condição socioeconômica inferior, vindos da periferia da cidade), tem sido menos valorizada pela classe média que habita seu entorno. Soma-se a isso a redução de investimentos para manutenção predial e formação continuada do corpo docente.

Na pesquisa feita em campo, por meio de perguntas dissertativas foi possível obter respostas diversas relacionada à escola Castelo Branco. Pudemos constatar que a comunidade em peso tem diversas reclamações acerca do comportamento dos alunos; a primeira pessoa entrevistada, por exemplo, foi contundente em dizer que os alunos fazem barulho intenso e aludiu também a suposto uso de drogas ao redor da escola, o que conforma uma visão negativa sobre a mesma. Temos que ter em mente que a “consciência histórica” deve envolver outros agentes, inclusive a comunidade extramuros.

Toda ação humana requer a reflexão histórica (mesmo se não historiográfica) do agente. A habilitação ao agir decorre da aprendizagem. Essa se dá pela apropriação dos dados concretos da história empírica em que se situa o agente,

sobre o qual se debruça a reflexão, produzindo compreensão e interpretação do meio histórico em que o agente se encontra, de que é tanto produto quanto produtor (Martins, 2019, p. 55).

A partir do trecho acima, decidimos entrevistar uma ex-aluna da Escola para dialogar com a reflexão histórica e os dados coletados da história empírica. Apesar de a segunda entrevistada ter sido aluna na escola, ela também possui diversas reclamações quanto aos alunos. Relatou que a escola Castelo Branco foi já uma excelente escola, porém hoje ela não tem a mesma opinião que tinha anteriormente, por conta dos alunos que supostamente fazem uso de drogas nas calçadas e o uso de palavrões. Conforme os dados coletados dos entrevistados, podemos refletir sobre até que ponto o estigma do uso de drogas na escola vem delas ou da sociedade em que estão inseridas. Em razão desse estigma, os usos das drogas são mais preocupantes do que o consumo de bebidas alcoólicas por jovens e adolescentes. Em termos de saúde pública, ambos mereciam maior atenção por parte da Secretaria de Estadual de Educação. O contraponto entre o passado e o presente da escola foi uma das marcas de maior destaque nas entrevistas. O passado como “bom” e “adequado”, e o presente como “desordenado” e “inadequado”.

A segunda entrevistada destacou que sente saudades da época que estudava na escola, porque havia atividades festivas, competições, cantavam o hino nacional, a gestão cobrava a presença dos pais e a escola era aberta à comunidade. Destacou que a direção da escola era assídua no quesito “comemorações escolares”, disse ter vontade de contribuir para que a escola voltasse a ser o que era antes, uma escola de referência e se mostrou disponível pra colaborar se em algum momento for convidada a participar de atividades na escola.

Segundo ela, se houver maior envolvimento da comunidade na escola a instituição terá melhorias.

Ambas as entrevistadas, além de reclamações propõem a “militarização das escolas” como forma de impor disciplina aos alunos e solucionar os problemas sociais dela decorrentes. Consideram a escola, em seu momento atual como “desorganizada” e um ambiente “sem autoridade”. É claro que são opiniões de quem desconhece a realidade das escolas atuais, o empenho de seus profissionais em propor atividades educativas coordenadas, gerir um ambiente diverso e repleto de desafios, entretanto, isso mostra o quanto a escola está distante da comunidade.

A sociedade contemporânea mudou, hoje a escola é para todos, diferente das décadas anteriores à de 1970, em que a escola era para poucos. As entrevistadas pensam e sentem falta de uma política mais rígida, no entanto ambas desconhecem a escola como ambiente de formação pública e para a cidadania, logo não conhecem a realidade dos alunos, técnicos, professores. Por isso, é importante conhecer a História da Escola e a História do Ensino de História no Brasil. No que reporta ao aprendizado da História, cabe ainda considerar que

[...] os processos de aprendizado da História precisam ser pensados para além de serem considerados como processos dirigíveis e controláveis, mas, em que pese o fato de estar ainda em construção uma teoria de aprendizagem histórica referenciada em uma cognição situada na própria História, isso pode ser fecundado por concepções teóricas do aprendizado histórico que tenham como finalidade principal a formação e desenvolvimento da consciência histórica, constituindo-se, assim, a possibilidade de uma relação mais

orgânica entre a cultura histórica e a cultura escolar de uma sociedade (Schmidt, 2012, p. 88).

Por conta de a escola não possuir alunos apenas da comunidade, a relação harmoniosa e de solidariedade que antes a escola tinha, hoje praticamente não existe. Para uma gestão que se pretende efetivamente democrática, é preciso, contudo, construir caminhos para uma maior participação da sociedade em suas ações, nos limites das competências de cada um. Para Silva, “A democracia envolve dever não só da equipe de gestores... Ela é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudante e funcionários na organização, na construção e avaliação dos projetos políticos pedagógicos...” (Silva, 2011, p. 3).

Além disso, devemos lembrar o papel das práticas docentes nas escolas e a crescente desigualdade social na cidade de Porto Velho:

Sem dúvida, a sociedade brasileira tem vivenciado grandes debates sobre a importância da defesa dos direitos humanos e dos valores democráticos para a vida em sociedade. Discute-se hoje, em todos os espaços formativos (escola, igreja, clube e universidade), os fundamentos políticos, culturais e filosóficos desses princípios, buscando entender sua historicidade. O debate sobre os direitos humanos no Brasil é uma prática recente, sobretudo pela própria experiência cultural e política brasileira, que tem a sua história marcada por práticas antidemocráticas, de desrespeito e violações dos direitos, de comportamentos preconceituosos, discriminatórios, e de uma cultura da violência de gênero, social, regional, racial, geracional, religiosa e política, que impactam na nossa forma de ser, pensar e agir (Nunes; Andrade, 2018, p. 36).

OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA NA ESCOLA CASTELO BRANCO

Devido à disponibilidade dos estagiários tão somente no turno noturno, foi possível observar de modo sistemático apenas a relação docente com a turma da modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA). Antes mesmo de os estagiários frequentarem tal escola, foi debatido a respeito dos alunos e dos desafios teria pela frente. Antes de conhecer aquela realidade escolar, tudo que se tinha de informação coletada era prioritariamente negativo, ideias como as registradas nas entrevistas acima mencionadas. Frutos do desconhecimento da sociedade em geral acerca do perfil dos alunos, das atividades que realizam, dos esforços da escola em promover educação de qualidade. Por isso é importante que os estágios das licenciaturas sejam bem orientados e se articulem com outros projetos, como o Pibid. No ensinamento de Bereta,

[...] o estágio docente deve ser entendido como componente curricular do curso de História que incorpora a pesquisa, constituindo-se em momento teórico em que a prática é problematizada e investigada. Insisto com os acadêmicos do curso de História da UDESC de que o estágio também se constitui como lugar de reflexão, de estudos teóricos, enfim, de pesquisa. Essa insistência busca afastar a compreensão corrente de que o ‘estágio é a parte prática do curso’, uma compreensão também incorporada por eles em operações discursivas difíceis de suplantar ou mesmo desconstruir (Bereta, 2010, p. 151).

O primeiro contato com o EJA foi surpreendente no sentido de rompimento com os estereótipos e pré-conceitos. Vimos “estudantes normais”, como quaisquer outros, cuja única diferença era serem jovens ou adultos, que trabalham e têm uma família para cuidar, o que nos tornou ainda mais empáticos sobre a situação e a

ânsia destes em terminar seus estudos. Nas observações de sala de aula, foi visto o quão esgotado eles ficam devido à suas rotinas diárias de trabalho, sendo este um importante desafio para a efetivação da aprendizagem.

Para estimular a aprendizagem o professor de história buscou estabelecer uma comunicação mais dinâmica, mediante linhas de diálogo, incentivo ao debate, comparações e paralelos históricos entre épocas e acontecimentos. Essa estratégia é vista como positiva por Bittencourt, pois: “Em história não se entende como apreensão de conteúdo apenas a capacidade dos alunos em dominar informações e conceitos de determinado período histórico, mas também a capacidade das crianças e jovens em fazer comparações com outras épocas” (Bittencourt, 2008, p. 106).

No entanto, no decorrer do estágio, foram constatadas algumas falhas no processo pedagógico. Em algumas ocasiões de observações do estágio, foi visto que alguns professores parecem possuir uma ideia “pré-concebida” em relação aos estudantes do EJA, com falas que sugerem não depositar muita expectativa sobre eles e desvalorizá-los. Entendemos que ser professor implica em defender a democracia e se opor a todas as formas de discriminação e preconceito, como fizera e propusera o educador brasileiro Paulo Freire:

Sou professor a favor da decência contra o despudor, a favor da liberdade contra o autoritarismo, da autoridade contra a licenciosidade, da democracia contra a ditadura de direita ou esquerda. Sou professor a favor da luta constante contra qualquer forma de discriminação, contra dominação econômica dos indivíduos ou das classes sociais... Sou professor a favor da esperança que me anima apesar de tudo.

Sou professor contra o desengano que me consome e imobiliza (Freire, 2000, p. 115-116).

O EJA possui muitas limitações, por um lado decorrentes da estrutura da escola, por exemplo, falta de material didático, em especial de livros, por outro lado por questões concernentes à falta de qualificação profissional para tratar sobre questões de acessibilidade dos surdos e a inclusão educacional de modo mais amplo. Vimos que muitas das salas de aula observadas possuíam algum aluno não ouvinte, e a escola não dispunha de quantidade de profissionais especializados na área para atender às demandas, o que inviabiliza que os não ouvintes se desenvolvam por completo, ou mesmo consigam concluir seus estudos.

Após as aulas, costumávamos conversar com alguns alunos do EJA para saber o que poderia melhorar, se eles tinham alguma sugestão ou reclamação, e muitos acabavam por criticar a didática de alguns professores, pois mesmo que estes possuíssem ideias interessantes e boa formação acadêmica, a prática pedagógica era marcada, de forma unilateral, pela sobreposição do docente. Foram questionadas as aulas expositivas, que na opinião dos alunos eram “tediosas” e o fato de alguns professores não buscarem inovar nos seus métodos e estimular a pesquisa nos alunos, sendo esta a principal reclamação dos discentes entrevistados. Os alunos queriam algo diferente, pois muitos acabavam por perder a atenção e se voltavam para o celular. Informaram que queriam fazer mais atividades, mais uso do quadro, vídeos e de outros materiais, para que assim pudessem acompanhar com mais aproveitamento a exposição do professor.

O diálogo, a contraposição de ideias são importantes para o processo de aprendizagem. Ao refletir em relação à metodologia do Ensino de História conforme nos aponta Circe Bittencourt, é fundamental compreendermos que:

O método dialético corresponde a um esforço para o progresso do conhecimento que surge no confronto de teses opostas: o pró e o contra, o sim e o não, a afirmação e a negação. O confronto das teses opostas possibilita a elaboração da crítica. Esse método pretende chegar ao conhecimento de determinado objeto ou fenômeno defrontando teses contrárias, divergentes. Tais teses, no entanto, não são apenas divergentes; são opostas e por vezes contraditórias, e é nessa qualidade que se confrontam, ou seja, pelas contradições. [...] Um ponto inicial, ao se propor a introdução do método dialético no ensino, é identificar o objeto de estudo para os alunos e situá-lo como um problema (com prós e contras) a ser desvendado com a utilização da análise (a decomposição dos elementos), para posteriormente esse objeto voltar a ser entendido como um todo (Bittencourt, 2008, p. 231-232).

A EJA possui um grande potencial a ser explorado. Os alunos possuem conhecimentos prévios sobre diversos assuntos, construídos a partir de suas vivências empíricas e de suas experiências escolares. Considerando que “Os seres humanos dispõem de graus variados de cada uma das inteligências e maneiras diferentes com que elas se combinam e organizam e se utilizam dessas capacidades intelectuais para resolver problemas e criar produtos.” (Gama, 1998, p.2), os estudantes observados esboçam suas capacidades de diferentes formas, como é mostrado em um projeto da escola chamado AMAC, no qual é pré-determinado um tema sobre o qual os alunos devem estudar para apresentar em sua

sala, podendo-se utilizar de várias estratégias e recursos para apresentar o seu trabalho explicar o tema.

Após as atividades do AMAC, todos os alunos foram elogiados, pois os trabalhos ali produzidos foram excepcionais. Entretanto, o trabalho foi limitado à comunidade escolar. Se tivesse sido aberto à sociedade externa, poderia ter contribuído para um conhecimento mais autêntico do perfil dos alunos, reduzindo a distância entre a escola e a comunidade local. Desta forma, essas e outras questões foram diagnosticadas a partir da nossa pesquisa de campo em 2018 e tais resultados revelam a importância da formação inicial dos graduandos em História, formação esta que tem no estágio um dos momentos mais relevantes de integração entre teoria e prática e abertura para vivências mais amplas. Conforme Cristiani Bereta da Silva.

As lutas e reivindicações por outros lugares para o estágio só farão sentido se as práticas dessa 'Prática' também forem deslocadas, alteradas, desconstruídas, contribuindo para a construção de uma epistemologia própria ao ensino e para a formação para o ensino, certamente sem perder de vista o diálogo com os conhecimentos da teoria da História e da pesquisa histórica, qualitativamente diferentes do ensino dessa disciplina e não hierarquicamente diferentes (Silva, 2010, p. 152).

EXPERIÊNCIAS E REFLEXÕES SOBRE A ESCOLA OSWALDO PIANA

Após a experiência na E.E.E.F.M Marechal Castelo Branco, foi dada continuidade ao trabalho do Pibid na E.E.E.F.M Dr. Oswaldo Piana, novamente no turno noturno, devido a incompatibilidade de horários dos graduandos para acessar a escola. Assim como a escola anterior, continuamos a trabalhar com os alunos do EJA. Nesse ponto

já havíamos desmistificado a ideia do “EJA violento”. Vencido esse preconceito que resulta em estigma para os estudantes jovens e adultos, restava ainda um outro a ser superado: o do lugar, pois a sociedade frequentemente associa o bairro Nacional, onde se situa a Escola Oswaldo Piana, como um bairro tomado pela violência, simplesmente por ele ser um bairro periférico, ocupado por moradores de condição socioeconômica desfavorecida. Pré-conceitos, estereótipos e estigmas não contribuem para a compreensão da realidade e a intervenção pedagógica significativa, por isso defendemos uma pedagogia do empoderamento dos sujeitos sociais discriminados:

[...] considera-se que ‘em contextos como o nosso, que historicamente construíram suas sociedades afirmadas na exclusão dos diferentes’, os setores e as pessoas ‘subalternizados ou silenciados’ precisam empoderar-se, reconhecendo-se como ‘atores’ sociais vivos e ‘sujeitos’ de direitos, capazes de reivindicarem a implantação de políticas públicas e confrontarem situações de violações de direitos, além de serem partícipes dos processos e situações que os envolvam, inclusive a educação em direitos humanos – ou seja, os envolvidos nessa educação não são apenas receptáculos mas agentes da história e da sua educação. (Nunes; Andrade, 2018, p. 44).

No entanto, antes mesmo de chegar à escola, foi percebido que há um problema de acessibilidade à escola, tanto para os estagiários, quanto para os estudantes, resultado da pouca circulação de ônibus no bairro. No horário de pico, ficam trafegando apenas dois ônibus que levam para o bairro, enquanto a noite passa apenas um, resultando em espera de mais de uma hora, e caso você perca o ônibus, não há outras opções para o transporte público. Ainda

falando sobre o transporte oferecido, ele se encontra extremamente sucateado, e constantemente o motorista avisava que em pontos específicos é perigoso parar, afirmando que já havia sofrido três assaltos enquanto dirigia naquela linha.

Apesar de a violência urbana estar presente no bairro Nacional, assim como na maioria dos demais bairros da cidade de Porto Velho, não presenciamos nenhuma cena de violência: pudemos andar pelas ruas sem nos preocupar, tomar lanche numa padaria e mesmo ficar em frente da escola no final das aulas, conversando com alunos, situação que não seria possível caso o bairro realmente tivesse o nível de violência com o qual é pintado. Entendemos ser mais um estigma social a ser superado. Esse estigma é produzido pela circulação dos discursos, a qual exerce seu próprio controle (Foucault, 1998, p. 21). É imprescindível, portanto, estabelecer mecanismos para subverter, dobrar essa lógica incrustada em nosso sistema de pensamento. Nesse sentido, o estágio docente tem uma função relevante, pois é “também é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo, intervenção, entre outros” (Silva, 2010, p. 151-152).

CARACTERÍSTICAS GERAIS DA ESCOLA OSWALDO PIANA

Conforme já mencionamos, a E.E.E.F.M Dr. Oswaldo Piana se encontra no bairro Nacional, na Zona norte da cidade de Porto Velho, sendo então a única escola estadual do bairro. A área onde o bairro está situado pertence à Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Diferentemente da escola Castelo Branco, a Oswaldo Piana tem como público a própria comunidade, sendo quase nulo o número

de estudantes que moram em outras áreas da cidade, no entanto, ainda assim, a escola se encontra “fechada” à comunidade e distante.

Vários problemas de ordem social afetam a comunidade do entorno da escola, o mais delicado deles se refere às condições socioeconômicas que atinge diretamente os alunos e afetam no processo da aprendizagem, essas situações repercutem no comportamento do aluno, tornando-o até mesmo agressivo em certas ocasiões:

A violência, quando se manifesta no âmbito escolar, é denominada como “indisciplina”, e pode ser de alunos com relação a outros alunos e de alunos com relação ao corpo docente. Nos dois casos, sabe-se que o aluno está refletindo, em parte, a sua realidade, a sua situação de vida. Quanto à desigualdade social, esta se torna cada vez mais evidente, pois a escola está inserida num meio social que tem esta característica e atende, em sua maioria, alunos que sofrem com esta desigualdade. Sendo assim, tem uma importante tarefa de conscientização para que os indivíduos não sejam manipulados e percebam as contradições desta sociedade (Projeto Político Pedagógico, 2018)

A partir do trecho acima do Projeto Político Pedagógico da Escola Oswaldo Piana e da nossa experiência educativa, preferimos acolher a ideia dos princípios dos direitos humanos para as escolas portovelhenses. Em primeiro lugar, porque há pouca familiaridade com a discussão dos temas ligados aos direitos humanos no âmbito escolar de diversas instituições de ensino. Em segundo lugar, a ausência de preocupação com essas questões dos corpos docentes e discentes, não contribui para suprir a desigualdade social e estimular a conscientização dos indivíduos. E, por último, a cultura dos direitos humanos é pouco conhecida e praticada pelos sujeitos institucionais

(alunos e professores) e muitas vezes nem é percebido como um problema, isso explica, em parte, porque algumas pessoas defendem a “militarização das escolas” em Porto Velho como uma solução à “indisciplina” dos estudantes.

OBSERVAÇÕES EM SALA DE AULA NA ESCOLA OSWALDO PIANA

Com a chegada dos estagiários e a pré-experiência em outra escola, estávamos preocupados em relação a como a professora iria agir com o EJA, devido a experiência anterior não ter sido tão satisfatória, no entanto, nos deparamos com uma feliz surpresa, onde esta se mostrava bastante atenciosa com seus alunos, cobrando melhor desempenho, e também oferecendo a sua melhor laboração para eles. E claro, havia alguns alunos que fugiam ao “controle” dela, manifestando atos de indisciplina, mas sem ultrapassar os limites do respeito. Sua postura profissional a fazia ser querida e elogiada pelos estudantes. Os professores que gostam da profissão tendem a ser mais positivos ao executarem as suas atividades em sala de aula. Isso remete a uma reflexão mais ampla e que perpassa pela metodologia do ensino de História, exemplificada pela citação abaixo, da historiadora Circe Bittencourt.

Os métodos de ensino estão, pois, associados a um processo mais complexo, que envolve cuidado nos critérios de seleção de conteúdos, e encontram-se intimamente ligados à avaliação. Uma concepção de método de ensino articulada à relação entre conhecimento prévio, conhecimento científico e conhecimento escolar conduz à reformulação dos métodos de avaliação, retoma a reflexão sobre o significado do ‘erro’ e assume maior significação, ao englobar uma visão crítica (e não punitiva) tanto do trabalho do aluno quanto do próprio trabalho docente (Bittencourt, 2008, p. 242).

Voltando a realidade da escola Oswaldo Piana, recordamos que a professora contava com uma auxiliar voluntária, que ainda é graduanda do curso de história da UNIR, algumas vezes ela lecionou no lugar da professora quando a docente precisou se ausentar por motivos de saúde. Porém, a professora sempre deixou o material preparado, para que a auxiliar voluntária não tivesse dificuldade em lidar com os conteúdos e alunos nesse processo de aprendizagem.

[...] ao destacar o que o aluno percebe o objeto a ser estudado, o professor trata-o como um sujeito apreendendo dada realidade ou determinado fenômeno e dá validade ao seu conhecimento, ao mesmo tempo que pode sublinhar e destacar as grandes falhas e lacunas. Seu papel é então completar o que está faltando, com novas informações e dados conceituais, pondo novamente em discussão certas questões mais polêmicas e aumentando a capacidade de argumentação dos alunos (Bittencourt, 2008, p. 241-242).

As aulas mais cotidianas da professora utilizavam o quadro ou os slides, e ela se mostrava bastante interacionista com seus alunos, buscando ativar em suas memórias informações e experiências que remetessem às demandas contemporâneas do ensino; ela fazia isso relacionando a aula a algo atual que estivesse acontecendo no bairro, na cidade ou no próprio país, possibilitando uma participação muito mais intensa dos alunos em sala de aula, tornando claro seu domínio sobre essa habilidade extremamente importante para o historiador: a contextualização do conteúdo atual articulado com o conteúdo de temporalidades recuadas (Dezemone, 2019).

A professora se mostrou muito perspicaz e muito competente na variação de atividades, a qual permitiu até mesmo nossa participação como estagiários, seja auxiliando os alunos, ou

buscando auxiliar a própria professora com seleção de conteúdos. Na ocasião foi-nos facultado que utilizássemos material cinematográfico para ministrar uma discussão sobre o Iluminismo, o que foi bastante positivo para a aprendizagem desse item do currículo e para a própria formação do senso crítico dos alunos.

Outra atividade marcante que a professora sugeriu quando estava ministrando uma aula sobre a escravidão, foi um trabalho de representação, em forma de desenhos, do cotidiano e espaços de uma senzala. O trabalho foi bem aceito pela turma e se mostrou instigante. A professora o propôs considerando haver naquela turma, em particular, um talento especial para o desenho. Ou seja, a professora absorveu a ideia das inteligências múltiplas e transpassou isso para seus alunos, avaliando-os conforme propunha a ideia de Gardner. A atividade consistiu em os alunos replicarem em desenho as senzalas e explicar o que era feito em cada parte dela, resultando em uma reflexão sobre o lugar do negro na sociedade colonial e do sujeito negro na contemporaneidade, despertando, desse modo, a “consciência histórica” por meio do ensino e aumentando seu aprendizado. A formação da consciência histórica, segundo Martins, é processual e se forma em ambientes formais e não formais de ensino:

Todo sujeito reflexivo agente passa por processos de aprendizado, informais e formais, nos quais se dá a constituição histórica de sentido. Estar consciente da Consciência Histórica como interconexão entre indivíduos e sociedades, entre ontem, hoje e amanhã, entre experiências e expectativas é um fator indispensável da existência humana, a ser levado em conta em todos os processos de ensino e aprendizagem (na escolha de conteúdos como nas táticas de informação, apropriação e utilização de conteúdos e narrativas) (Martins, 2019, p. 58).

No entanto, assim como em toda e qualquer escola pública, o ensino de história não é valorizado, a professora contava com duas aulas semanais em cada turma, com essas aulas possuindo apenas quarenta e cinco minutos, o que prejudica em muito o ensino que já é extremamente corrido por conta de um extenso conteúdo a ser ministrado para as turmas do EJA. Essas limitações de ordem política e institucional conformam um currículo limitado, marcado pela redução e simplificação do conteúdo histórico. Essa realidade já foi denunciada por Circe Bittencourt nos anos 1990 e consiste em um velho problema no ensino de História. Segundo a autora,

Nas escolas públicas destinadas aos alunos das camadas sociais mais pobres, reduzia-se ao máximo o conteúdo explícito e recorria-se a testes ou ‘trabalhos em grupo’ para realizar uma rápida avaliação em classes cada vez mais lotadas, com diminuição da carga horária e das horas semanais (Bittencourt, 2008, p. 100).

Os constrangimentos do currículo de História e a interdição de temas e problemas vistos como “ideológicos” contribui para o desconhecimento e a despolitização, em especial dos estudantes mais pobres, que têm na escola sua principal fonte de conhecimento formal e de cultura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa apresentada, foi possível ver dois pontos totalmente distintos, o primeiro devido especialmente à localização das duas escolas, das quais uma já foi definida como “escola modelo” e a outra é rotulada como “escola de periferia”. A primeira localiza-se na região central da cidade, no coração do centro político-administrativo, e a segunda localiza-se não muito distante da

primeira, na zona norte da cidade, mas que por razões políticas (falta de investimentos públicos) acabou por se configurar em periferia sociológica, mais do que em periferia geográfica. Nesta, a falta de transporte público de qualidade a torna ainda mais distante e de difícil acesso.

A percepção dos comunitários do entorno da Escola Castelo Branco é de que aquele é um bairro “bom”, “nobre”, de que aquela escola já foi uma escola de referência (quando era a escola dos filhos da classe média e da elite do funcionalismo público rondoniense) e decaiu quando passou a receber alunos da periferia de Porto Velho, os quais são vistos como “marginais”, “delinqüentes” e “indisciplinados”. Em sua visão, a gestão escolar é omissa e praticamente refém de seu alunado, situação que só pode ser resolvida com a militarização da referida instituição de ensino.

No que concerne à percepção dos moradores do bairro Nacional sobre o espaço que habitam e sobre a Escola Oswaldo Piana, nota-se menosprezo pelo bairro em razão dos problemas sociais que apresenta, e críticas à sua falta de infraestrutura, problema que também é notado em relação à escola.

Em ambas as escolas, a participação da comunidade em atividades do cotidiano escolar é praticamente inexistente, o que resulta em visões e juízos de valores equivocados sobre as referidas instituições de ensino.

Do ponto de vista da prática pedagógica do ensino de História, apesar das diferenças de acessibilidade, estrutura e recursos didáticos – que pesam de maneira negativa sobre a Escola Oswaldo Piana, o resultado lá se mostrou bem mais interessante e positivo. Destacamos a renovação de métodos de ensino dos professores da

Escola Oswaldo Piana, suas abordagens dialógicas, motivadoras e valorizadoras dos interesses e conhecimentos prévios dos alunos. Nela os professores atuaram de forma a demonstrar maior abertura ao diálogo e à valorização das experiências dos discentes, sem preconceitos e estereótipos, sem estigmas, diferente do que observamos na Escola Castelo Branco, em que os alunos do EJA costumam ser encarados sem boas expectativas.

As observações em campo, portanto, foram positivas para desconstruir a crença de que as escolas mais periféricas oferecem um ensino de menor qualidade.

O estágio docente, enquanto ato intencional e orientado nos possibilitou refletir sobre a prática docente do ensino de história, os desafios do ensino desse componente curricular na modalidade EJA e sobre as possibilidades e desafios de uma maior integração entre a escola e a comunidade adjacente.

O professor de história tem um importante papel na instituição escolar no que diz respeito à formação da consciência histórica, do senso crítico, da leitura de mundo. Seu trabalho, todavia, é desafiado cotidianamente. Ao trabalhar com um público diverso, é preciso repensar seus métodos de ensino, fazer adaptações à realidade de cada sala de aula, buscar meios para trazer os alunos à reflexão histórica, valorizando seus saberes e experiências, mas também operando dialeticamente na crítica das verdades pré-estabelecidas. Seu trabalho perpassa à formação da consciência histórica, para além da consolidação de conhecimentos e habilidades específicas.

Essa experiência foi algo surpreendente, pois deu uma ideia muito interessante sobre como agir em diferentes situações.

Observar os “erros e acertos” dos docentes, bem como os nossos próprios, foi relevante para refletirmos sobre a prática docente. Nesse processo também foi relevante termos conversado com alunos, com funcionários das escolas investigadas e com membros da comunidade externa, pois isso nos favoreceu compreender melhor suas expectativas e dilemas no atual contexto da história do Brasil.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, C. M. F. Ensino de história: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2008. DEZEMONE, Marcus. “Diretrizes Curriculares”. In: FERREIRA, M.; OLIVEIRA, M. M. D. de. (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 91-97.

GAMA, M. C. S. S. **A teoria das inteligências múltiplas e suas implicações para a educação**. 1998. Disponível em: <http://ericafontanive.blogspot.com/2009/10/teoria-das-inteligencias-multiplas-e.html> Acesso em: 10 nov. 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LIMA, M. Aprendizagem. In: FERREIRA, M. de M.; OLIVEIRA, M. M. D. de. (org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 24-29.

MARTINS, E. R. Consciência Histórica. In: FERREIRA, M. & OLIVEIRA, M. M. D. de. (Org.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019, p. 55-58.

NUNES, E. S. N.; ANDRADE, J. A. Aprender e Ensinar os princípios dos Direitos Humanos nas universidades brasileiras: Histórias dos(as) professores(as) de História. **Revista História Hoje**, v. 7, no 13, 2018, p. 34-59.

SCHMIDT, M. A. M. S. História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 16, n. 37, maio/ago. 2012, p. 73-91.

SILVA, A. R. R. **Escola e comunidade juntas fazem a diferença**. Universidade Federal do Tocantins, Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Coordenação Pedagógica, Programa Escola de Gestores, Palmas: 2012.

SILVA, C. B. da. Atualizando a Hidra? O estágio supervisionado e a formação docente inicial em História. **Educação em Revista**. 2010, vol.26, n.1, pp.131-156.

SEDUC. Secretaria de Estado de Educação de Rondônia. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Castelo Branco. **Projeto Político Pedagógico**. Porto Velho: 2018.

SEDUC. Secretaria de Estado de Educação de Rondônia. Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Dr. Oswaldo Piana. **Projeto Político Pedagógico**. Porto Velho: 2019.

PARTE II



EXPERIÊNCIAS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRORIZAÇÃO

MIGRAÇÃO E DIREITOS HUMANOS: DESAFIOS CONCERNENTES AOS HAITIANOS/AS EM PORTO VELHO-RO

Tiago Lins de Lima

Melissa Reis Martins

Joice Lani de Araujo Montenegro

Fabiane da Silva Araújo

Resumo

Este trabalho almeja refletir sobre a problemática da migração haitiana no contexto do terremoto de 2010, considerando os principais fatores que impulsionaram o deslocamento internacional de parte de sua população e os principais desafios enfrentados pelos imigrantes no Brasil, em particular em Porto Velho-RO, no que concerne aos Direitos Humanos. O estudo foi desenvolvido em abordagem qualitativa, na interface Direito/História, com base no método bibliográfico-documental, compreendendo observações em campo e registros etnográficos e fotográficos. Conclui-se que a migração é considerada um fenômeno moderno, de implicações à ordem dos Estados Nacionais. O ingresso de cerca de 3.000 haitianos e haitianas na capital rondoniense trouxe desafios específicos em relação à promoção da cidadania e a efetivação de direitos humanos. As principais demandas apresentadas por essa população referiram-se a trabalho, educação e saúde. É necessário que o Estado brasileiro aprimore mecanismos de fiscalização das relações de trabalho e de promoção de políticas públicas de saúde, educação e orientação profissional aos imigrantes, pois assim contribuirá para a materialização de direitos humanos e oportunizará que essas pessoas reconstruam suas vidas.

Palavras-chave: Diáspora. Direito. História do Haiti.

INTRODUÇÃO

Em janeiro de 2010 o Haiti foi assolado por um terremoto de 7,2 graus na escala Richter, o qual arrasou a região Oeste do país. A região Oeste do Haiti corresponde à sua área mais densamente povoada e na qual se localiza a capital federal, Porto Príncipe.

Governo e instituições internacionais presentes no país estimaram que o abalo sísmico ocasionou a perda de 300.000 vidas humanas e deixou outras 300.000 pessoas feridas. Quanto aos prejuízos materiais, esses foram calculados na ordem de 11,5 bilhões de dólares (Seguy, 2014). Com a destruição da maior parte da infraestrutura produtiva do país, um cenário de fome e epidemias passou a se desenhar, fazendo com que muitos haitianos se vissem forçados a emigrar para outros países, na busca por melhores condições de vida.

Este texto visa tornar públicas reflexões acerca da problemática da migração haitiana no contexto do referido terremoto, considerando os principais desafios concernentes aos Direitos Humanos enfrentados pelos haitianos no Brasil, especificamente em Porto Velho-RO, cidade amazônica que abriga atualmente uma colônia de cerca de 2.000 haitianos. A pesquisa buscou compreender os principais fatores apontados como motivadores de mobilidade populacional e os desafios da conquista da cidadania no novo país, considerando fatores políticos e jurídicos implicados no processo.

O estudo insere-se no campo da História do tempo presente e dialoga com o Direito e a História da América na medida em que tangencia reflexões acerca do processo colonial haitiano e dos mecanismos neocoloniais utilizados contemporaneamente naquele país.

O recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 2010 a 2018, período em que os pesquisadores efetuaram observações em campo e atuaram em projetos de ensino e de ajuda humanitária no

âmbito da Igreja Católica local e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

Com relação ao recorte empírico do estudo, considerou-se o perímetro urbano do município de Porto Velho, sobretudo sua região central, por ser esta a que mais concentrou haitianos em razão de dispor de imóveis para aluguel a preços acessíveis e apresentar boa localização em relação a empresas capazes de empregar a mão de obra haitiana. O surgimento de novas centralidades urbanas nas zonas Leste e Sul legou o centro histórico a relativo abandono, possibilitando a ocupação de seus imóveis (degradados ou semi-degradados), aos imigrantes recém-chegados.

A pesquisa, conduzida em perspectiva histórica é desdobramento de um projeto mais amplo, denominado “Diásporas Contemporâneas” em desenvolvimento no Núcleo de Estudos Históricos e Literários do IFRO, que trata da migração e dos desafios socioeconômicos de populações da América.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este estudo configura-se como pesquisa básica, de gênero teórico e objetivos explicativos. Foi desenvolvido em abordagem qualitativa.

O procedimento técnico central que subsidiou a pesquisa foi o Estudo de Caso. Conforme Yin (2010), estudo de caso é um tipo de investigação empírica acerca de um fenômeno contemporâneo, o qual é investigada dentro de seu contexto e temporalidade próprios. Entende-se esse método adequado ao tipo de investigação realizada visto que as condições contextuais da migração haitiana para Porto Velho são pertinentes para a compreensão do fenômeno estudado.

Em paralelo ao estudo de caso, o procedimento pesquisa bibliográfica possibilitou consolidar um corpus de informação sobre o estado da arte do objeto em questão.

As fontes de informação que subsidiaram esta pesquisa foram de tipo bibliográfico, mescladas aos registros produzidos durante observações em campo, de modo que a elaboração de fichamentos e a observação (participante e não-participante) predominaram na coleta de dados.

Foram realizadas observações sistemáticas em campo nos espaços do IFRO – Campus Porto Velho Calama, da Paróquia São João Bosco e na região central de Porto Velho, sobretudo nos bairros Olaria e São Cristóvão. As observações foram registradas *in loco* em caderno de campo e na sequência transpostas para editor eletrônico de texto, de modo a facilitar o manuseio dessas informações. No que reporta às fontes de perfil bibliográfico, leituras minuciosas, fichamentos e serialização foram operações concernentes ao tratamento dado nesta pesquisa.

Após consolidado o *corpus* documental iniciou-se o trabalho analítico, que tomou por substrato a teoria e procedimentos da Análise do Discurso (AD) vinculada à vertente francesa. Tal escolha interpretativa se justifica pelo fato de a AD francesa articular o lingüístico com o sócio-histórico, percebendo o discurso como produto da confluência daqueles elementos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diversos são os fatores que têm motivado o deslocamento humano na contemporaneidade: o desejo de uma vida melhor, oportunidades de melhores remunerações, de aumento do conforto

material, o desejo de ajudar a família, de aprender outra língua e cultura. Olavo Bernardes salienta, ainda, que “O fenômeno da globalização introduziu outros fatores de motivação, chamados fatores interacionais, que incluem livre circulação de informação, comunicação global melhorada e custos de transporte mais baixos” (Bernardes, 2016, p. 38). Tais fatores vinculam-se à chamada migração espontânea, geralmente correlacionada a interesses de melhoria econômica.

Não se pode esquecer, todavia, que há os deslocamentos involuntários: por força da violência, das guerras, das perseguições étnicas, políticas, religiosas e também os ocasionados pela conjunção de catástrofes da natureza e vulnerabilidade sistêmica, como é o caso da emigração de haitianos em 2010. A esses fatores vinculam-se a migração não espontânea.

Voluntária ou involuntariamente há mais de 190 milhões de pessoas vivendo fora de seu país de origem (Arango, 2007) e mais de 68,5 milhões de deslocados forçados vivendo em campos de refugiados dentro de seus próprios países ou a espera de acolhida nas fronteiras de algum outro, como noticiou o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur, 2017). Não se vislumbra, em curto prazo, estabilização ou redução do fluxo, uma vez que conflitos de ordem política, sobretudo no Oriente Médio, persistem sem perspectiva de armistício efetivo. Da mesma forma prosseguem as injustiças econômicas decorrentes da divisão internacional do trabalho, na qual alguns são exportadores de tecnologias avançadas e outros são exportadores de matérias-primas e mão-de-obra.

Em agravo a esta situação crescem práticas xenófobas e políticas de fechamento de fronteiras, retomando-se velhos jargões

do período da Guerra Fria, mesclados agora às ideologias da “Guerra ao Terror”: “imigrantes constituem generalizadamente uma ameaça à segurança nacional”, “imigrantes irão tomar os empregos dos nacionais”, dentre outros.

Para os que não encontram condições de viver em seus países de origem, migrar parece a solução para alcançar um lugar melhor. E embora todos saibam que esse deslocamento não seja fácil, a migração é vista como “uma provação que comporta em si mesma sua própria resolução” (Sayad, 1998, p. 57). Ela é entendida como prova que o migrante precisa passar para poder encontrar seu lugar no mundo.

Quando há migração, há também todo um processo de adaptação e mudanças na vida de quem passa a viver no novo espaço, assim como no cotidiano da sociedade receptora. A formação cultural, os princípios e valores dessa sociedade, bem como a qualidade da interação estabelecida com os imigrantes serão determinantes da inclusão ou da exclusão desse novo grupo.

Insegurança, crise de recursos, perseguições políticas e injustiça econômica estão entre os principais fatores contemporâneos que têm levado as pessoas a migrarem, seja nos limites de seu próprio território nacional, seja transpondo suas fronteiras. No entanto,

[...] de uma forma geral, tais circunstâncias não são suficientes para desencadear ou intensificar repentinamente uma corrente migratória. É necessário que existam condições, dentre estas, vale a pena destacar a existência de relações econômicas e políticas prolongadas no tempo entre os países atingidos; a presença no Estado de destino de uma comunidade de compatriotas dos novos emigrantes que os

possa apoiar, se façam responsáveis pelas gestões necessárias e os ajudem a empreender a viagem e a integrar-se no lugar; o mercado de trabalho com regras flexíveis, abertas aos recém-chegados, que os incorpore de maneira eficaz. É preciso também que a opinião pública do país de destino reconheça adequadamente as dificuldades que sofrem os emigrantes em seu país de origem e das quais tentam fugir (Araújo, 2001, p. 14).

Informações sobre o país de destino e a formação de redes de apoio aos imigrantes têm se tornado mais acessível na medida em que modernas tecnologias da informação e da comunicação têm seu uso intensificado. Estas têm mediado o contato entre tempos e espaços diversos, possibilitando a obtenção de informações relevantes, mas também têm contribuído, em grande medida, para a separação efetiva das pessoas, a substituição de antigos vínculos de convivência e solidariedade por novos, que se acredita serem de caráter mais efêmero.

Essas tecnologias também têm sido usadas para veicular uma imagem do mundo que não corresponde à realidade. Essa imagem, ou melhor: imagens, são como miragens em um deserto. Pessoas lindas e felizes, em lugares belos, consumindo e sendo admiradas por todos têm sido vendidas como propaganda comercial, como um sonho de consumo possível para qualquer pessoa, desde que ela trabalhe para poder comprar. Já não se vende mais somente os produtos, mas junto com eles, “estilo de vida”, “*status* social” e até “personalidade”, como querem fazer crer.

Os equipamentos eletrônicos e audiovisuais (cada vez mais portáteis) têm produzido significativas transformações nas relações

sociais e modificado os modos de distinção socioeconômica e cultural. Conforme Canclini (2009, p. 121),

Se transformaron los vínculos familiares y la propiedad de los médios: dejaron de ser 'de la familia' y pasaron a ser el televisor o el telefono móvil 'del hijo mayor', 'del hijo menor', 'de la hija', 'de la madre' o 'del padre'. Dado que esta posesión personalizada, cuando se trata de aparatos portátiles (móviles, discman, iPod), permite trasladar los signos de distinción a las interacciones públicas o entre amigos, el equipamiento individual se vuelve un recurso de acceso personalizado a la información y el entretenimiento, y un marcador de clase que cada uno lleva consigo a múltiples escenarios.

O mesmo sistema que tem produzido essas imagens de vidas e mundos desejáveis tem promovido uma globalização financeira que, ao concentrar riquezas e benefícios em poucos lugares e pessoas (físicas ou jurídicas), impede a outras o acesso aos bens mais vitais, como alimentos, água e moradia – direitos humanos elementares.

Diante de um quadro crescente de acirradas desigualdades socioeconômica que torna insustentável a vida humana em determinados espaços (majoritariamente em países de capitalismo periférico, como as antigas colônias da América e da África), a discussão sobre os fundamentos, abrangência e efetividade dos direitos humanos tem se mostrado uma necessidade. A violação desses direitos e a persistência de condições degradantes de vida, ao lado de uma massiva propaganda de objetos de consumo têm favorecido a migração em múltiplas escalas.

A sobrevivência física e simbólica no mundo globalizado tem se mostrado cada vez mais difícil, pois na medida em que cresce a

competitividade e o desejo de lucro, esvaziam-se os espaços políticos e de reflexão sobre o caminho que estamos trilhando e as abdições que temos feito em prol das novas crenças e das necessidades forjadas nesse contexto. De acordo com Virgílio Leite Uchôa, fundador do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBPJ) – ambas ligadas à Igreja Católica:

O Estado moderno, infelizmente, é cada vez menos presente como regulador de justas relações sociais e do bem comum. No caso da definição de políticas migratórias entre nações, a ausência do Estado, como guarda e defesa do bem comum, é ainda mais injuriosa. Sem amparo de órgãos maiores torna-se difícil saber com quem e o que negociar a favor de justos interesses dos migrantes. A flexibilização e desregulamentação das leis trabalhistas colocam os interesses do bem comum à mercê de interesses das grandes corporações. Eliminam-se conquistas sociais importantes, frutos de longas e laboriosas negociações e de lutas pelos direitos de dignidade das pessoas (Uchôa, 2001, p. 7).

Desse modo, um dos fatores de destaque para o fluxo migratório dos povos é a exclusão da sociedade global de consumo, que faz com que pessoas de várias partes do mundo se desloquem para regiões ou países onde acreditam que terão acesso a todos os benefícios, recursos e direitos que não possuem na terra natal.

Os haitianos que emigraram para o Brasil enfrentam uma situação que, se não é de todo atípica da enfrentada por pessoas de outras nacionalidades que decidem migrar, atinge níveis elevados de violência e precariedade. Entende-se sua recente emigração, a partir dos terremotos de 2010, não como simples migração, mas como “diáspora”, como movimento forçado por pressões diversas. É verdade

que essa diáspora já vinha ocorrendo antes mesmo de 2010, o que pode ter como chave de explicação a existência de fatores internos à sua história política e econômica. No ensinamento de Christina Sutter

Finalmente, a diáspora haitiana foi provocada por razões ora econômicas, ora políticas cuja origem remonta a uma longa história de abusos políticos internos e intervenções econômicas internacionais, de modo que hoje metade da população de haitianos vive fora do país, entre eles artistas, escritores e intelectuais, levando a um esvaziamento considerável de seu capital humano e profissional (Sutter, 2010, p. 934).

Muitos dos haitianos que vieram para Porto Velho no período posterior ao terremoto de 2010 nunca tinham cogitado a hipótese de deixar seu país. Não emigraram, portanto, como pessoas que fizeram uma escolha de vida depois de planejamento e avaliação, nem como pessoas em busca de um sonho ou bem material que lhes faltava, mas porque perderam bens indispensáveis à dignidade da vida humana – alimentação, água potável, moradia, trabalho e meio ambiente saudável. Não são, portanto, migrantes voluntários, migrantes “econômicos”, vieram por força da situação, mas também não se enquadram na categoria de refugiados, porque não atendem ao conceito explícito na Lei:

Art. 1º Será reconhecido como refugiado todo indivíduo que:

I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Brasil, 1997).

Esses haitianos que para cá vieram alegam terem “perdido tudo”. A perda *de tudo*, segundo essas pessoas, significa que não perderam somente bens patrimoniais, documentos, postos de trabalho, familiares e amigos queridos, mas que perderam a certeza de que conseguiriam continuar vivos. A vida é entendida aqui não só como sobrevivência física – que a despeito de todas as dificuldades eles conseguiram manter, mas da existência enquanto pessoa humana plena e capaz de se relacionar, trabalhar, sonhar, projetar futuros e exercer cidadania.

Milhares de pessoas morreram vítimas do terremoto que atingiu o Haiti em 12 de junho de 2010. Passados quase 10 anos o país encontra-se ainda em reconstrução com vários problemas estruturais que impedem a vida digna e saudável; inviabilizam, portanto, a migração de retorno e, ao inverso, estimula novos fluxos de deslocamento intrnacional. Teria um fenômeno da natureza, por si só, capacidade para interferir de tal maneira nos processos históricos e nos destinos de um povo? Acreditamos que não.

Como vimos anteriormente, são vários os fatores que influenciam nos deslocamentos populacionais contemporâneos. A recente diáspora haitiana teve como estopim os abalos sísmicos que devassaram o sistema produtivo do país, destruíram as estruturas de funcionamento do Estado e levaram a óbito cerca de 300 mil

haitianos. Mas compreende-se que este fenômeno da natureza seja apenas a “ponta de um *iceberg*” que flutua em águas muito mais profundas, as águas da história do Haiti, que se mesclam com a história da própria América Latina e do Caribe.

Durante séculos foi imposto ao Haiti processos de exploração econômica que convergiram para um quadro de acentuada pobreza e injustiça social (James, 2003). Esses processos foram perpetrados por pessoas de fora do Haiti – colonizadores espanhóis e franceses, políticos e agências estadunidenses, organismos internacionais, sem negar a responsabilidade de uma parcela dos nativos, membros de uma elite racista e corrupta que assumiu o poder após a revolução de Independência (realizada de maneira notável em 1º de janeiro de 1804).

O Haiti situa-se no mar do Caribe e foi o primeiro lugar das Américas a ser marcado pelo colonialismo europeu. Assim que Cristóvão Colombo desembarcou em território haitiano mandou edificar o Forte da Natividade, e seu irmão, Bartolomeu, fundou a cidade de São Domingos, atual capital da República Dominicana. A ilha na qual Cristóvão Colombo deu início a seu projeto colonizador e missionário foi de pronto apossada pelos espanhóis e recebeu o nome de “Hispaniola”. Essa ilha teve sua parte ocidental – justamente a parte que compreende o atual Haiti, ocupada por piratas de origem francesa a partir do ano de 1629. Em 1647 foi reconhecida como colônia francesa pelo Tratado de Ryswick (Seitenfus, 1994).

Franceses, holandeses e ingleses - que durante boa parte dos séculos XV e XVI foram inimigos da Espanha - também estavam interessados em ampliar seus domínios e explorar as riquezas do Novo Mundo. Ao perceberem que as Antilhas ocupavam posição

estratégica na rota de escoamento das riquezas pilhadas do Andes para a Europa, trataram de se apossar de várias dessas ilhas e ocupá-las com piratas que assaltavam os galeões espanhóis. No meio dessas disputas, o Haiti foi palco de um genocídio que praticamente eliminou toda a sua população autóctone, substituindo-a por mais de 400 mil escravos trazidos da África. A esse respeito C. L. R. James explica:

Los españoles, los europeos más adelantados de la época, se anexionaron la isla, la llamaron Hispaniola y asumieron la protección de los atrasados nativos. Introdujeron el cristianismo, el trabajo forzado en las minas, el crimen, la violación, los perros asesinos, las enfermedades desconocidas y la hambruna planificada (mediante la destrucción de los cultivos para que los rebeldes muriesen de hambre). Estos y otros requisitos de la civilización superior redujeron la población nativa de entre medio a un millón de habitantes a 60.000 en 15 años (James, 2003, p. 21).

No mesmo diapasão, Larissa Viana e Lincoln Marques dos Santos exemplificam

Para você ter uma ideia da destruição provocada pelo início da colonização nessa região, é importante saber que os primeiros negros escravizados chegaram para trabalhar ainda no ano de 1505. Treze anos após a chegada de Colombo, portanto, as ilhas do Caribe já enfrentavam uma catástrofe demográfica, tanto que era necessário mandar vir trabalhadores de origem africana (Viana; Santos, 2010, p. 230-231).

O Haiti foi o primeiro país da América, depois dos Estados Unidos, a proclamar sua independência, mas teve de pagar por ela um alto preço em vidas humanas, além de 150 milhões de francos

como indenização exigida pela França. A independência política não correspondeu, no entanto, a necessária independência econômica, que só tem se mostrado possível às nações que conseguiram investir precocemente em educação, ciência e tecnologia.

No período colonial o Haiti foi considerado “a pérola das Antilhas”, devido à fertilidade de suas terras e suas riquezas naturais, mas as diversas formas de exploração que esse país vem sofrendo desde então o tornaram um dos mais pobres do mundo, ocupando a posição n. 168 em índice de desenvolvimento humano (PNUD, 2018).

A independência em relação à França colocou o Haiti, contudo, sob influência dos Estados Unidos. No século XX os Estados Unidos o considerou área estratégica para seus interesses, devido a implicação que teria para a segurança da costa sudeste do país e para o Canal do Panamá:

Em inúmeros momentos, principalmente ao longo do século XX, os norte-americanos lançaram mão de recursos como controle político, exploração econômica, expansão territorial e ocupação militar para proteger seus interesses estratégicos ou econômicos. Inúmeros países caribenhos passaram por essa ‘experiência’, como foram os casos de Cuba, Haiti, República Dominicana e Granada, sem contar as possessões americanas de Porto Rico e das Ilhas Virgens (Olic; Canepa, 2004, p. 156).

Desse modo, as ingerências sobre o Haiti apenas mudaram de agentes. O caráter violento dessas intervenções permanece o mesmo, variando de intensidade conforme o contexto e os instrumentos utilizados. Uma das marcas mais latentes da violência enfrentada no século XX pelo povo haitiano foram as deixadas pela ditadura militar

dos Duvalier. No Haiti, assim como no Brasil, “o passado não está morto: nem passado é ainda e vê-se a continuação de longa tradição de práticas de autoritarismo, das elites contra as não-elites e nas próprias interações entre as classes” (Dimenstein, 1996, p. 7).

O acúmulo de espoliação sofrido pelo povo haitiano desde a colonização foi acentuado em sua história republicana, marcada por golpes, ditaduras, intervenções internacionais e a prevalência dos interesses de sua elite em detrimento do restante da sociedade. Em face de tal acúmulo o país ingressou no século XXI como um dos mais pobres do mundo, de modo que suas fragilidades institucionais contribuíram para intensificar a vulnerabilidade social em face do terremoto de 2010. Essa combinação de fatores, contudo, não foi entendida e atribuí-se ao terremoto, exclusivamente, a pressão que levou a migração de mais de 50 mil haitianos naquele contexto. Conforme Dina Santos Araújo

No Brasil, a imigração haitiana não foi interpretada como resultado dos eventos anteriores pelos quais o país tenha passado, ou seja, causas cumulativas que culminaram em um contexto de precarização e violação dos direitos humanos. Este fluxo para o país foi entendido enquanto consequência do terremoto de 2010 (Araújo, 2010, p. 30).

Faltou ao Estado brasileiro compreender esse processo cumulativo vivenciado pelo Haiti para conceder o Refúgio aos solicitantes. Considera-se positivo, contudo, a concessão de visto permanente aos haitianos, por razões humanitárias, como deliberado pela Resolução Normativa n. 97 de 2 de dezembro de 2012 do Conselho Nacional de Imigração do Brasil.

Evidente que as condições de vida no Haiti anteriores a 2010 já não eram fáceis e a mobilidade internacional de sua população já vinha acontecendo, mas seus destinos eram os países do Norte, especialmente os Estados Unidos, a Inglaterra e a França.

Acredita-se que o Brasil tenha se tornado pólo de atração dos emigrantes haitianos por ser apresentado pelos meios de comunicação como detentor de uma economia estável e ascendente. A cidade do Brasil aonde a maioria dos haitianos que acompanhamos gostaria de ter ido era o Rio de Janeiro, não apenas por ser a “cidade maravilhosa”, cartão postal conhecido em todo o mundo, mas por constituir um canteiro de obras para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Muitos sequer tinham ouvido falar de Porto Velho antes de iniciar a travessia e chegar aos países limítrofes do Brasil. O objetivo de muitos desses haitianos era vir para o Brasil para daqui seguir para países com os quais já possuíam alguma relação (familiares, conhecidos, outras experiências migratórias), como Estados Unidos e Guiana Francesa, conforme asseverado por Geraldo Cotinguiba (2014).

Nessa ocasião, Porto Velho se revelou para mais de 3000 haitianos um “ancoradouro” possível, pois também oferecia grande quantidade de vagas de trabalho em razão das obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, e além do mais, era uma cidade do Brasil - a partir da qual se poderiam iniciar novos deslocamentos.

De acordo com Rosita Milesi:

O processo de deslocamento por via aérea parte da República Dominicana e tem como destino o Equador ou o Peru. Como estes países não exigem visto para haitianos (o

Peru introduziu a exigência de visto para haitianos em janeiro de 2012), estes migrantes não encontravam dificuldades na entrada. Depois, por trajeto terrestre ou fluvial, chegam à fronteira do Brasil, em diferentes pontos. Tabatinga, Assis Brasil, Brasiléia são os mais frequentes. Em alguns casos, em lugar de se deslocar à fronteira com a região Norte, o menor trajeto, chegam pela região Centro-Oeste, entrando por Corumbá, por exemplo. As escolhas dependem das facilidades de transporte, possibilidade de entrar no território do Brasil e, em muitos casos, interesses e estratégias dos “coiotes” que atuam neste trajeto (Milesi, 2012).

Esses homens e mulheres que para cá vieram enfrentaram viagens cansativas, longas e difíceis; muitos foram retidos na divisa do Acre com a Bolívia. Fome, insegurança e constrangimentos fizeram parte do percurso.

Ter chegado a este porto não significa, infelizmente, que os sofrimentos tenham acabado. O desconhecimento da língua portuguesa e de expressões da cultura local têm favorecido a exploração dessas pessoas por empresários da região. O pagamento de salários mais baixos do que a média paga a trabalhadores brasileiros, os atrasos de pagamento, a retenção de documentos por empregadores e as demoras em assinar a carteira de trabalho são algumas das muitas dificuldades enfrentadas por estes imigrantes. Ações desse tipo são uma ameaça à vida e aos projetos de reconstrução do sujeito no novo espaço, pois:

O trabalho é inerente à condição humana. Por meio do trabalho o ser humano desenvolve suas potencialidades, ao mesmo tempo em que recebe e expressa solidariedade, por isso o trabalho não deve ser tratado como simples mercadoria, devendo ser reconhecido como um direito

individual e um dever social, que deve ser exercido em condições justas (Dallari, 2001, p.57).

Haitianos e haitianas chegam ao Brasil, em sua maioria, sem conhecimento de nosso idioma, sem saber quanto devem receber pelo seu trabalho, preocupados com dívidas contraídas para fazer a viagem, angustiados com a situação dos familiares deixados para traz. Trazem consigo necessidades e sonhos. Em relação às primeiras, trabalho, educação e saúde se mostraram as mais urgentes, sendo também recursos para satisfação das demais.

O cenário encontrado por alguns desses imigrantes, contudo, não foi o mais apropriado. Muitos foram enganados por pessoas físicas e jurídicas que se encontram no Brasil, o que os levou a formar uma imagem negativa e estereotipada de Porto Velho e do Brasil como um todo. Também contribuiu para isso as ausências e as demoras do próprio Estado brasileiro em tomar conhecimento das situações de abuso e estabelecer as medidas necessárias para coibir as violências contra esse grupo que já adentrou o país em grave situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O trabalho, juntamente com a aprendizagem da Língua Portuguesa foram interpretados como as demandas mais imperiosas para a positivação da cidadania.

Em face do valor do trabalho para a humanização e a produção de bens, defende-se que assegurar relações trabalhistas justas é medida essencial para afiançar a cidadania a esses trabalhadores e trabalhadoras e estimular seu desenvolvimento profissional e humano. Ademais, com a renda obtida com o trabalho reduz-se o quadro de vulnerabilidade e ampliam-se as possibilidades de inserção social e de vivência e aprendizagens culturais.

Outras políticas públicas também se fazem necessárias, sobretudo no que se refere à educação e saúde – elementos fundamentais para a fixação e desenvolvimento humano no novo espaço, mas estas enfrentam atualmente sérios desafios tanto de ordem econômica (falta ou não destinação de recursos congelamento de investimentos), quanto cultural.

O fato de o Brasil possuir em seu território nacional pessoas marginalizadas, sem emprego e sem acesso à saúde, educação, alimentação, terra e moradia instigam o senso comum a questionar as políticas de acolhimento aos imigrantes.

A pobreza de bens materiais e as duras condições de vida enfrentadas por milhares de brasileiros, especialmente pelos que vivem nas áreas de fronteira pode levar à pobreza de raciocínio e convergir para práticas preconceituosas e xenóforas. Para algumas dessas pessoas não é coerente o Brasil ajudar “os outros” se não consegue resolver os próprios problemas. Para elas é difícil estabelecer empatia com os que batem à porta e compreender que os processos que geram pobreza e exclusão social no Brasil não estão apartados dos que geram pobreza e exclusão social no Haiti e em todos os países subdesenvolvidos.

É sabido que cada país e unidade administrativa possuem desafios específicos no que tange à vida cidadã. Enquanto que em alguns locais se luta por direitos políticos, em outros se luta por direitos econômicos, reconhecimento étnico, compreensão da cultura. A luta por demandas específicas não significa, no entanto, que se tenha de abdicar da luta por “cidadania universal”, ou melhor, que se tenha de abdicar da liberdade de ação política para reivindicar os direitos e bens necessários a toda a humanidade. Políticas

universais são mais efetivas quando alinhadas a políticas específicas de reconhecimento e distribuição.

Ações que visem o benefício da coletividade são relevantes por que somos seres gregários e necessitamos de um grande número de pessoas para nos mantermos vivos. Basta lembrar que os alimentos que consumimos são produzidos, muitas vezes, por pessoas que habitam regiões distantes, as roupas que vestimos e os aparelhos tecnológicos que dispomos também envolvem grande quantidade de trabalho de pessoas de diversos lugares do mundo. De acordo com Dallari (2004, p. 27), “os seres humanos vivem juntos, vivem em sociedade não apenas porque escolheram esse modo de vida, mas porque a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana”.

Para que a vida humana seja possível é necessário que direitos fundamentais, direitos humanos sejam estendidos a todos e todas.

De acordo com Nunes Júnior (2009, p. 15),

[...] podemos conceituar direitos fundamentais como o sistema aberto de princípios e regras que, ora conferindo direitos subjetivos a seus destinatários, ora conformando a forma de ser e de atuar do Estado que os reconhece, tem por objetivo a proteção do ser humano em suas diversas dimensões, a saber: em sua liberdade (direitos e garantias individuais), em suas necessidades (direitos sociais, econômicos e culturais) e em relação à sua preservação (solidariedade).

Como o Estado é a forma predominante de organização social e política na contemporaneidade, só podemos compreender os direitos fundamentais na interação entre pessoas e entre estas e o Estado.

Os direitos fundamentais são inerentes à condição humana, sem os quais a vida não seria possível ou completa. Esses direitos são construções históricas estabelecidas ao longo do tempo e assinalam uma resposta às várias agressões e desmandos que acometiam/acometem os indivíduos ou grupos humanos.

A ideia de Liberdade, considerada bem indispensável para a ordem burguesa ascendente e para o povo que se ergueu em barricadas durante a Revolução Francesa foi geradora dos primeiros direitos considerados fundamentais: liberdade de ir e vir, liberdade de expressão, liberdade de manifestação política mesmo que contrária à ordem estabelecida pelo Estado e, principalmente, liberdade de comércio.

Os direitos relacionados à liberdade do indivíduo compõem o que tem sido chamado de “primeira geração” dos direitos fundamentais (Bonavides, 2002). Embora na Revolução Francesa de 1789 os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade já estivessem presentes, os rumos que a revolução tomou, com a sobreposição dos interesses da burguesia (girondinos) aos das classes populares (jacobinos), fez com que apenas os direitos ligados à liberdade se tornassem efetivos naquele momento. Com o passar dos anos, os homens, em seus embates cotidianos entenderam que sem igualdade (de oportunidades, de condições, de tratamento jurídico) a liberdade não seria completa, ou seja, não se poderia dizer que uma sociedade é livre se nela existirem pessoas em condições de desigualdade (especialmente social e econômica).

As desigualdades sociais e econômicas, crescentes no mundo moderno levaram as pessoas a demandarem do Estado o papel de promotor de igualdade, por meio do reconhecimento e da proteção

dos direitos. Caberia ao Estado libertar a sociedade da pobreza e estabelecer a igualdade social. Os direitos de igualdade foram amplamente reivindicados no século XX e correspondem à segunda geração dos direitos fundamentais.

Os direitos de terceira geração vinculam-se aos ideais de fraternidade, solidariedade e ganharam destaque após 1945:

Depois da Segunda Grande Guerra e dos horrores do Holocausto, a perspectiva de reconstrução dos direitos do homem veio adornado de um elemento novo, a saber, a noção de solidariedade entre os povos. Com efeito, os chamados direitos fundamentais de terceira geração não têm por objetivo propriamente a preservação das liberdades individuais ou do ser humano como ser social, mas sim do ser humano como parte da humanidade. Logo, não atina a um grupo específico ou a um Estado determinado, mas à humanidade, como valor ético maior a permear a relação entre os Estados e os povos (Nunes Junior, 2009, p. 46).

Aos direitos da terceira geração reportam-se a temas como a preservação do meio ambiente, do patrimônio cultural e da paz mundial, entendidos como direitos e bens da humanidade.

É necessário pensar os direitos fundamentais como direitos de todos, mas sem desconsiderar os contextos específicos (contextos políticos, sociais e econômicos) na aplicação da norma. Direitos fundamentais, também conhecidos como direitos humanos não podem ser vistos como meras abstrações, mas objeto a ser concretizado no seio das sociedades. Conforme Silva (2002, p. 178):

No qualificativo fundamentais acha-se a indicação de que se trata de situações jurídicas sem as quais a pessoa humana não se realiza, não convive e, às vezes, nem sobrevive; fundamentais no homem no sentido de que a

todos, por igual, devem ser, não apenas formalmente reconhecidos, mas concreta e materialmente efetivados.

Direitos humanos e direitos fundamentais protegem o mesmo objeto, possuem os mesmos propósitos, todavia, em termos doutrinários tem se estabelecido diferenciações entre eles. Tem-se considerado como direitos fundamentais aqueles positivados na ordem interna de cada Estado-nação (em suas Constituições). Tais direitos cumprem função normativa a cada Estado e pode ser demandado por seus cidadãos. Já os direitos humanos, por seu turno,

Recuperam a ideia de direitos naturais do ser humano, recebendo assento, de regra, nas declarações e convenções internacionais, forjando a ideia de que a lesão a um direito fundamental do ser humano não é questão que deve ficar adstrita à ordem interna de um país, mas tem importância transnacional. Nesse sentido, os direitos humanos remetem a um esforço de criação de um sistema transnacional, supraconstitucional, que tem por escopo policiar e fazer cumprir as normas protetivas da dignidade humana em todos os Estados (Nunes Júnior, 2009, p. 24).

Enquanto o primeiro (direitos fundamentais) teria como escopo os limites da jurisdição de cada país, o segundo exerceria uma função translativa no caso de os Estados não o reconhecerem ou não cumpri-los, seja por omissão ou por incapacidade momentânea, como é o caso do Haiti, que por força maior não está conseguindo se desenvolver economicamente de modo a assegurar o mínimo vital a seus cidadãos. Nesse caso em particular, não cabe condenação internacional ao Haiti, mas o posicionamento, a seu favor, dos países que estão em melhor condição para ajudá-lo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora deslocamentos populacionais ocorram desde os tempos mais remotos, a migração é considerada um fenômeno moderno, de implicações à ordem dos Estados Nacionais.

Inúmeros são os fatores capazes de impelir esse movimento, dentre os quais pode-se citar o desejo de melhorias econômicas, de experiências culturais diferenciadas, de exercício profissional e constituição de família. Há, contudo migrações involuntárias, motivadas por necessidade de fugir a perseguições de ordem política, étnica, religiosa, de situações de violação de direitos humanos. Para estas está previsto o estatuto do Refúgio. Na interface das duas tipologias há ainda migrantes e deslocados em razão da conjunção de fenômenos ambientais extremos com quadro social de vulnerabilidade sistêmica – fragilidades políticas e econômicas, como ocorreu com o Haiti diante do terremoto de 2010.

No caso do Haiti, a confluência do *natural hazard* (abalo sísmico) com grave situação de crise política e econômica acentuou um processo migratório que já vinha ocorrendo de forma intensa desde antes do evento, processo esse classificado como diáspora, uma vez que 50% da população haitiana vivem fora do país de origem. Nesse processo, cerca de 3000 haitianos vieram a residir em Porto Velho, muitos dos quais não tinham a intenção de permanecer na cidade, mas tê-la como ponto de apoio para o prosseguimento no processo migratório. O mesmo se pode dizer em relação ao Brasil.

O ingresso de cerca de 3000 haitianos e haitianas na capital rondoniense trouxe desafios específicos em relação à promoção da cidadania e a efetivação de direitos humanos. As principais

demandas apresentadas por essa população referiram-se a trabalho, educação e saúde.

As relações trabalhistas foram bastante conflituosas nos primeiros anos, resultando inclusive em ocorrências policiais e intervenções do Ministério do Trabalho, todavia, encontram-se atualmente menos injustas e mais estáveis. Destaca-se o fato de 1000 haitianos terem deixado Porto Velho a partir de 2012, rumo a cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba, além de cidades no exterior.

O atendimento educacional dos imigrantes haitianos foi outro ponto desafiador. Muitos chegaram ao Brasil sem documentos comprobatórios dos estudos cursados no Haiti, o que inviabilizava a matrícula no sistema formal de ensino nas séries alegadas. Não havia na rede estadual e federal de ensino política de reconhecimento de saberes e competências, de modo que muitos reclamaram de classificação injusta. Os que cursavam Ensino Superior no Haiti e não conseguiram recuperar os documentos acabaram por fazer novo vestibular no Brasil e iniciar novo curso. Política de cotas e bolsas de estudo foram relevantes para casos de sucesso.

No IFRO, cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) foram ofertados em atendimento a demandas dos imigrantes, além de consultoria pontual e gratuita para traduções, elaboração de currículos e orientações quanto ao acesso a direitos. Somente em 2016 essa instituição recebeu seu primeiro aluno haitiano regular, no Ensino Médio Integrado ao Técnico.

O atendimento à saúde foi acessado pelos imigrantes haitianos na rede pública municipal e estadual de saúde, mediante SUS. Em campo observou-se atenção especial à saúde das mulheres

haitianas gestantes, mas não se constatou políticas de apoio à maternagem, em face do que crianças haitianas foram postas para adoção.

É possível e desejável que o Estado brasileiro aprimore mecanismos de fiscalização das relações de trabalho e de promoção de políticas públicas de saúde, educação e orientação profissional aos imigrantes, pois assim contribuirá para a materialização de direitos humanos e oportunizará que essas pessoas reconstruam suas vidas.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto Comissariado da ONU para Refugiados. **Tendências Globales** - desplazamiento forzado en 2017. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/unhcrsharedmedia/2018/Global_Trends_Forced_Displacement_in_2017/TendenciasGlobales_2017_web.pdf Acesso em 22 jan. 2018.

ARAÚJO, W. Introdução. In: SHIMANO, Maria Luiza; MILESI, Rosita. **Migrantes Cidadãos**. São Paulo: Ed. Loyola, 2001.

ARAUJO, D. S. **Mobilidade haitiana**: análise do Contexto brasileiro e seus desdobramentos. (Dissertação de Mestrado, 118 fls). Universidade de Brasília. Departamento de Estudos Latino-Americanos. Brasília: 2018

ARANGO, J. Las migraciones internacionales em um mundo globalizado. **Vanguardia**. Dossier Inmigrantes – El continente móvil, n. 22, enero/marzo 2007, p. 6-15.

BERNARDES, O. F. C. **Imigração no Mundo Contemporâneo e Estados Falidos**: Guerra e Crise Humanitária na Síria. (Dissertação de Mestrado, 71 fls). Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Belém: 2016.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Ed. Malheiros, 2002.

BRASIL. Presidência da República Federativa. **Lei 9.474, de 22 de julho de 1997**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da agricultura e reforma agrária. Secretaria nacional de irrigação. Departamento nacional de meteorologia. **Normas climatológicas (1961-1990)**. Brasília: [s.n.], 1992.

CANCLINI, N. Ga. Consumo, acesso e sociabilidade. **Comunicação, Mídia e Consumo**. São Paulo: vol. 6, n. 16, p. 111-127 jul., 2009.

COTINGUIBA, G. C. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. Dissertação (Mestrado em História e Estudo Culturais) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), Porto Velho, 2014.

DALLARI, D. de A. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.

GORENDER, J. **Direitos humanos: o que são ou devem ser**. São Paulo: Ed. Senac, 2004.

JAMES, C. L. R. **Los jacobinos negros**. Tradução de Ramón García. Madrid: Turner Publicações, 2003.

MILESI, R. Brasil e os desafios da lei de migrações. **Revista IHU Online**. 2012. Disponível em: <www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505828-entrevista-especial-com-rosita-milesi> Acesso em: 26 de set. de 2019.

NUNES JÚNIOR, V. S. **A cidadania social na Constituição de 1988**: estratégias de posituação e exigibilidade judicial dos Direitos Sociais. São Paulo: Ed. Verbatim, 2009.

OLIC, N. B.; CANEPA, B. **Geopolítica da América Latina**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Índices e indicadores do desenvolvimento humano: atualização estatística de 2018.** Disponível em: <www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>. Acesso em: 16 de set. 2019.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo, Ed. Edusp, 1998.

SEGUY, F. **A catástrofe de janeiro de 2010, a “Internacional Comunitária” e a recolonização do Haiti.** (Tese de Doutorado, 399 fls). Universidade de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: 2014.

SEITENFUS, R. **Haiti, a soberania dos ditadores.** Porto Alegre: Ed. Sólivros, 1994.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo.** 21. ed. São Paulo: Ed. Malheiros, 2002.

SUTTER, C. Haiti, país mal dito. **Revista Mal-estar e Subjetividade** – Fortaleza – vol. X, n. 3, p. 931-950– set/2010.

UCHÔA, V. L. Apresentação. In: SHIMANO, M. L.; MILESI, R. **Migrantes Cidadãos.** São Paulo: Ed. Loyola, 2001

VIANA, L.; SANTOS, L. M. dos. **História da América** – vol. 1. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

QUEM É O MIGRANTE VENEZUELANO? UM ESTUDO EM PORTO VELHO-RO

Márcia Letícia Gomes

Rodrigo Fernando Roca Costa

Marcelia Letícia Bazilio Castro da Silva

Karolaine Rauana Botelho Fernandes

Resumo

Os processos migratórios, sempre estiveram presentes na história da humanidade e, nos últimos quinhentos anos, marcaram de maneira significativa a história e a demografia das Américas. Os movimentos migratórios contemporâneos vêm acompanhados de problemas tais quais os motivos da saída da terra natal, que envolvem, não raro, guerra, fome e desastres ambientais e, além disso, exploração do trabalho do migrante, trabalho escravo, tráfico de pessoas, dentre outros. Com objetivos distintos e maneiras diversas de deixar o seu país, o migrante tem demonstrado ao longo do tempo, maneiras de adaptação aos mais diferentes ambientes, a depender da necessidade e das oportunidades de mudança. O município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, vivenciou, ao longo de sua história, diferentes movimentos migratórios, dentre os quais o mais recente refere-se à vinda de venezuelanos para a cidade. Diante disso, o artigo pretende criar um perfil do migrante venezuelano fazendo todo um apanhado histórico, social, econômico e político das condições do país, e analisar os documentos que registram a entrada de venezuelanos no sentido de realizar um desenho do cenário do movimento de migração transnacional do momento, no município de Porto Velho-RO.

Palavras-chave: Migração. Venezuela. Perfil do migrante. Porto Velho.

INTRODUÇÃO

Vive-se um momento de intensa discussão sobre migração. Guerras, perseguições, fome, graves violações a Direitos Humanos têm feito com que grupos cada vez maiores se aventurem no cruzamento de fronteiras. Muitas vezes o trajeto é feito sem segurança, recorre-se a facilitadores que se aproveitam da vulnerabilidade do

grupo que os procura, o destino nem sempre é conhecido e a irregularidade é uma realidade.

Para Morales (2009), a migração está associada de maneira indissolúvel ao movimento e ao deslocamento espacial e nesse sentido é uma característica nata nos seres humanos. Seguindo o pensamento do autor podemos afirmar que desde o princípio da humanidade o indivíduo desloca-se em pequenos grupos a uma região com uma comodidade melhor, partindo deste princípio podemos citar os fluxos migratórios que são causados principalmente por motivos econômicos, políticos e culturais. No Brasil as migrações tem se caracterizado pelo fator econômico: as pessoas se deslocam de uma região com uma rentabilidade menor para uma localidade em que oportunidades econômicas mais vantajosas, para que obtenham assim uma melhoria de vida circunstancial no que se diz respeito ao retorno do capital. Em outros países, a migração recente tem sido ocasionada por conflitos bélicos e fatores de ordem política, ambiental e econômica.

Um dos movimentos migratórios mais recentes refere-se à saída de venezuelanos de seu país de origem em face de dificuldades político-econômicas que, desde 2014, com a baixa no preço do petróleo, começaram a se insinuar naquele território e foi se agravando com o passar do tempo.

Apesar de o Brasil estar enfrentando uma crise econômica, é um dos países que acolhe estrangeiros de diversos lugares do mundo, e dada a situação que se encontra a Venezuela – país fronteiro ao Brasil, o número de imigrantes venezuelanos torna-se maior no país. A saída dos venezuelanos deve-se a fatores políticos e econômicos, este grupo migra para outros países em busca de estabilidade

econômica, sobretudo. No entanto, devemos analisar como foi deixar seu país de origem, se tiveram alguma dificuldade de aceitação e como foi a chegada ao Brasil.

Nesse sentido, o estudo busca verificar os diversos elementos que cercam a entrada de venezuelanos no Brasil e, mais especificamente, na capital do estado de Rondônia.

MATERIAIS E MÉTODOS

Inicialmente, foi estruturado um grupo de estudos voltado para leitura, construção de uma base teórica e análise da legislação concernente ao tema.

Em seguida, na fase de pesquisa documental, foi realizado trabalho junto à Caritas da arquidiocese do município de Porto Velho. A equipe de pesquisadores participou do Mutirão de Direitos organizado pela instituição Católica e ficou encarregada de confeccionar currículos para os migrantes; na oportunidade, foi possível traçar um perfil do migrante venezuelano recém chegado a Porto Velho, alguns dos dados coletados são divulgados no presente estudo.

À medida que o migrante chegava com a documentação para construção do currículo, preenchia um cadastro que reunia as seguintes informações: idade, sexo, estado civil e formação; com esses dados, tornou-se possível traçar um primeiro panorama do grupo, o qual expomos no presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os processos migratórios, ainda que com diferentes nuances ao longo do tempo, sempre estiveram presentes na história da

humanidade e, nos últimos quinhentos anos, marcaram de maneira significativa a história e a demografia das Américas. Os movimentos migratórios contemporâneos vêm acompanhados de problemas tais quais os motivos da saída da terra natal, que envolvem, não raro, guerra, fome e desastres ambientais e, além disso, exploração do trabalho do migrante, trabalho escravo, tráfico de pessoas, dentre outros.

O município de Porto Velho, capital do estado de Rondônia, vivenciou, ao longo de sua história, diferentes movimentos migratórios, dentre os quais o mais recente refere-se à vinda de venezuelanos para a cidade.

A partir de 2014, em virtude de uma crise econômica oriunda da queda no valor dos barris de petróleo, gerando diminuição da atividade industrial e desemprego, houve protestos, forte repressão policial e, após isso, iniciou-se um movimento de saída da Venezuela para os mais diferentes países, dentre eles o Brasil (Garcia; Amorim, 2017). Uma das entradas é o município de Pacaraima, em Roraima, que por estar na mesma região que o estado de Rondônia, coloca Porto Velho como rota ou nova residência destes grupos de migrantes.

É válido destacar que a Venezuela vem enfrentando uma de suas maiores crises políticas e administrativas. Índices econômicos baixíssimos, instabilidade política e descaso humanitário são alguns dos fatores que desenham o quadro atual do país. Essa crise tem se acentuado desde dezembro de 2015, com a perda do governo de Nicolás Maduro nas eleições parlamentares do país. A instabilidade entre governo e parlamento, ao lado da baixa dos preços do petróleo e sanções econômicas tornou evidente a crise no território venezuelano (Vaz, 2017).

Regido por governos militares, no início do século XX, com uma política capitalista, mercado exterior consolidado e uma cultura de extração petrolífera em crescimento, na década de 1950 e 1980 o país foi apelidado de “Venezuela Saudita”. O país viveu um de seus melhores ciclos econômicos, tendo conseguido, inclusive, entrar para um seleto grupo de países considerados “Países de primeiro mundo”. Tal conjuntura, entretanto, durou pouco.

Em 1998, Hugo Chávez assumiu a presidência do país e estabeleceu um novo sistema político, pautado em políticas de igualdade, inúmeros benefícios voltados para a população e o combate à pobreza, transformando o país, assim, em uma enorme referência política e lhe dando também um alto índice de aprovação popular, no qual, posteriormente, surgiu ainda uma linha de pensamento, em sua homenagem, denominada de “chavismo”, o que fortaleceu ainda mais os ideais propostos pelo político (Coutinho, 2018).

Seguindo essa linha cronológica, o sucessor de Chávez e afilhado político, Nicolás Maduro assumiu a presidência da Venezuela interinamente no ano de 2012; como afilhado e aliado político, e também simpatizante chavista, seguiu com a mesma linha e sistema de governo de Chávez, que já não vinha dando muitos resultados positivos no campo econômico, uma vez que sua política econômica focou na exportação de um único produto (petróleo), como relata o escritor Gabriel Moreira Boff (2018).

O petróleo foi responsável pela conformação de um modelo de desenvolvimento rentista, dependente da exportação de uma única *commodity*, que inseriu na economia elementos conhecidos da teoria da “maldição dos recursos naturais”: pouco incentivo à diversificação

produtiva, sobrevalorização da moeda nacional e instabilidade macroeconômica.

Deixando de lado o cultivo de outras fontes rentáveis, como por exemplo: a agricultura e a indústria. Com o declínio do preço do petróleo, no ano de 2014, o país se viu refém de um único produto que lhe desse algum retorno externamente, logo, problemas começaram a surgir; tanto na economia quanto no mercado interno e externo.

No ano de 2016, em meio a essa crise econômica, o supremo tribunal venezuelano aprovou uma lei para limitar os poderes da Assembleia Nacional. Vale destacar que a mesma continha a maioria de seus representantes opositores ao partido socialista, retirando-lhe a supervisão das autoridades judiciais, eleitorais e civis (Simões, 2017), logo, esse período foi marcado por longas, e ideológicas disputas judiciais. A oposição por algumas vezes tentou convocar referendos populares para cassar o mandato de Maduro, ao mesmo tempo em que se discutia a instauração de uma assembleia constituinte.

Em 2017, o presidente assinou um decreto de convocação da Assembleia Nacional Constituinte, com o intuito de alterar a constituição de 1999; em tempo real, a situação financeira do país viria a estado de calamidade nos próximos dois anos, em janeiro de 2016 o atual presidente venezuelano, Maduro, declarou estado de “Emergência econômica”, através do decreto parlamentar 2.184 de 14 de janeiro de 2016. A redação do decreto atribui a então condição financeira do país à “falta de ingresso do setor petrolífero” e que “setores nacionais e internacionais estão fazendo o que podem para derrubar a economia da Venezuela” (Presidência da República, 2016). O decreto ainda conteve inúmeras medidas extremas e de cunho “Excepcional para salvar a economia venezuelana” (Presidência da

República, 2016). O Decreto n. 2.184 ainda aumentou os poderes, na esfera econômica, do líder do país, como por exemplo, oportunizando-lhe a delimitar e restringir a quantidade de farinha de trigo que seria utilizada exclusivamente na fabricação de pães, lhe permitiu ainda licitar sobre determinadas necessidades e opinar/decidir sobre formas de controle do dinheiro público.

No ano de 2015, a inflação da Venezuela foi considerada uma das mais elevadas do mundo, tornando o país pouco atrativo para investidores; no mesmo ano o preço da gasolina aumentou - fato que não ocorria há muitos anos. O decreto permitiu, inclusive, uma desvalorização cambial com o objetivo de retomar as exportações e diminuir as importações.

Esse instrumento adotado não foi suficiente para recuperar a economia da Venezuelana, que sofreu com medidas pouco populares e extremas nos meses seguintes (Simões, 2017). Em 2016, o FMI calculou uma inflação de 254% e estimativas de 720% para 2017 (IMF, 2017), o que foi considerado por muitos o auge da crise no país. Em janeiro do ano seguinte, Maduro lançou mais um decreto, com a mesma finalidade do primeiro: reestruturar a economia e “governar” mais de perto as receitas e despesas da Venezuela, a diferença entre os decretos é que o último foi previsto para vigorar por 60 dias, prorrogáveis, e possibilitaria mais controle sobre o mercado, dificultando, todavia, o ingresso de investimentos estrangeiros. Sem sombra de dúvidas, a situação mais crítica do território venezuelano são as questões sociais; se a crise econômica e a política vigoram como as principais causas da migração venezuelana, é pelas consequências sociais que as pessoas estão deixando o país.

De acordo com o *Human Right Watch* (HRW, 2017), a crise humanitária na Venezuela se configura como grave e generalizada violação de Direitos Humanos, marcada pela falta de medicamentos básicos que dificultam o acesso a serviços básicos de saúde e tratamento de doenças crônicas, como pressão alta e diabetes, e falta de alimentos, o que gerou na população venezuelana uma “desnutrição severa”. A Unicef (2014) revelou em relatório publicado que 3,4% das crianças venezuelanas sofriam de desnutrição em 2013, o último ano refletido nas estatísticas que o Governo do presidente Nicolás Maduro ofereceu ao organismo internacional. Esse número cresceu segundo dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) (2018).

O desabastecimento de alimentos e outros itens básicos, além da crise econômica, têm levado muitos venezuelanos a deixarem o país. Dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados citados pelo relatório do Human Right Watch, citado acima, apontam que até novembro do ano passado três milhões de pessoas deixaram a Venezuela. Desde o início do êxodo, em 2014, quase 10% da população do país, estimada em 32 milhões de habitantes se viu forçada emigrar; desses, 57,6 mil solicitaram refúgio no Brasil entre janeiro de 2014 e julho de 2018.

O relatório destaca ainda, que apesar das fronteiras brasileiras terem sido mantidas abertas, houve graves ataques xenófobos contra os venezuelanos no país. Notícias recentes da Venezuela sinalizam para a escassez de alimentos, de medicamentos e, além disso, interrupção no fornecimento de energia, o que intensificou o trânsito de pessoas. Em Porto Velho, a instituição Caritas, por meio do Projeto

Pana, tem acolhido e construído condições para que um grupo de venezuelanos se estabeleça no município.

Em parceria com a Caritas, em atividade de extensão, participamos do Mutirão de Direitos confeccionando currículos para os migrantes e, na oportunidade, com os dados coletados para tal fim, construímos um perfil do migrante venezuelano com base nas categorias: idade, sexo, estado civil, formação. Conhecer o grupo consiste no primeiro passo para serem pensadas estratégias de inclusão, de modo a atingir, ainda que minimamente, um ideal de hospitalidade (Derrida, 2003). A inclusão é necessária também para contribuir com a redução do desconforto causado pela sensação de desajustamento da qual o migrante é vítima (Kristeva, 1994).

Os atendimentos revelaram que, dentre os integrantes do grupo, o mais jovem possuía dezessete anos e o mais velho, cinquenta e oito; de maneira geral, 40% têm idade entre dezessete e trinta anos, 40% tem entre trinta e quarenta e cinco anos e 20% tem entre quarenta e cinco e cinquenta e oito anos. Foram atendidos um total de 66% do sexo masculino e 34% do sexo feminino. Em relação ao estado civil, os solteiros representam 56%; em união estável, 30% e casados 14%, importante salientar, com relação a este último item, que alguns dos entrevistados, ainda que fossem casados, respondiam como solteiros ao formulário por considerarem seu documento de casamento não válido em nosso país.

No que tange à formação, à escolaridade, os números sinalizam que 44% possuem apenas o ensino fundamental, 40% apresentam certificação de ensino médio e apenas 16% cursaram o ensino superior. Alguns sinalizaram o interesse em revalidar o diploma, o que aponta para novas ações a serem realizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos migratórios marcam a história da humanidade desde seus primórdios. Com diferentes objetivos e maneiras diversas de realizar a viagem, o ser humano tem demonstrado ao longo do tempo, maneiras de adaptação aos mais diferentes ambientes, a depender da necessidade e das oportunidades de mudança.

O caso venezuelano conta com um significativo motivo de expulsão corporificado em uma crise generalizada que, a partir de fatores econômicos, atingiu todos os setores da vida no país.

O migrante venezuelano vem ao Brasil com interesse de se fixar neste momento, vem em busca de trabalho e tem em seu horizonte a perspectiva de voltar à terra natal.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, L. **Hugo Chávez, o espectro: como o presidente venezuelano alimentou o narcotráfico, financiou o terrorismo e promoveu a desordem global.** São Paulo: Vestígio, 2018.

DERRIDA, J. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade.** São Paulo: Escuta, 2003.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. **Escritório regional da FAO para a América Latina e o Caribe: Desigualdade exacerba fome, desnutrição e obesidade na América Latina e no Caribe.** Disponível em: <www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1162212/> Acesso em: ago. 2019.

FAO. Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura **Escritório regional da FAO para a América Latina e o Caribe: Desigualdade exacerba fome, desnutrição e obesidade na**

América Latina e no Caribe. Disponível em: <www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1162212/> Acesso em: ago. 2019.

GARCIA, M.; AMORIM, T. S. S. **Crise e fluxo migratório: o recente deslocamento de venezuelanos ao Brasil (2016-2017) e as formas de proteção jurídica aos migrantes.** In: Fórum Universtário Mercosul. Disponível <<http://www.congresso2017.fomerco.com.br/>> Acesso em: abr. 2019.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2019 events of 2018.** Disponível em: <www.hrw.org/sites/default/files/world_report_download/hrw_world_report_2019.pdf>. Acesso em: ago. 2019.

IMF. International Monetary Fund. **Country data: Venezuela.** Disponível em: <www.imf.org/en/Countries/VEN>. Acesso em: ago. 2019.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MOREIRA, Gabriel Boff. **A política regional da Venezuela entre 1999 e 2012: petróleo, integração e relações com o Brasil.** Brasília: Funag, 2018.

MORALES, L. I. R. Migração no México: tendências e consequências. In: **Cadernos Adenauer X. Migração e Políticas Sociais.** Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2009, p. 43-68.

PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA. **Gaceta Oficial de La República Bolivariana de Venezuela.** Decreto. Caracas, Venezuela, 2016.

SIMÕES, G. da F. Venezuelanos em Roraima: características e perfis da migração venezuelana para o Brasil **Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais.** Disponível em:<https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=fa9065e2-c184-5655-0c04-1381156aca09&groupId=265553>. Acesso em: agosto 2019.

VAZ, A. A crise venezuelana como fator de instabilidade regional: perspectivas sobre seu transbordamento nos espaços fronteiriços. **Análise Estratégica**, n .2, 2017. 6

DA UTOPIA À DISTOPIA: A NOVA MUTUM-PARANÁ-RO

Tadisson Silva de Souza

Raaby Liandry de Souza Teixeira

Xênia de Castro Barbosa

Resumo

A construção do complexo hidrelétrico do Rio Madeira, no conjunto das ações do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal ocasionou impactos socioambientais que precisam ser elucidados. Em Rondônia, uma das comunidades mais afetadas foi a de Mutum Paraná, em Porto Velho, que teve de se deslocar para um novo espaço em função do alagamento de seu perímetro. A pesquisa em tela buscou investigar o processo de desterritorialização e reterritorialização dessa comunidade, buscando compreender por que Nova Mutum tem se tornado uma “cidade fantasma”, abandonada por seus moradores, pelo Poder Público e pelos “agentes do desenvolvimento”, representantes do capital privado. Trata-se, portanto, de Pesquisa *ex-post-facto* que será desenvolvida em abordagem mista, considerando dados qualitativos e quantitativos. A coleta de dados foi procedida mediante pesquisa documental, observações *in loco* e diário de campo e as análises basearam-se na Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC).

Palavras-chave: Usina hidrelétrica. Território. Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Este estudo resulta de pesquisa de iniciação científica no projeto “Desenvolvimento e Reterritorialização: a Nova Mutum-Paraná”, desenvolvida no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Porto Velho Calama, no período de julho de 2017 a agosto de 2018, com bolsas do CNPq. Almejamos neste espaço pontuar as reflexões que desenvolvemos ao longo do estudo acerca da experiência de desterritorialização e reterritorialização da população de Mutum Paraná.

Mutum-Paraná formou-se nas primeiras décadas do século XX, constituindo-se em entreposto de suporte às atividades da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Até 1972 a vila sediou uma das estações ferroviárias da linha Porto Velho - Guajará-Mirim, que interligava o Brasil e a Bolívia no escoamento da produção de borracha extraída dos seringais.

O distrito de Mutum-Paraná era constituído por uma população heterogênea, composta por indígenas, caboclos, bolivianos e migrantes nordestinos. Essa população se diversificou ainda mais ao final da década de 1970, com a chegada de garimpeiros empenhados na extração de ouro dos rios Madeira e Abunã e da década de 1980, com a entrada de camponeses oriundos do centro-sul do país, que ingressaram na região em busca de terras para o cultivo e melhores condições de vida.

Ao longo de sua história, a dinâmica populacional de Mutum-Paraná acompanhou os ritmos impostos pelas atividades econômicas inscritas em seu território: a produção gomífera, a construção da EFMM, a mineração, o ciclo agrícola e, mais recentemente, a construção da usina hidrelétrica de Jirau, no pacote das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), desenvolvido pelo Governo do Partido dos Trabalhadores (Cavalcante et al., 2008). A maioria dessas atividades teve como lastro discursos e concepções desenvolvimentistas, em alguma medida incentivada pelo Estado brasileiro, que buscava convencer da necessidade de superação dos entraves naturais, ou de sua “domesticação” para fins produtivos. Frequentemente, esse tipo de discurso embasou práticas de elevado impacto socioambiental e questionado “desenvolvimento”, já que a implementação de

progresso técnico não necessariamente corresponde à ampliação de benefícios sociais e melhoria nas condições de vidas das populações locais (Sousa Santos, 2016; Sen, 2010; Sen; Kliksberg, 2010)

Em 2008, foi desencadeado o conflituoso processo de construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, composto por uma hidrovía e duas usinas hidrelétricas. Uma delas, Jirau, teve efeitos diretos sobre a comunidade amazônica de Mutum-Paraná. A comunidade localizava-se em área que seria alagada pela construção da represa, representando, no discurso de gestores e empresários, um “entrave para o progresso e a autonomia energética do país”.

Entre apagões e a energia física e emocional despendida por populações tradicionais e militantes de movimentos sociais, a obra foi iniciada, e para isso foi preciso deslocar a população de Mutum-Paraná (cerca de 600 famílias), para área à esquerda da BR-364 (sentido Rondônia-Acre), cerca de 20 Km abaixo do antigo núcleo. Assim formou-se a **Nova Mutum-Paraná**, distrito de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia. O deslocamento de populações amazônicas para dar espaço para grandes obras, sobretudo hidrelétricas, tem sido uma constante na história da região amazônica, mas seus impactos sociais ainda são pouco estudados e parece haver, inclusive, mais estudos sobre os danos causados ao meio ambiente do que à população que o habita (Fearnside, 2016).

A inundação de Mutum-Paraná desterritorializou sua população, deslocando-a para um novo espaço, bastante diferente do que estava habituada. A nova sede do distrito é de concreto e aço, planejada segundo padrões arquitetônicos sofisticados e dispõe de 1600 casas (todas iguais), as quais contam com saneamento básico completo. A Nova Mutum-Paraná dispõe ainda de duas escolas, um

posto de saúde e uma delegacia de política, além de galeria para abrigar empreendimentos comerciais, templos para igrejas de seis denominações diferentes e um vasto galpão que visa abrigar um pólo industrial.

O novo distrito adquiriu contornos urbanos e poderia ser visto como um espaço saudável, higiênico e adequado para receber os atingidos pela represa. Para os defensores do desenvolvimento, Nova Mutum foi estandardizada como espaço moderno, de qualidade superior ao das choupanas cobertas de palha e casas “simples”, de madeira, onde seus moradores viviam anteriormente ao início das obras da usina hidrelétrica de Jirau. No entanto, “algo” faltou e a Nova Mutum-Paraná é hoje praticamente uma cidade fantasma, com casas abandonadas e mato tomando conta das calçadas e quintais. O posto de saúde não conta com médicos e a escola pública raramente tem professores. Distopia do progresso e do desenvolvimento que espelha o inferno do mesmo: modernização conservadora, desterritorialização e sofrimento humano.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta pesquisa configura-se, quanto ao gênero, como Pesquisa Teórica, ou seja, trata-se de estudo dedicado a (re) construir conceitos, ideias, ideologias ou polêmicas, com vistas a aprimorar fundamentos teóricos (Fantinato, 2015). Ainda segundo Fantinato (*op. cit.*), este tipo de pesquisa não implica em intervenção na realidade, mas cria as condições para isso. É nesse sentido que se espera transferir seus resultados para que a população de Nova Mutum-Paraná possa buscar a efetivação de políticas públicas para a melhoria da vida naquele território.

Os objetivos do estudo delineararam-se como explicativos e a abordagem prevalente foi a qualitativa. No que reporta aos procedimentos técnicos utilizados, caracteriza-se como Pesquisa *ex-post-facto*.

A coleta de dados foi procedida mediante pesquisa documental, observações *in loco* e diário de campo, no qual buscamos elaborar notas etnográficas das experiências observadas em campo. Não se trata, entretanto de estudo etnográfico ou antropológico, propriamente dito, mas sim de pesquisa da história e da geografia local/regional, centrada na análise de processos sociais de deslocamento localizados em bases geográficas concretas e no papel da técnica sobre o ambiente social amazônico. No presente estudo buscou-se considerar as diversas escalas de tempo que incidem e dão profundidade ao problema. Do ponto de vista geográfico, a categoria de análise adotada foi a categoria “território”.

Para Raffestin (1993), o território é manifestação espacial do poder fundamentada em relações sociais que são configuradas pela presença de *energia* – ações e estruturas concretas – e de *informação* – ações e estruturas simbólicas. Por esse prisma é possível pensar o processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R), considerando as formas geográficas dadas e construídas e a qualidade de acesso à informação, sendo esta um fator-chave, pois a informação (expressa em símbolos e significados) pode estimular a produção de novos territórios (territorialização), destruí-los (desterritorialização) ou reconstruí-los (reterritorialização).

Conceitos como o de “territorialidade”, “reterritorialização” (Sack, 1986) e “desenvolvimento” (Sachs, 2000) subsidiaram as análises.

Para Sack (1986), a territorialidade é uma dimensão relevante do fazer humano e expressa a apropriação e controle de dada porção do espaço por um agente social (indivíduo, comunidades, empresa, Estado). À ideia de territorialidade se vinculam usos especiais do espaço e atribuição de significados e valores por parte do agente social. Quando forças exógenas incidem no território de modo intransigente, se apropriando dele ou moldando-o para atendimento a outros interesses, inconciliáveis com os dos primeiros habitantes, é freqüente o deslocamento desses para outras áreas, o que é chamado de desterritorialização (Haesbaert, 2005). No mundo contemporâneo, territorialização e desterritorialização vinculam-se, cada vez mais, a movimentos globais que são impelidos pela necessidade capitalista de vantagem econômica. A busca por tais vantagens tem configurado, do ponto de vista geográfico, o fenômeno conhecido como “desenvolvimento desigual e combinado” (Harvey, 2004), ou seja, ajustes espaciais específicos que provêm determinadas áreas com infraestrutura e tecnologia adequada ao desenvolvimento produtivo – tornando-as centrais ao modo de produção capitalismo, ao passo em que relegam outras ao abandono. Há uma dialética entre os espaços de capitalismo central e os de capitalismo periférico, e a existência do segundo é essencial para o êxito do primeiro.

O conceito de desenvolvimento, tal qual postulado por Sachs (2000) é uma ideologia que atende aos interesses do capital, na medida em que favorece sua reprodução e acumulação. Em sua gênese, o conceito esteve ligado a ideias estritamente econômicas. Por desenvolvimento se considerava o progresso material do homem. Atualmente, o conceito é percebido como

multidimensional, abrangendo tanto aspectos econômicos e sociais, como políticos e ambientais.

No que reporta às análises dos dados coletados, buscou-se fundamentá-las em literaturas concernentes à temática e na metodologia da Análise de Discurso - AD, especificamente com a técnica do DSC - Discurso do Sujeito Coletivo (Lefèvre, Lefèvre; Teixeira, 2000).

Consideramos o discurso como acontecimento linguístico, que se reporta e se expressa geograficamente, por meio da linguagem, a partir de condições, recursos e regras pré-acordadas entre emissor e receptor. Conforme Mazière, a AD “não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação” (Mazière, 2007, p. 13).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A energia elétrica é insumo relevante para a ampliação dos processos produtivos modernos e do conforto humano. No entanto, a política energética vigente no Brasil tem privilegiado o modelo hidrelétrico, e este, frequentemente, tem ocasionado impactos socioambientais profundos, alterando de modo radical as configurações sociais e os delicados arranjos ecológicos (Fearnside, 2016).

Em 2008 foi iniciada em Rondônia a construção do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, que previu a edificação de duas usinas hidrelétricas e uma hidrovia industrial. Na ocasião, a construtora Odebrecht e o próprio Estado brasileiro, por meio da companhia

elétrica estatal Furnas, apresentaram o projeto como estratégia técnico-científica fundamental para evitar o racionamento energético do país, viabilizar seu crescimento econômico, integrar o país ao continente americano e trazer progresso e desenvolvimento para o Estado de Rondônia. Sua aprovação se deu a contrapelo dos questionamentos das populações afetadas e dos movimentos sociais que previam subdimensionamento dos danos sociais e ambientais registrados nos Estudos de Impactos Ambientais (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA).

A ideia de “desenvolvimento” foi o mote do projeto energético. As usinas trariam desenvolvimento para Rondônia e para o Brasil. A ela se vinculavam expectativas de crescimento econômico, de aumento da produção, de distribuição de renda, de reordenação territorial, de benefícios a todos. Desenvolvimento é um conceito que tem o propósito de reafirmar o sistema social e político hegemônico (Koselleck, 2006; Sachs, 2000). Seu conteúdo semântico reforça realidades sociais concretas, vislumbrando um horizonte de expectativa utopicamente articulado pelos interesses de uma estrutura política dominante (Koselleck, 2006). Desse modo, na prática, o conceito reafirma o sistema sociopolítico vigente: sistema capitalista, voltado ao acúmulo de riquezas e não à sua socialização.

As obras do Complexo Hidrelétrico do Madeira trouxeram impactos positivos e negativos, dentre os quais se podem citar, no rol dos primeiros: a dinamização das atividades econômicas, o crescimento (ao menos temporário) do número de postos de trabalho, o aumento da renda familiar e as obras de compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia.

Na esteira dos impactos negativos foram constatados: pressões sobre terras indígenas e unidades de conservação, aumento do desflorestamento, perda de elementos da fauna, da flora e da ictiofauna, perda de áreas de agricultura e extrativismo, inundações, alterações diversas na qualidade de vida da população ribeirinha de Porto Velho e da Bolívia, e da qualidade de vida da população urbana, com o aumento do trânsito, a especulação imobiliária e o surgimento de novos conflitos entre a população local e os migrantes que chegaram a Porto Velho para se empregar nas obras das usinas e em suas atividades correlatas.

Uma das áreas mais afetadas pelos empreendimentos hidrelétricos foi Mutum-Paraná, um distrito de Porto Velho situada há poucos mais de 100km de Porto Velho e que contava, em 2008, com aproximadamente 2000 habitantes. Mutum-Paraná foi alagada em função da construção da usina hidrelétrica de Jirau e os vestígios de sua vida material submergiram. Sua população foi deslocada para a Nova Mutum-Paraná, cerca de 20 km a baixo, à margem esquerda da rodovia BR-364 (sentido Rondônia-Acre).

A desterritorialização dessas pessoas gerou, além das perdas materiais (perdas de casas, barcos, instrumentos de trabalho, lavouras), perdas simbólicas significativas, dentre as quais as referências de espaço, lugar e vida comunitária.

O alagamento de Mutum-Paraná em função das obras de represamento da usina ocasionou a desterritorialização da população local e sua complexa reterritorialização no novo espaço, no qual vêm experimentando cedulação diferente da que estavam habituados. O processo de reterritorialização tem se mostrado desafiador, pois embora as pessoas tenham sido indenizadas e

tenham recebido novas casas, em uma espécie de “bairro modelo”, as relações sociais mudaram, o ambiente é outro e subsistem em alguns sentimentos de perda, de nostalgia, de anomia social e dificuldades de adaptação, conforme narrado por Rosilene Prestes Ferreira Oliveira, administradora e moradora do distrito:

Desde criança eu morava em Mutum, então essa mudança foi um pouco sofrida, foi um impacto. Tenho muita lembrança, muita saudade...

A mudança para cá foi em 2010. Em 2010 viemos em massa para cá. Chegando aqui a gente se espalhou, não conseguiu manter a unidade. Cada qual ficou na sua vidinha e não teve como manter aquele contato, e muitos foram embora. Ainda mais os pescadores, as pessoas que moravam mais afastados da vila, que viviam da pesca e da agricultura. Não teve como eles sobreviverem aqui. Tive a sorte de aqui na minha rua, Rua Getúlio Vargas, eu ter o meu vizinho de lá, que é professor, o da frente também era de lá, conhecido nosso, o dali também, mas já faleceu. Eu tive a sorte de reencontrar esses vizinhos, mas os demais ficaram mais espalhados. E assim: mudamos mesmo, porque aqui a vida não é mais como era lá... (Rosilene Prestes Ferreira Oliveira. Entrevista concedida a Xênia de Castro Barbosa, 2018).

Na interpretação de José Carlos dos Santos, também morador do lugar:

Não posso dizer que a vida aqui é ruim, mas todo mundo sente muita saudade de lá, porque lá a gente deixou nossas raízes. Tudo o que gente construiu ficou lá, aqui a gente não construiu nada, recebeu tudo pronto e teve de aceitar como está. Lá ficaram as nossas lembranças, a nossa cultura.

Se você me perguntar o que eu mais sinto falta aqui digo prontamente: da água. Não a água de beber, essa graças a Deus nunca falta e é muito boa, mas a água do rio. Sinto falta do rio e de tudo o que ele nos dava: água, peixe, lazer, histórias dos encantados. Agora está tudo muito diferente. Talvez uma coisa compense a outra, mas não tenho certeza. (José Carlos dos Santos. Entrevista concedida a Xênia de Castro Barbosa, 2018).

O Estado brasileiro tem apresentado os projetos hidrelétricos como ambientalmente benéficos e produtores do desenvolvimento, o que os torna preferível, do ponto de vista ambiental, em relação a outras formas de energia. Não podemos esquecer da exaustiva repetição do selo falacioso “Energia Sustentável” como um anestésico difundido nos meios de comunicação como empreendimento inovador, moderno, “limpo”, quase sem nenhum impacto.

Na prática, contudo, as consequências ambientais de tais projetos são vertiginosas. Pelo prisma ambiental deve-se considerar que grandes áreas de terra são desflorestadas para sediar o novo empreendimento, espécies animais e vegetais desaparecem, a Fauna e a Flora são duramente atingidas e a área alagada acaba se tornando depósito de matéria orgânica que se converte em Metano, um dos gases responsáveis pelo efeito estufa. A sábia relação entre as comunidades ribeirinhas e os rios se esfacela tanto materialmente quanto simbolicamente, como podemos depreender do excerto da entrevista de José Carlos acima apresentado.

As experiências de construção de barragens em todo mundo têm redundado em consequências socioambientais negativas para os grupos atingidos por esse tipo de empreendimento. Por isso é

necessário diversificar as matrizes energéticas e estabelecer parâmetros para redução das perdas materiais e simbólicas das pessoas que são deslocadas dos seus lugares de origem em decorrência da construção dessas obras. É preciso considerar os interesses e necessidades locais, e não só os nacionais e globais.

O inventário formal do potencial hidrelétrico da região amazônica remonta a processos de reconfiguração econômica de escala internacional, ditados por organismos financeiros multilaterais, especialmente a partir da década de 1950. No Brasil, ações desenvolvimentistas de grande porte já vinham ocupando o debate público desde a década de 1940, sob os argumentos de valorizá-la economicamente, integrá-la, promover o famigerado desenvolvimento. Nessa esteira de pensamento foram criados vários órgãos e projetos de desenvolvimento (SPVEA, Sudam, Polonoroeste). A intensificação dessas ações desenvolvimentistas ocorreu no regime militar, que tinha o objetivo de integrar a região amazônica com o sistema econômico mundial.

Na década de 1970, o estado formulou um planejamento acerca da Amazônia no qual sua integração territorial e aos circuitos do grande capital se daria por projetos de ampla magnitude. Nesse contexto veio a crise do petróleo e o governo definiu como prioritária a construção de usinas hidrelétricas para a obtenção de energia em nosso território.

Na década de 1990, com o *boom* das privatizações, as concessionárias entraram no pacote com incentivo do FMI, o que provocou uma reestruturação do setor elétrico e uma série de mudanças na legislação. Os governos do PT deram continuidade às políticas econômicas de seus antecessores, como prometido na

“Carta ao povo brasileiro” e incentivaram a implantação de projetos hidrelétricos através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Os novos projetos hidrelétricos foram divulgados sob a tônica do desenvolvimento. Eles revelavam ideais de promoção do desenvolvimento nacional, de modernidade e desenvolvimento das empresas relacionadas e de modernização das regiões que seriam “beneficiadas” com as grandes obras. Esse desenvolvimento chegou, em certa medida, para todos, menos para as populações locais diretamente atingidas: O estado desenvolveu políticas públicas favoráveis à industrialização e à vida urbana; as empresas e indústrias do ramo obtiveram o desenvolvimento necessário para expandir seu volume de capital; as populações atingidas por barragens ficaram com as miragens do desenvolvimento: vilas destruídas, perda de recursos econômicos e da sociobiodiversidade, desafios da reterritorialização.

Mesmo se considerarmos que as pessoas atingidas pelas obras foram indenizadas: foi-lhes dado casa, sítio ou carta de crédito para adquirir imóvel em outro espaço, o valor pago não foi considerado suficiente para o restabelecimento da vida no novo espaço, como atestam as entrevistas registradas nesta pesquisa. Ademais, as perdas simbólicas não se compensam com recursos estritamente materiais.

No que diz respeito aos desafios da reterritorialização são fatores relevantes: o estranhamento da nova paisagem, a perda de referentes geográficos e culturais, o afrouxamento ou perda de vínculos sociais, limitações e interdições econômicas (impossibilidade da pesca, da caça, do comércio de pescado, da agricultura) no espaço sede da Nova Mutum-Paraná, convívio com

pessoas de procedências e hábitos diferentes, falta de suporte biopsicossocial.

Nova Mutum representa um reassentamento coletivo de perfil urbano, no qual foram disponibilizadas 1600 casas a título de compensação social e para abrigo de funcionários da empresa. Na época, das 543 famílias de Mutum Velho, 110 optaram em morar lá, além de funcionários da Usina de Jirau. Quando do anúncio das obras da usina, a população do distrito começou a apresentar crescimento demográfico exponencial, conforme dados do IBGE:

Tabela 1: População residente em Mutum-Paraná por sexo e situação de domicílio conforme Censo Demográfico (IBGE)

Variável - População residente (Pessoas)										
Distrito - Mutum Paraná - Porto Velho (RO)										
Situação do domicílio	Ano x Sexo									
	1970		1980		1991		2000		2010	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Urbana	-	-	-	-	-	-	154	142	252	186
Rural	-	-	-	-	-	-	213	124	3.329	2.828

Essa população era predominantemente rural, ocupando-se economicamente da pesca e da agricultura, com destaque para o cultivo de colorau, cacau, cupuaçu, macaxeira e frutas cítricas. O garimpo de ouro no Rio Madeira também ocupava e ocupa muitos moradores daquela comunidade.

Nova Mutum foi apresentada como uma espécie de cidade modelo, planejada, organizada e saneada. A ordem em oposição à desordem e a precariedade da antiga vila. Cidade como produto técnico, construído de modo a notabilizar o constante progresso técnico, o domínio da cultura sobre a natureza.

A utopia urbana produzida pela Energia Sustentável do Brasil (ESBR) foi amplamente difundida pelas mídias regionais, as quais enalteciam as formas do novo espaço construído e os inúmeros benefícios que os atingidos da velha Mutum teriam posteriormente ao seu assentamento. De fato, o novo assentamento apresenta qualidades arquitetônicas inquestionáveis: casas de alvenaria de uma simplicidade elegante, agradável ao olhar, ruas pavimentadas, esgotamento sanitário, água tratada, clube social com academia de ginástica, escola, delegacia de polícia e posto de saúde. À iniciativa privada dos moradores coube edificar igrejas, bares, pousadas e mercearias.

A dissonância talvez se dê por se tratar de um reassentamento de perfil urbano, quando o estilo de vida dos reassentados era predominantemente rural, e mesmo os que viviam no núcleo urbano do distrito possuíam, em sua maioria, amplos quintais com plantações, muitos dos quais com fundo para o rio. A relação com o rio era constante, de modo que a população se identificava como ribeirinha e pescadora tradicional.

Outro fator a se considerar diz respeito ao vazio das formas: posto de saúde sem profissionais da saúde, sem capacidade de atendimento adequado, escola sem professores, devido às constantes falhas no transporte escolar da prefeitura de Porto Velho, clube social e academia abertos à frequência apenas dos que podem pagar. A utopia de igualdade logo se deteriorou configurando espaços de segregação: primeiro o clube, em que apenas os funcionários da empresa e os moradores mais abastados podiam pagar, depois o

surgimento de escola particular, que assegurou o direito à educação apenas às crianças e adolescentes de classe média.

Os estudantes pobres iniciavam o ano letivo sem ter concluído o anterior, com defasagens de conteúdo, aligeiramentos e a expectativa de que logo as aulas seriam novamente interrompidas por falta de ônibus para transportar professores da capital para o distrito, bem como transportar os alunos dos sítios próximos. Além da inconstância na oferta do ensino – de responsabilidade não da empresa, mas da Prefeitura de Porto Velho, a falta de hospital também é um dos pontos de maior conflito, segundo relatos dos policiais Marcos Moreira e Vilson Silva, que informaram que o papel da Polícia Militar no distrito muitas vezes transcende o da segurança pública, em função da necessidade de socorro de vítimas de acidentes, brigas e problemas de saúde. Também o preço exorbitante da conta de luz foi um dos pontos questionados pelos moradores do lugar, que não conseguem entender porque tarifa tão cara se moram ao lado de usina hidrelétrica (Stolerman, 2014).

Desse modo, para empresas e governos, a Nova Mutum-Paraná é um espaço adequado, bonito e salubre. O atestado ético do compromisso social da empresa em compensar os atingidos pela barragem. Para os ribeirinhos e pescadores deslocados: uma selva de pedras monstruosa, que com seus quintais de concreto e ruas sem árvores pouco a pouco engole suas vivências culturais. Talvez por isso se configure como uma vila silenciosa, com ruas e calçadas desertas, sem trânsito de pessoas e veículos, sem festas. Tons e silêncios de cidade fantasma.

Figura 1: Localização da Usina de Jirau e do distrito de Nova Mutum-Paraná, 2018



Fonte: Google Maps, 2018 [na ilha à esquerda a Usina Hidrelétrica de Jirau, no centro, transversalmente, a BR-364, e no canto inferior direito a nova sede do distrito de Mutum-Paraná].

Outra peculiaridade não divulgada na mídia é o inferno de pernilongos, que às 17:30h horas obriga os moradores a entrarem em suas casas e não saírem mais. Segundo relatos de moradores os pernilongos se proliferaram após experimento contratado pela usina para controlar as epidemias de dengue e demais doenças transmitidas pelo *Aedes aegypt* que causavam elevado absenteísmo nos funcionários da empresa. A empresa teria feito a introdução de centenas de mosquitos *Aedes aegypt* machos com uma mutação em seus espermatozoides e lançado-os no ambiente para fecundar as fêmeas selvagens e assim diminuir a reprodução da espécie, de modo a controlar a doença. Acredita-se que os casos de internação por dengue, zika e chikungunya tenham diminuído após o experimento,

mas ficou uma grande quantidade de mosquitos que causa desconforto à população local.

A utopia converteu-se em distopia: uma cidade moderna no meio da selva, tomada de mosquitos geneticamente modificados onde as pessoas não conseguem morar. O pólo industrial nunca se instalou, o rio e a terra para plantio estão distantes e muitos não dispõem de veículo para acessá-los, de modo que sobram raríssimas oportunidades econômicas a quem não é funcionário da empresa, servidor público ou pastor evangélico.

Nova Mutum-Paraná poderia ser interpretada também sob os signos do simulacro e da simulação (Baudrillard, 1981). Nos simulacros o sentido de real desaparece e as simulações produzidas adquirem mais valor que a própria realidade, graças aos efeitos visuais e a insistência de informações utilizados para causar boa impressão. Nas simulações o conhecimento é dispensável e substituído pela semiótica e símbolos. Ambos os conceitos se aplicam ao contexto de Nova Mutum, pelo fato de ser “vendida” como manutenção da vida real, mas que na verdade é só uma simulação de realidade, porque se reestrutura como signo, sem base na realidade que era vivida pelos realocados, os quais deixaram para trás o espaço tradicional de vida para viver em um ambiente “cópia” da cidade ideal, cercada de simulacros.

Não tendo escolha, os moradores têm de viver nesse ambiente-simulacro, que lhes causa uma dramática crise de identidade ao impor situação anômala à sua cultura: uma vida ao estilo da classe média urbana no meio da floresta sem ter o dinheiro, recursos e equipamentos típicos dessa classe social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia tem sido alvo privilegiado de discursos e projetos desenvolvimentistas de grande porte, dentre os quais podemos recordar a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a rodovia transamazônia, e mais recentemente, o Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira.

A ideia de desenvolvimento vem sendo usada como forma de legitimar o acúmulo de capital. Ao subordinar a reprodução social aos imperativos da acumulação apitalista, parte do excedente seria convertida em benefícios sociais. A prática observada, todavia, é de concentração de riqueza, de benefícios aos donos dos meios de produção, e de extensão dos danos ambientais e da desestruturação das economias locais aos próprios habitantes da região. Embora haja responsabilidades jurídicas, as compensações sociais não são suficientes para reconstruir uma ordem social justa – ordem esta que, diga-se de passagem, também não havia anteriormente ao início das obras modernizantes.

A Nova Mutum-Paraná, em Rondônia é emblemática desse tipo de fenômeno. À época de sua edificação a mídia local propagandeava o novo lugar de reassentamento das famílias atingidas pela barragem enfatizando as maravilhas do lugar: cidade limpa, asfaltada, saneada, civilizada e de paisagem agradável. Crianças alegres por terem casa de alvenaria, com quartos próprios, banheiro dentro de casa, escola, parquinho e campo de futebol para brincar reforçaram a ideia de um pequeno paraíso na terra. Para a empresa seu dever de apoiar a reterritorialização estava bem cumprido. Ela havia criado uma utopia: uma cidade moderna onde todos eram iguais.

Visões distópicas fugiram ao controle da mídia quando os novos moradores se fixaram e os dias começaram a passar. Viram-se se diante de belas formas arquitetônicas, mas vazias: posto de saúde sem médicos, escola sem professores, ruas sem comércio, sem gente, sem árvores. O polo industrial que geraria empregos para todos não foi adiante, já não havia mais o rio nem a terra de onde retirar os alimentos. Diante da falta de oportunidades econômicas e da nostalgia da vida no antigo espaço, muitos moradores da nova Mutum-Paraná se viram forçados a abandonar suas casas e buscar uma nova vida em outros espaços, em geral em outras cidades amazônicas. A vida já não era simples, a reterritorialização seria mais desafiadora do que políticos e empresários poderiam imaginar. Nova Mutum permanece como utopia e distopia, simulação e simulacro, nostalgia e esperança às margens da BR-364. Quase uma ilha, cidade fantasma.

REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, J. **Simulacros e simulação**. Trad.: Maria João da Costa Pereira. Antropos, 1981. Disponível em: <<https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/03/baudrillard-simulacros-e-simulaccca7acc83o.pdf>>.

CAVALCANTE et al., 2008 Políticas Territoriais e Mobilidade Populacional na Amazônia: Estudo sobre as Hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira/ Rondônia/Brasil. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambú: ABEP, 2008.

FANTINATO, M. **Métodos de pesquisa**. EACH-USP: 2015. Disponível em: <<http://each.uspnet.usp.br/sarajane/wp-content/uploads/2015/09/M%C3%A9todos-de-Pesquisa.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2017.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa.** Caxias do Sul: Educus, 2000.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso.** São Paulo: Parábola, 2007.

FEARNSIDE, P. M. Environmental and social impacts of hydroelectric dams in Brazilian Amazonia: Implications for the aluminum industry. **World Development**, n. 77, p. 48-65.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **X Encontro de Geógrafos da América Latina**, São Paulo, 2005. Anais. São Paulo: USP, 2005.

KOSELLECK, R. **Passado futuro: contribuição à semântica dos tempos históricos.** Rio de Janeiro: Contraponto e Ed PUC-Rio, 2006

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ed. Ática, 1993.

SACHS, I. **Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento.** São Paulo: Edições Vértice, 1986.

SACHS, W. **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder.** Petrópolis: Vozes, 2000.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SEN, A; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado.** São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SOUSA SANTOS, B. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento.** São Paulo: Cortez, 2013.

STOLERMAN, P. **Nova Mutum: A recriação do Lugar – Discursos na implementação da UHE Jirau, Porto Velho, Rondônia,** 2014.

PARTE III



MEIO AMBIENTE E SAÚDE

ANÁLISE DO ESTILO DE VIDA DE ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Roseli Ferreira Lima de Oliveira
Iranira Geminiano de Melo
George Madson Dias Santos
Matheus Magalhães Paulino Cruz
Célio José Borges

Resumo

A presente pesquisa investigou a prevalência de comportamentos adequados e inadequados no estilo de vida dos estudantes da Universidade Federal de Rondônia, Campus José Ribeiro Filho (Porto Velho). Metodologicamente trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa do tipo transversal. Foram investigadas 307 pessoas do gênero feminino e 202 do gênero masculino que freqüentam, regularmente, os 29 cursos oferecidos na referida unidade educacional, no período de 2015-2016. Os dados foram coletados por meio do questionário “O pentáculo do bem-estar”, proposto por Nahas et al. (2000). O estudo constatou que a prevalência de risco à saúde é elevada. Os componentes que mais necessitam de atenção são atividade física, controle de estresse e alimentação.

Palavras-chave: Estudantes. Saúde. Qualidade de vida.

INTRODUÇÃO

O impacto do estilo de vida na saúde das pessoas está relacionado com os benefícios de hábitos ativos e das práticas saudáveis nas atividades cotidianas. Ainda que a genética, o ambiente e a assistência médica tenham um papel importante em relação a como e quanto se vive, cada vez mais crescem as evidências de que o modo de viver representa o fator diferencial para a saúde e a qualidade de vida no mundo contemporâneo, independente da idade ou condição social (Nahas; Barros; Francalacci, 2000).

Nesse sentido, o Ministério da Saúde do Brasil (2000), afirma que adultos e jovens saudáveis são os “não fumantes”, que praticam atividade física de forma regular e consomem frutas e hortaliças de modo adequado. Quanto à formação do estilo de vida, a literatura preconiza que grande parte do estilo de vida é estabelecida enquanto jovem, antes da vida adulta, podendo influenciar na meia idade e na velhice.

Segundo Silva (2011), alguns fatores do estilo de vida podem ser introduzidos no cotidiano dos jovens no momento da transição do Ensino Médio para o Superior, momento em que ocorre questionamento de valores, crenças e atitudes empregados pela família no processo de educação. Isso torna os universitários um grupo vulnerável à adoção de comportamentos adequados e/ou inadequados para a saúde.

O estudo de estilo de vida dos acadêmicos universitários de ambos os sexos pode contribuir para a implantação de programas de saúde coletiva nos campus da UNIR, em Porto Velho, facilitando assim para os acadêmicos o acesso a informações e atividades capazes de contribuir para a modificação dos fatores de risco aos quais estão relacionados.

Nesse contexto, o estudo tem como objetivo analisar o perfil de estilo de vida de acadêmicos da Universidade Federal de Rondônia, no Campus José Ribeiro Filho, em Porto Velho.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo é resultado do projeto de pesquisa “Avaliação digital da qualidade de vida de estudantes da Unir de Porto Velho”, aprovado pelo comitê de ética conforme Parecer n.

4809.1815.4.0000.5300, de 8 de julho de 2016. Trata-se de uma pesquisa descritiva, do tipo transversal, com abordagem quantitativa, que teve como universos de estudo acadêmicos de ambos os sexos que estavam regularmente matriculados na Universidade Federal de Rondônia, no campus de Porto Velho, no ano de 2016.

Participaram da pesquisa 509 acadêmicos, sendo 307 mulheres e 202 homens, com idades variando entre 18 e 64 anos (mulheres $25,94 \pm 8,34$, homens $25,40 \pm 7,30$).

Para a coleta de dados foi utilizado o questionário denominado “Pentáculo do bem-estar (PBE)” desenvolvido por Nahas, Barros e Francalacci (2000). Essa ferramenta possui cinco domínios: atividade física, alimentação, controle de estresse, relacionamento, comportamento preventivo. Na avaliação do perfil de estilo de vida cada um desses componentes pode obter como resultado uma das categorias: Alerta!, Vá em frente!, Pode melhorar!

Além dessa avaliação, ao final do questionário foi gerado o “pentáculo do bem-estar”, uma figura que permitia ao respondente visualizar e analisar a situação de seu estilo de vida individual.

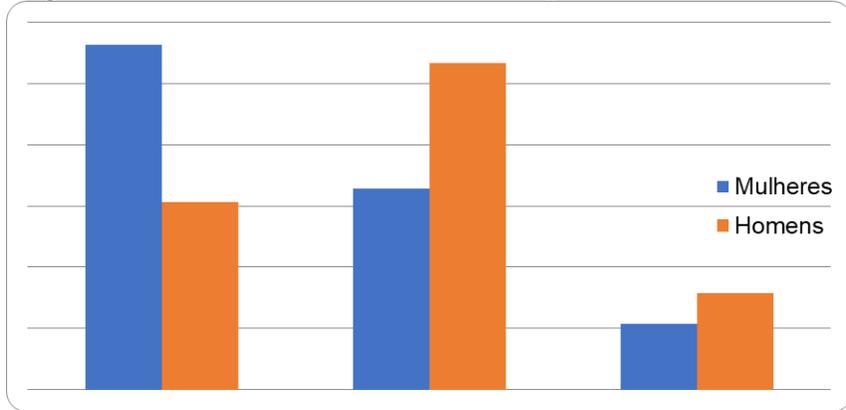
Como procedimentos para a coleta de dados foram seguidos os seguintes passos: a) divulgação da pesquisa com distribuição de *banners* em locais estratégicos, como, cantina, biblioteca e murais dos corredores, como forma de convite para os acadêmicos participarem, a partir do acesso ao site: <www.qualidadedevida.def.unir.br/> para avaliação e acompanhamento do Perfil de Estilo de Vida.

No período de agosto a novembro de 2015 ocorreu o desenvolvimento do sistema que hospedaria o instrumento de dados (site), de janeiro a março de 2016 foram realizadas leituras para aprofundamento teórico, e no período de março a julho de 2016 foi realizada a coleta de dados em pontos estratégicos distribuídos pelo campus.

Os dados foram compilados para o software Microsoft Excel 2010, analisados estatisticamente utilizando o software XLSTAT 2016 e apresentados em forma de gráficos para que possam ser visualizados com clareza.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base nos resultados obtidos, o presente estudo teve uma estimativa de um estilo de vida preocupante, tanto no que se refere aos indivíduos entrevistados do sexo masculino, quanto do sexo feminino. No componente atividade física, 53% dos homens que participaram do estudo se encontravam na categoria “Pode melhorar!” Entre as mulheres a situação é ainda mais acentuada, tendo em vista que 56% das respondentes não praticam atividade física, sendo, portanto, classificadas na categoria “Alerta!”. Diante dessa realidade é possível observar na figura 1, que apenas 10,7% das mulheres e 15,8% dos homens apresentaram avaliação positiva nesse componente (figura 1).

Figura 1: Avaliação do estilo de vida - componente atividade física

Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2017)

De acordo com os dados, há uma prevalência entre os sexos que evidencia que as mulheres estão na categoria “alerta” e praticam menos atividade física que os homens.

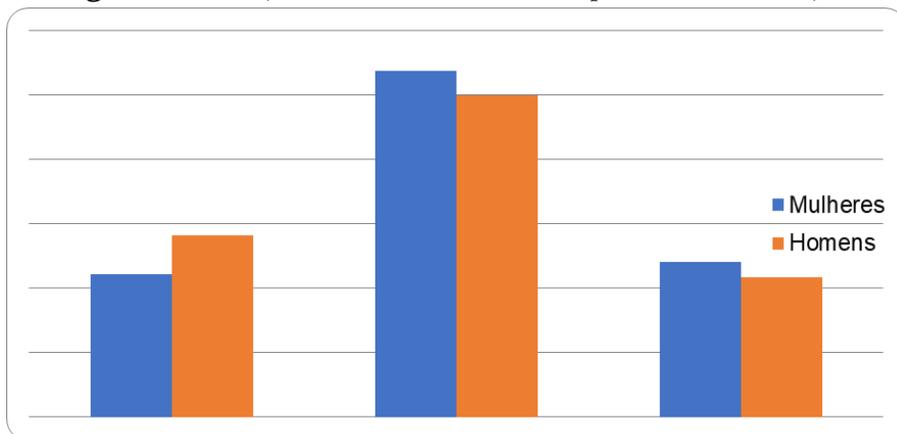
Em estudo semelhante, Morarel e Souto (2006) numa amostra representativa de acadêmicos da universidade da região de Joinville-SC, constataram que cerca de 38% dos estudantes alegam não realizar atividades físicas, essa prevalência foi encontrada também por Coelho e Santos (2006) entre acadêmicos do centro de ciências tecnológicas da Universidade do Estado de Santa Catarina, sendo que naquela instituição cerca de 37% dos estudantes não seguem as recomendações de prática de atividade física.

Podemos observar que com a globalização e o espírito competitivo, a falta de tempo e o crescimento de equipamentos modernos de alta tecnologia, são fatores que colaboram com o sedentarismo no mundo.

Quanto à alimentação, observa-se que homens e mulheres estão na categoria “alerta”, com destaque de 53% em prevalência

para o masculino e 50% para o feminino, ambos os gêneros na categoria podem melhorar (figura 2).

Figura 2: Avaliação do estilo de vida - componente alimentação



Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2017)

A literatura esclarece que uma população que apresenta renda mais baixa tende a ter uma alimentação de baixa qualidade, pouco diversificada e hipercalórica, por vezes, por não ter condições de comprar verduras, legumes e frutas com frequência, pois são alimentos mais caros. O alto custo desses alimentos, somada as limitações financeiras leva-os a dar preferência para o arroz, o feijão, a carne e o pão, considerados alimentos com maior quantidade de calorias (Uchimura et al., 2011). Além disso, pessoas de baixa renda podem não ter acesso a uma educação voltada às práticas saudáveis, comprometendo a possibilidade de hábitos ativos e alimentação adequada.

Em uma pesquisa para analisar as características da alimentação e da atividade física, Soares et al. (2012) investigou 61 universitários da área da saúde dos cursos de Enfermagem, Biomedicina, Farmácia, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia e Terapia Ocupacional de uma instituição privada e foi observado que

o estilo de vida deles pode contribuir para o aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis. Portanto, segundo os autores, hábitos alimentares não saudáveis e a ausência de prática de atividade física durante o período da graduação frequentemente se mantêm após a formação universitária, tornando-se um fator preocupante, pois a falta de atividade física associada a hábitos alimentares não saudáveis estão relacionadas ao desenvolvimento de doenças como: diabetes, infarto do miocárdio, doença arterial coronariana, câncer e obesidade.

Segundo Santos et al. (2012), o crescente índice de obesidade presente em crianças, adolescentes e adultos, no Brasil e no mundo, vem alarmando a saúde pública, associando-se a fatores de desenvolvimento de doenças crônicas e cardiovasculares, por falta de uma alimentação balanceada com a ingestão de frutas, verduras e legumes.

Ramalho et al. (2012) investigaram 863 universitários em 34 cursos de graduação na Universidade Federal do Acre, com o objetivo de analisar a prevalência e os fatores associados ao consumo regular de frutas e hortaliças em estudantes. O estudo abordou os possíveis motivos que os levavam à substituição de alimentos saudáveis por alimentos não saudáveis. Os autores demonstraram maior prevalência de substituição de almoço e do jantar por lanche, por adolescentes, e os adultos obesos apresentavam, em sua maioria, alta densidade energética e baixo valor nutritivo, atribuindo pouca importância aos alimentos mais nutritivos como verduras, frutas e hortaliças. Indicando que com a influência da mídia e a escassez de tempo, cada vez mais pessoas tem adotado os *fast foods* para substituírem suas refeições; como forma de economizar tempo

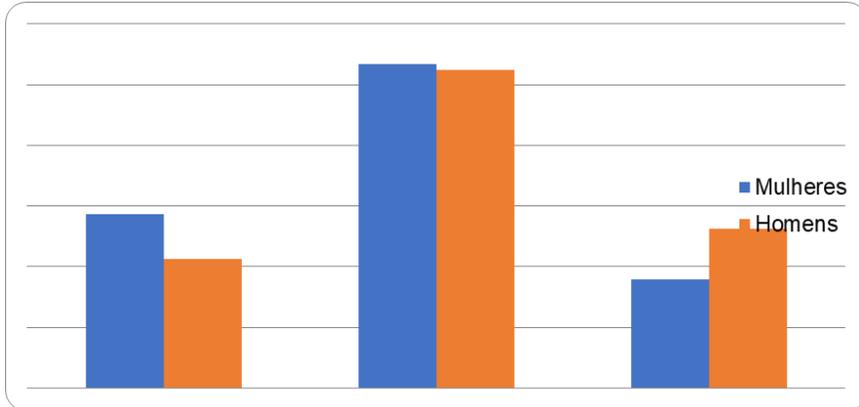
aderem a este tipo de refeição por serem de rápido consumo, já que na maioria das vezes não é possível realizar as refeições em casa.

A consequência dessa adesão é a perda da qualidade oferecida nas refeições saudáveis ricas em vitaminas, sais minerais, proteínas dentre outros nutrientes importantes para a manutenção do organismo (Teixeira et al. 2012; Ramalho et al., 2012).

O estilo de vida passa a ser primordial na promoção da saúde e diminuição da mortalidade, a qual ocorre, em grande parte das pessoas, em razão de seu comportamento. E particular, a atividade física e a alimentação representam fatores importantes para a qualidade de vida.

Quanto o componente controle de estresse os índices encontrados na população pesquisada revelaram que homens e mulheres estão na classificação “pode melhorar”, com diferença entre os sexos em destaque de 53% para as mulheres e prevalência de 52% para os homens.

O estresse, segundo Lipp (2010), pode ser definido como uma reação complexa, composta de alterações psicofisiológicas que ocorrem quando o indivíduo é forçado a enfrentar situações que ultrapassam sua habilidade de enfrentamento. A função destas respostas é a adaptação do indivíduo à nova situação, gerada pelo estímulo desafiador. De acordo com a figura 3 do componente controle de estresse homens e mulheres encontram-se na categoria “vá em frente”, com maior incidência do problema sobre o segmento masculino (25% contra 18% do gênero feminino). Na “alerta” estão presentes 21% dos homens que participaram do estudo e 28% das mulheres, indicando a recomendação de mudança no comportamento controle de estresse para as mulheres (Figura 3).

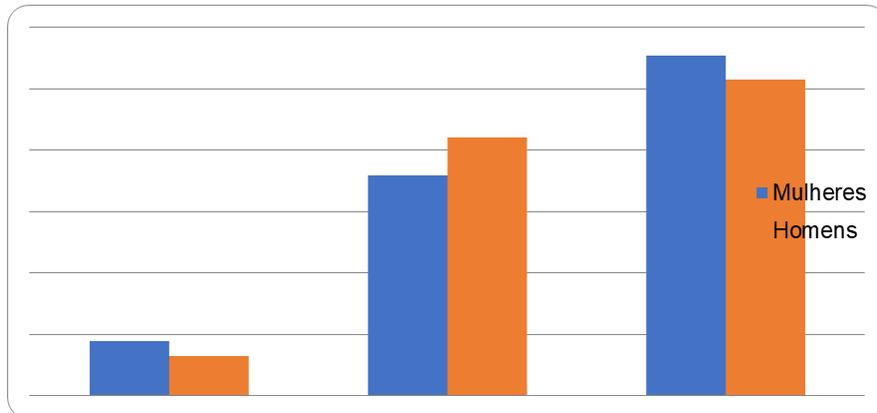
Figura 3: Avaliação do estilo de vida - componente controle do estresse

Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2017)

Na fase adulta, o estresse pode ocorrer em função da atuação profissional, sendo bastante presente em juízes (Lipp; Tanganelli, 2002), em professores (Witter, 2003), acadêmicos de enfermagem (Corral-Mulato et al., 2011), profissionais de contabilidade (Da Cunha; Alves; Junior Farid et al., 2012) e ainda, em policiais militares ativos e aposentados (Portela; Bughay, 2007).

Sendo assim, o estilo de vida adotado poderá ser potencializado nas formas de enfrentamento do estresse no seu dia a dia. É preciso considerar ainda que uma alimentação adequada equipa o corpo com os recursos de que ele precisa para se defender melhor das crescentes exigências que o estresse coloca sobre ele.

O componente relacionamento prioriza o lado social da pessoa, abrangendo a dimensão social que se refere aos valores de vida, crenças, papel da família, trabalho, grupo e comunidade posição cultural e meio ambiente no qual a pessoa se insere (Limongi-França, 1996). Em relação a esse item, a maior parte dos entrevistados encontra-se em situação adequada, como demonstra a figura 4.

Figura 4: Avaliação do estilo de vida - componente relacionamento

Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2017)

Na amostra dos dados estatísticos o sexo masculino está com elevação de 42% e o sexo feminino com 35% na categoria “pode melhorar”; observa-se de acordo com a figura 4 que os homens apresentaram indicadores de que se relacionam melhor que as mulheres.

Na categoria “alerta” há uma mudança significativa entre os sexos, dando ênfase para as mulheres, com 8% e os homens representando 6.

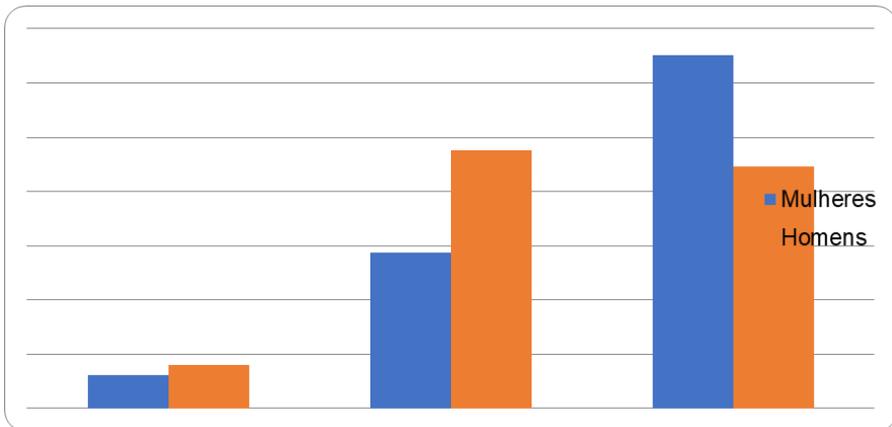
De acordo com os dados, nesse estudo há uma prevalência entre os gêneros mostrando que as mulheres estão na categoria “vá em frente” com 55% e homens 51%, pois perante os dados há uma significância maior para as mulheres.

Segundo Pontes et al. (2004, p. 4) “A saúde está profundamente relacionada com a forma como interagimos com a natureza e organizamos a vida social, ou seja, o processo de adoecimento não está no homem como natureza pura, mas como algo também produzido socialmente”.

Um dos aspectos importantes para a saúde do indivíduo é o comportamento preventivo. Comportamento preventivo pode ser traduzido como mudança nos hábitos cotidianos do sujeito observando-se os princípios ergonômicos, uso de equipamentos de segurança no trabalho, não fumar, não usar drogas, ter controle com bebidas alcoólicas e doenças crônicas e boas relações afetivas e sociais (Nahas; De Barros; Francalacci, 2000; Czeresnia, 2003).

Em relação aos dados apresentados na figura 5 vemos que o comportamento de prevenção avaliado no questionário representa uma média significativa entre as mulheres na categoria “vá em frente” com 65% e os homens em 44%, baseadas nas respostas obtidas, as mulheres seguem em destaque para o componente comportamento preventivo na categoria “vá em frente.”

Figura 5: Avaliação do estilo de vida - componente comportamento preventivo



Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2017)

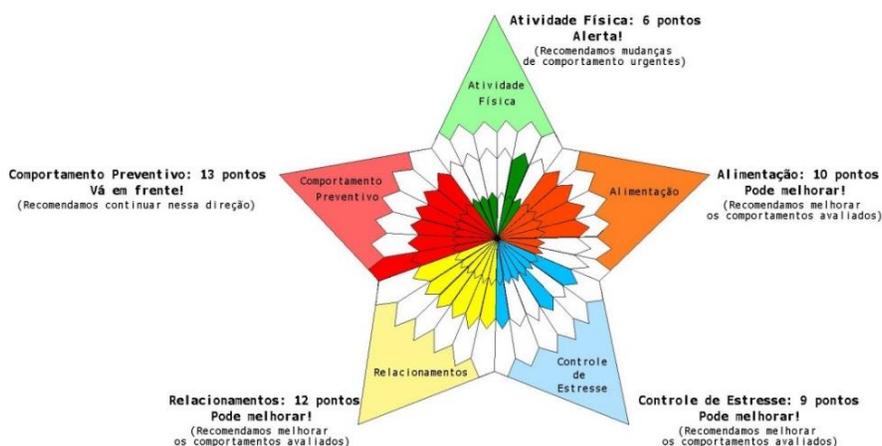
Na categoria “pode melhorar” observou-se que os dados indicam a variância do gênero masculino com 47% e o gênero feminino com 28% mensurando assim a média com destaque amostral para os homens na categoria “pode melhorar”. Nesse mesmo aspecto do componente comportamento preventivo, os

dados estatísticos nos mostram que a categoria alerta nos dá uma significância entre homens de 7% e mulheres 6%.

Perante os dados analisados, as situações de “comportamento preventivo” permitem uma melhor compreensão dos fatores de risco e a possibilidade de mudanças de forma equilibrada em suas condutas, acentuando as consequências das fontes do comportamento preventivo nos eventos comuns da vida (Nahas; Barros; Francalacci, 2000).

Observa-se de acordo com a figura abaixo que o PBE das mulheres nos componentes “alimentação”, “controle de estresse” e “relacionamento” estão nas classificações “pode melhorar”, tendo recomendações em todos os componentes avaliados. Para o componente comportamento preventivo a situação e umas das melhores, com a classificação “vá em frente”, já a atividade física foi marcada com baixo índice, tendo como classificação “alerta” e recomendação de mudanças de comportamento urgentes.

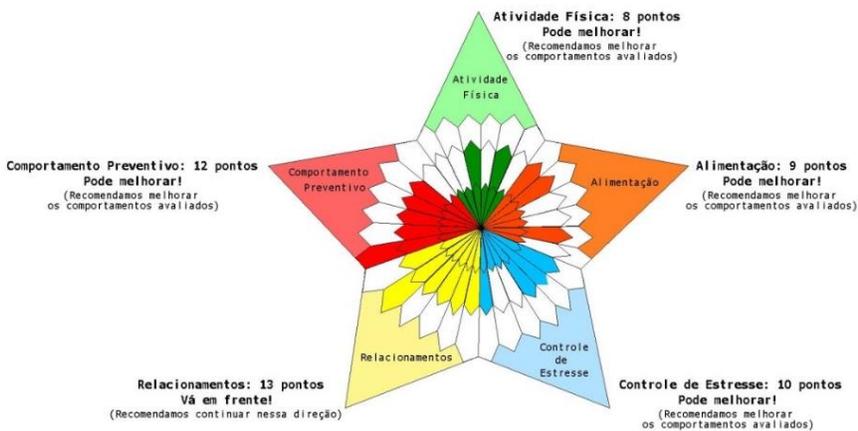
Figura 6: Avaliação do estilo de vida – pentágulo do bem-estar das mulheres



Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2017)

A figura 7 demonstra o PBE dos homens para os cinco componentes avaliados por este estudo, sendo que desses, quatro estão na classificação “pode melhorar”: atividade física, alimentação, controle de estresse e comportamento preventivo, e apenas um componente, como se pode observar abaixo, está com a classificação “vá em frente”, com recomendação de continuar nessa direção.

Figura 7: Avaliação do estilo de vida – pentáculo do bem-estar dos homens



Fonte: Iranira Geminiano de Melo (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse estudo sugerem a necessidade de maior atenção à qualidade de vida dos estudantes da UNIR principalmente nos componentes: atividade física, alimentação e controle de estresse. Esses domínios demonstraram mais resultados negativos e insatisfatórios de acordo com os dados revelados pelo “Pentáculo” do Bem-estar individual dos participantes da Universidade Federal de Rondônia - Campus José Ribeiro Filho (Porto Velho). Esses índices precisam ser abordados para intervenções educacionais paralelas com a responsabilidade interdisciplinar, como já ocorrem em

programas como atividades de estilo de vida saudável, a exemplo de “caminhando no campus da Universidade Federal de Rondônia”, ainda assim é necessário que ocorram melhorias no meio em que o estudante vive, que esse ambiente apresente equipamentos básicos e redes de apoio que possibilitem o desenvolvimento de hábitos saudáveis e adequados.

Os dados mostram que os componentes melhor avaliados pelos estudantes foram o comportamento preventivo e o relacionamento. Essa associação de comportamentos adequados culmina na categoria “vá em frente”, a qual instiga os estudantes na adoção de hábitos saudáveis, favorecendo a manutenção da saúde física, mental e espiritual e, contribuindo com a vida acadêmica, que pode ser influenciada pelo estilo de vida adotado.

No que se refere à avaliação do PBE, identificou-se que esses estudantes apresentam mais fatores negativos do que positivos, sendo importante verificar se se trata de um estado transitório ou permanente. Preocupa o fato de alguns estudantes apresentarem baixo bem-estar, sugerindo possíveis problemas emocionais ou físicos, o que corrobora para os indicativos de dificuldades comportamentais. O ingresso no ensino superior gera mudanças no cotidiano do estudante, proporcionando novas experiências associadas a novos e distintos sentimentos, o que influencia na percepção do estudante em relação a sua qualidade de vida e bem-estar.

REFERÊNCIAS

COELHO, C. W.; SANTOS, J. F. S. Perfil do Estilo de Vida Relacionada à Saúde dos Calouros de um Centro de Ciências Tecnológicas. *Revista Digital EFDeportes*, Buenos Aires, ano 11, n 97, 2006. Disponível em: <www.efdeportes.com/efd97/saude.html>. Acesso em: 12 jul. 2016

CORRAL-MULATO, S. *et al.* Estresse na vida do acadêmico em enfermagem. (Des) conhecimento e prevenção. **Investigación y Educación em Enfermería**, v. 29, n. 1, p. 109-117, 2011.

CZERESNIA, D. **O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção**. 1999. Disponível em: <<http://www.fo.usp.br/wp-content/uploads/AOconceito.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

DA CUNHA VIEIRA, S. S.; SANTOS ALVES, F. J.; SUCCAR JUNIOR, F. Análise do nível de estresse do profissional de Contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**. v.9, n.18, p.103-118, jul./dez., 2012

FEITOSA, E. P. S.; D, C. A. O; WARTHA, E. R. S. A.; *et al.* Hábitos alimentares de estudantes de uma universidade pública no Nordeste, Brasil. **Revista Alim. Nutr.** v. 21, n. 2, p. 225-230, Abr/Jun, 2010.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufatura com certificação ISO 9000**. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade de São Paulo.

LIPP, M. E. N.; TANGANELLI, M. do S. Stress e Qualidade de Vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: diferenças entre homens e mulheres. **Psicologia: reflexão e crítica**, v. 15, n. 3, p. 537-548, 2002.

LIPP, M. E. N. **Mecanismos neuropsicofisiológicos do stress: teoria e aplicações clínicas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

NAHAS, M. V.; BARROS, M. V. G.; FRANCALACCI, V. O pentáculo do bem-estar: base conceitual para avaliação do estilo de vida de indivíduos e grupos. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde**, Pelotas, v. 5, n. 2, p. 48-59, 2000.

PONTES, S. K.; ZANOROTTI, V. R. C.; BENTO, P. E. G. **A relação entre saúde e trabalho no contexto organizacional**. In: XI SIMPEP, 2004, Bauru, São Paulo. p. 1-10.

PORTELA, A.; BUGHAY FILHO, A. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Lecturas: Educación física y deportes**, n. 106, p. 13, 2007.

RAMALHO, A. A.; DALAMARIA, T.; SOUZA, O. F. de. Consumo regular de frutas e hortaliças por estudantes universitários em Rio Branco, Acre, Brasil: prevalência e fatores associados. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.28, n.7, p.1405-1443, Jul., 2012.

SANTOS, C. da C. et al. A Influência da televisão nos Hábitos, Costumes e Comportamento Alimentar. **Cogitare Enferm.** v.17, n.1, p. 65-71, Jan/Mar, 2012.

SILVA, D. A. S. et al. Associação do sobrepeso com variáveis sócio-demográficas e estilo de vida em universitários. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 11, p. 4473-4479, 2011.

SOAR, C.; SILVA, P. Souza e; LIRA, J. G. Consumo alimentar e atividade física de estudantes universitários da área de saúde. **Revista Univap**, São José dos Campos, v. 18, n. 31, p.41-47, Jun., 2012.

TEIXEIRA, A. S. et al. Substituição de refeições por lanches em adolescentes. **Revista Paul. Pediatr.**, v. 30, n. 3, p. 330-337, 2012.

WITTER, G. P. Professor-estresse: análise de produção científica. **Revista Psicologia Escolar e Educacional**, vol. 7, n. 1, p. 33-46, 2003.

AMBIENTE E SAÚDE: CORRELAÇÕES ENTRE PERFIL EPIDEMIOLÓGICO E VULNERABILIDADE SOCIAL NO TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE RIO MACHADO

Xênia de Castro Barbosa

Pedro Rammon dos Santos Silva

José Henrique dos Santos Nogueira

Resumo

Este trabalho visa comunicar parte das reflexões tecidas no âmbito do projeto “Ambiente e Saúde: um olhar para o perfil epidemiológico e a vulnerabilidade social do Território Rural de Identidade Rio Machado”, desenvolvido no período de outubro de 2017 a dezembro de 2018. Especificamente, almeja-se pontuar aspectos do perfil epidemiológico da população residente naquele território, relacionando-os com os fatores ambientais mais evidentes. O método compreendeu imersões em campo e pesquisa bibliográfico-documental. As análises fundamentaram-se em literatura consagrada na área, principalmente em Sen (2010), Sen e Kliksberg (2010) e Barcellos et al. (2009). Os resultados indicam haver processo de transição epidemiológica de tipo prolongado (Schramm et al., 2004), em que as doenças infecciosas são gradativamente substituídas por doenças degenerativas e agravos produzidos pelo próprio homem, sem a completa superação das primeiras.

Palavras-chave: Território. Epidemiologia. Saúde.

INTRODUÇÃO

Ambiente e saúde se conectam em medidas variadas. Atualmente há consenso quanto ao entendimento de que alterações no primeiro podem contribuir para geração de novos problemas de saúde ou para agravar problemas já existentes.

A relação entre ambiente e saúde é percebida desde a Antiguidade, embora o papel atribuído ao meio ambiente dentro do processo saúde-doença tenha variado ao longo do tempo. Hipócrates, já na Grécia Antiga destacava, em sua obra “Ares, águas e lugares”

(Hipócrates, 1988) o papel do meio ambiente na gênese, determinação e evolução das doenças. A concepção de ambiente da época era determinista, não se percebiam possibilidades de o homem intervir sobre ele e transformá-lo em meio mais adequado à vida humana

Esta visão determinista do meio ambiente subsistiu por longo período e foi reforçada ao longo dos séculos XVI a XIX por meio da Teoria dos Miasmas, que concebia a transmissão das doenças pelo ar e pelos odores. Essa teoria foi considerada paradigmática até o século XIX, quando novos problemas de saúde passaram a ser vinculados às condições de trabalho das sociedades industrializadas. A estrutura das fábricas, a falta de ventilação adequada, de saneamento básico nas cidades e a sobrecarga de trabalho imposta ao proletariado passaram a ser vistos também como problemas ambientais de relevância para o adoecimento. Essa nova perspectiva considerava não só o ambiente físico, como o antrópico, e o percebia-o como elemento passível de controle técnico e de superação, por meio da a organização dos trabalhadores em sindicatos, da a ampliação de direitos sociais e de uma gestão ambiental eficiente.

Ao final do XIX uma nova teoria, a “Bacteriológica” produziu novas informações sobre as doenças, reconhecendo agentes patogênicos microscópicos antes desconhecidos. Para essa teoria as doenças são provocadas por germes, e o estudo das relações entre doenças e meio ambiente socialmente construído foi relegado a um segundo plano. O foco era identificar e combater os microorganismos causadores de doenças, e nesse afã, os fatores ambientais capazes de incidir no processo de adoecimento foram pouco explorados. A teoria bacteriológica foi responsável pela implantação do modelo médico-sanitarista de apreensão da saúde.

Vivenciamos ao final do século XX a ênfase na responsabilização pessoal pelo processo saúde-doença. Por esse prisma a saúde é determinada pelo estilo de vida e pelas escolhas de cada indivíduo, atribuindo-se pouco valor ao meio no qual esse indivíduo vive e às condições que possui para desenvolver sua saúde.

No século XXI, com o declínio ambiental e o reconhecimento da necessidade de conferir sustentabilidade aos processos produtivos, e após inúmeras conferências sobre saúde e meio ambiente, o meio ambiente voltou a ocupar a cena científica, indicando reconhecimento da necessidade de estudo entre as vinculações entre ambiente e saúde. A noção de meio ambiente, nesse novo tempo é ampliada, considera tanto aspectos naturais como os construídos pelo homem. Gouveia (1999, p. 53), explica que

[...] Enquanto, de um lado, as concepções dominantes do processo saúde-doença se distanciavam cada vez mais do conceito de 'meio ambiente', a degradação crescente deste meio, principalmente nas áreas urbanas, fez multiplicar os movimentos de caráter ambientalista, que passaram a ter um escopo mais abrangente, mas quase nunca tendo a saúde como prioridade. Apenas mais recentemente, com o agravamento da degradação ambiental e a observação de suas conseqüências diretas na saúde, é que essas duas áreas voltaram a convergir.

Operamos em um contexto em que mudanças ambientais de origem antrópica têm alterado ecossistemas, reduzido a biodiversidade e promovido o acúmulo de elementos tóxicos no ambiente, convergindo, dentre outras coisas, para alterações climáticas.

As alterações climáticas, por sua vez, têm ampliado os riscos à saúde tanto de modo direto como indireto, e por diferentes meios:

Por um lado, influencia de forma direta, como no caso das ondas de calor ou mortes causadas por outros eventos extremos, como furacões e inundações. Mas muitas vezes, essa influência é indireta, sendo mediado por alterações no ambiente, como a alteração de ecossistemas e de ciclos biogeoquímicos, que podem aumentar a incidência de doenças infecciosas, mas também de doenças não transmissíveis, que incluem desnutrição e doenças mentais. [...] As flutuações climáticas sazonais produzem um efeito na dinâmica das doenças vetoriais, por exemplo, a maior incidência da dengue no verão e da malária na Amazônia durante o período de estiagem. Os eventos extremos introduzem considerável flutuação que pode afetar a dinâmica das doenças de veiculação hídrica, como leptospirose, hepatites virais, doenças diarreicas, etc. Essas doenças podem se agravar com as enchentes ou secas que afetam a qualidade e o acesso à água. Também as doenças respiratórias são influenciadas por queimadas e os efeitos de inversões térmicas que concentram a poluição, impactando diretamente a qualidade do ar, principalmente nas áreas urbanas. Além disso, situações de desnutrição podem ser ocasionadas por perdas na agricultura, principalmente a de subsistência, devido a geadas, vendavais, secas e cheias abruptas (Barcellos, 2009, p. 66-67).

Não se pode afirmar, contudo, que as alterações ambientais e as climáticas, em específico, sejam por si só responsáveis por gerar doenças. O adoecimento vincula-se a questões de vulnerabilidade individual e coletiva, e de acesso a recursos para prevenção e cuidado em saúde.

A saúde é o bem mais relevante que as pessoas podem ter, e é elemento imprescindível para o desenvolvimento territorial. A noção

de desenvolvimento com a qual trabalhamos tomou por base a concepção de Amartya Sen, segundo o qual o desenvolvimento deve ser pensado como liberdade (Sen, 2010). Nesse diapasão, o desenvolvimento autêntico “requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (Sen, 2010, p.16-17). Desenvolvimento implica, portanto, em mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas (Oliveira, 2002, p. 41).

A saúde tem se configurado um dos mais importantes indicadores de desenvolvimento, demandando políticas públicas específicas e gerais. De acordo com Sen e Kliksberg (2010), os patamares de saúde

Tem aparecido, crescentemente, como referência social para saber se realmente há progresso. Esses são avanços de grande transcendência. No entanto, reforça-se a visão de que atingir as metas desejáveis em saúde representa um desafio da mais alta complexidade porque elas estão fortemente ligadas a um conjunto amplo de fatores que têm a ver com o funcionamento global das sociedades. As características daquilo que existe ao seu redor, em aspectos como a pobreza, a desigualdade, amplitude e qualidade da infraestrutura, situação das famílias, desenvolvimento das comunidades, meio ambiente e outras, são decisivas (Sen; Kliksberg, 2010, p. 140).

Desse modo, considerar os aspectos da saúde da população e do ambiente em que vive é procedimento adequado para o estudo das condições de desenvolvimento territorial. Em face dessas

considerações inicialmente delineadas propomos neste estudo pontuar aspectos do perfil epidemiológico da população residente no Território Rural de Identidade Madeira-Mamoré, relacionando-o com os fatores ambientais mais evidentes, conforme percebidos na imersão em campo e na documentação oficial analisada.

MATERIAIS E MÉTODOS

O projeto que deu base às reflexões aqui apresentadas teve por base a indissociabilidade entre pesquisa, extensão e ensino, e por lastro a obra de Paulo Freire (1974, 1996, 2014).

Os pressupostos da pesquisa pertencem ao campo da História e da Geografia da Saúde e dialogam com a Epidemiologia e a Saúde Coletiva. A História é entendida como possibilidade que recoloca na epistemologia os desafios da democracia e do papel da subjetividade (Freire, 2014).

O conceito de espaço que norteia o projeto é o de Milton Santos (2004), que o interpreta como conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações (Santos, 2004). Ou seja, de produto da relação dialética entre o meio físico e o meio técnico-científico-informacional.

A categoria geográfica de análise adotada foi a de Território, entendida como apropriação do espaço, concreta e simbólica, conduzida por agentes diversos e interesses muitas vezes conflitantes que estabelecem, desse modo, relações de poder (Raffestin, 1993). Nessa perspectiva, o poder se torna elemento-chave para a compreensão das relações e disputas territoriais e a dimensão política ganha destaque, sem prejuízo das relações econômicas e culturais.

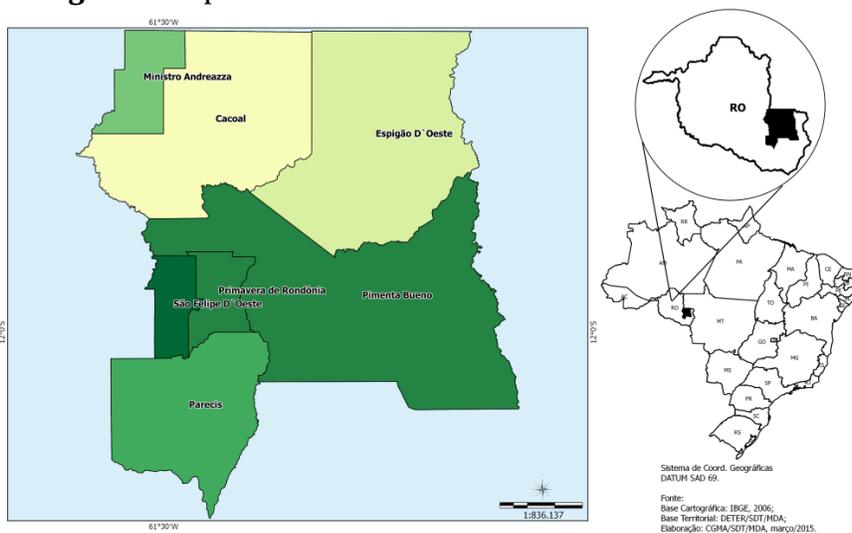
A concepção de saúde com a qual trabalhamos é da Carta de Otawa (1986), que a definiu como completo estado de bem-estar físico, mental e social que permite aos indivíduos identificar e realizar suas aspirações e satisfazer suas necessidades.

O desenvolvimento, por sua vez, foi entendido como processo socioeconômico de ampliação das liberdades individuais e sociais (Sen, 2010), para o qual se requer a remoção das principais fontes de opressão social, como a pobreza e a falta de democracia, a promoção de oportunidades econômicas e educacionais.

O conceito de meio ambiente que norteou o estudo é o definido pela Política Nacional de Meio Ambiente (Brasil, 1981): conjunto amplo de fatores, condições, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

O estudo encontrou lastro no método dialético, abrangendo pesquisa de campo e documental e extensão social embasada no diálogo com o público-alvo, representado pelo Codeter. A coleta de dados foi feita em campo e em bancos de dados do IBGE e do Ministério da Saúde, como o SIM e o Sinan-NET. Além das observações e registros em diário de bordo também foram realizadas 300 entrevistas com moradores da zona rural dos municípios que integram o Território Rural de Identidade Rio Machado (TRM), utilizando-se de questionário semi-estruturado.

O recorte empírico do estudo compreendeu o Território Rio Machado, localizado no sudoeste do Estado de Rondônia.

Figura 1: Mapa do Território Rural de Identidade Rio Machado

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA (2015)

Esse citado território abrange uma área de 19.045, 80 km², perpassando sete municípios do Estado de Rondônia, a saber: Ministro Andreazza, Cacoal, Espigão D'Oeste, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe d'Oeste e Parecis. Destes, apenas dois: Cacoal e Pimenta Bueno encontram-se no eixo da BR-364.

Do total de sua população: 165.829 habitantes (IBGE, 2010), cerca de 30%, ou seja, 46.305 residem na zona rural. Desse quantitativo estima-se que 30.000 se ocupem da agricultura familiar (IBGE, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O território Rio Machado possui uma população de 165.829 habitantes (IBGE, 2010), da qual 30%, ou seja, 46.305 residem na zona rural. Sua população é multiétnica e multicultural, composta por indígenas, caboclos, pomeranos e migrantes das diversas regiões do

país, que chegaram a Rondônia a partir da década de 1970, além dos que nasceram já no local. Detalhamento da distribuição e do movimento populacional pode ser visto na figura 2.

Figura 2: População do Território Rio Machado, 2010, conforme Censo Demográfico do IBGE (2000, 2010)

Município	Área (em Km ²)	2000			2010		
		Pop. total (hab.)	Pop. urbana (hab.)	Pop. rural (hab.)	Pop. total (hab.)	Pop. urbana (hab.)	Pop. rural (hab.)
Cacoal	3.792,80	73.527	51.359	22.168	78.574	61.921	16.653
Espigão d'Oeste	4.518,03	25.676	14.248	11.428	28.729	20.610	8.119
Ministro Andreazza	798,08	11.341	2.162	9.179	10.352	3.074	7.278
Parecis	2.548,68	3.615	1.132	2.483	4.810	1.774	3.036
Pimenta Bueno	6.240,93	31.742	26.417	5.325	33.822	29.417	4.405
Primavera de Rondônia	605,69	4.311	1.158	3.153	3.524	1.284	2.240
São Felipe d'Oeste	541,65	7.053	1.031	6.022	6.018	1.444	4.574
Total	19.045,86	157.265	97.507	59.758	165.829	119.524	46.305

A renda mensal média das famílias residentes no Território Rural de Identidade Rio Machado varia entre 1,6 a 2,0 salários mínimos (IBGE, 2018).

O fato de a renda média mensal familiar não ultrapassar a faixa de dois salários mínimos pode ser lido como um fator de vulnerabilidade no que diz respeito ao acesso à saúde. As limitações orçamentárias dificultam e até inviabilizam o acesso a medicamentos, exames e hospitais, tornando essa população dependente do SUS. Este, por sua vez, fornece apenas uma cobertura de saúde em nível primário na maioria dos municípios do TRM. Apenas Cacoal dispõe de serviços de saúde gratuitos de média e alta complexidade, e ainda assim em apenas algumas áreas, sendo também dependente de Porto Velho, a capital do Estado.

Ao observar os dados coletados nos censos demográficos de 2000 e 2010 (Figura 2), percebe-se aumento da população total, que passou de 157.265 em 2000 para 165.829 em 2010, uma variação de 5,45%. Com relação à população rural houve decréscimo de 22,51%. A tendência, portanto, é de adensamento das cidades e retração da vida rural, todavia, nem os municípios, nem o Território têm empreendido ações de planejamento urbano e ambiental para receber esse contingente populacional crescente que chega às cidades.

O crescimento das cidades e do tipo de vida urbana gera implicações no perfil epidemiológico da população. De acordo com Barbosa (2015), a vida nas cidades facilita o acesso a itens que podem ser prejudiciais à saúde, como cigarros, bebidas, alimentos de alto valor calórico e transgênicos, bem como favorece o sedentarismo, em razão do cansaço decorrente de jornadas de trabalho extenuantes.

Barbosa (op. cit., 2015) ressalta ainda que esse novo modo de vida estabelecido nas cidades tem ocasionado o surgimento de novo perfil epidemiológico, no qual há retração dos óbitos decorrentes de doenças infectocontagiosas e crescimento dos agravos e óbitos relacionados a problemas como doenças do sistema cardiorrespiratório, acidentes de trânsito e neoplasias. Essa transição epidemiológica tem ocorrido no TRM, mas de forma lenta, indicando a chamada “transição-prolongada” ou “contra-transição”, em consonância com o perfil da transição evidenciada no Brasil:

No Brasil, a transição epidemiológica não tem ocorrido de acordo com o modelo experimentado pela maioria dos países industrializados e mesmo por vizinhos latino-americanos como o Chile, Cuba e Costa Rica. Há uma superposição entre as etapas nas quais predominam as doenças transmissíveis e crônico-degenerativas; a

reintrodução de doenças como dengue e cólera ou o recrudescimento de outras como a malária, hanseníase e leishmanioses indicam uma natureza não-unidirecional denominada contra-transição; o processo não se resolve de maneira clara, criando uma situação em que a morbimortalidade persiste elevada para ambos os padrões, caracterizando uma *transição prolongada* (Schramm et al., 2004, p. 1) (grifo nosso)

O atual perfil epidemiológico do TRM começa a demonstrar contrastes em relação ao anterior, na medida em que aquele apresentava endemias marcadamente rurais, e o de agora assinala morbimortalidades vinculadas ao modo de vida tipicamente urbano, além da persistência de doenças como dengue, esquistossomose, leishmaniose, hepatites virais e acidentes com animais peçonhentos. A título de exemplo, só no ano de 2017 foram confirmados 52 casos de hepatites virais no Território Rio Machado (Datusus, 2018).

Antes de 1980, prevaleciam na região amazônica, como um todo, doenças como malária, febre amarela e o beribéri, que causavam péssima impressão nos viajantes e cientistas que percorriam a região. Oswaldo Cruz, em expedição científica em Porto Velho, no ano de 1910, relatou, em carta para sua esposa, que “É de lastimar que tanta riqueza esteja associada a Morte: onde não reina exclusivamente o impaludismo de caracter pernicioso impera o beri-beri” (Cruz, 2010). Josué de Castro por sua vez, ao fazer um diagnóstico das regiões de fome no Brasil na década de 1940, identificou na população amazônica graves problemas de saúde decorrentes de carências nutricionais:

Na Amazônia têm sido notadas manifestações de deficiência de vários elementos do complexo B, sendo a mais comum a da vitamina B1. Decorre de sua deficiência uma série de fenômenos gastrointestinais e nervosos: anorexias, palpitações, câimbras, irritabilidade, perda de memória, insônia, etc. A anorexia, ou falta de apetite, a que já fizemos alusão anteriormente, é uma das conseqüências obrigatórias da carência de vitamina B1. A ausência desse elemento estimulante do apetite, na alimentação habitual, leva a um estado de embotamento desta sensação interna. Várias das formas de gastroenterites rotuladas, de maneira genérica, de colites tropicais têm sua etiologia ligada à deficiência desse princípio vitamínico. No mecanismo de certas anemias não é estranha a deficiência de tiamina. Contudo, as manifestações predominantes desta carência se assentam sobre o sistema nervoso. São as paresias e as paralisias que constituem o eixo sintomático dessa doença conhecida no Oriente desde a mais remota antiguidade e denominada Beribéri (Castro, 2011, p. 72).

Se por um ângulo, transformações culturais e avanços na urbanização melhoraram determinados aspectos da vida dessa população - como a redução da mortalidade infantil, da malária, do beribéri e outras avitaminoses, por outro, novos desafios se sobrepõem, como as doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão. Também é relevante a quantidade de fraturas ósseas em decorrência de acidentes de motocicleta - estas, embora não constem entre as principais causas de óbito são um preocupante problema de saúde pública no território considerado.

Em levantamento realizado no Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), referente ao período de 2013 a 2018 constatou-se que as quatro principais causas de óbito nos municípios do território Rio Machado são as descritas na figura 4.

Figura 4: Quadro das Principais causas de mortalidade no Território Rio Machado-RO

Município	Principais doenças	Quantidade de óbitos no período (2013-2018)
Ministro Andrezza	Infarto agudo do miocárdio	30
	Agressão disparo arma de fogo ou NE	17
	Diabetes mellitus NE	12
	Insuficiência cardíaca	10
Cacoal	Infarto agudo do miocárdio	174
	Diabetes mellitus NE	141
	Hipertensão essencial	100
	Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas.	89
Espigão d'Oeste	Infarto agudo do miocárdio	51
	Outras mortes súbitas de causa desconhecida	44
	Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	30
	Acidente vascular cereb. NE como hemorragia isquêmica	29
Primavera de Rondônia	Infarto agudo do miocárdio	11
	Enfisema	2
	Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	2
	Agressão disparo outra arma de fogo	2

São Felipe d'Oeste	Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	8	1
	Diabetes mellitus NE	7	
	Infarto agudo do miocárdio	5	
	Outras mortes súbitas de causa desconhecida	5	
Pimenta Bueno	Infarto agudo do miocárdio	18	
	Hipertensão essencial	14	
	Diabetes mellitus nao-insulino- dependente	12	
	Outras doenças pulmonares obstrutivas crônicas	8	

Fonte: Pêgo (2018), adaptado de SIM (2018)

Em pesquisa para identificar o acesso à saúde e as principais demandas concernentes a essa temática, entrevistamos 300 moradores da zona rural dos municípios que integram o TRM. Os seguintes resultados foram obtidos: 296 dos entrevistados consideraram acessar o direito à saúde e esse mesmo quantitativo qualificou esse acesso como “insuficiente” e “precário”.

Dentre as políticas públicas de saúde acessadas pelos entrevistados, foram listadas apenas o Programa Mais Médico e o Programa Saúde da Família. No que diz respeito aos profissionais mais demandados cinco foram listados como imprescindíveis: Ginecologista, Obstetra, Pediatra, Cardiologista e Ortopedista. Na época de realização das entrevistas apenas os municípios de Cacoal e Pimenta Bueno dispunham de todos esses especialistas atendendo pelo SUS.

A demanda por esses profissionais correlaciona-se aos principais problemas de saúde existentes no TRM.

Chamou-nos a atenção no perfil epidemiológico da população em estudo as elevadas taxas de mortalidade infantil e as internações por infecções diarréicas, estas últimas podendo estar relacionadas ao consumo de água contaminada e higienização precária das mãos e dos alimentos.

Em Ministro Andreazza, a taxa de mortalidade infantil média é de 37.38 para 1.000 nascidos vivos. As internações decorrentes de diarréias são de 1.7 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do Estado, fica nas posições 1 de 52 e 27 de 52, respectivamente.

Em Cacoal, o cenário é um tanto melhor, mas ainda distante do ideal: a taxa de mortalidade infantil média é de 17.6 para 1.000 nascidos vivos e as internações devido a diarréias são de 1 para cada 1.000 habitantes. Comparado aos demais municípios do Estado de Rondônia, fica nas posições 20 de 52 e 33 de 52, respectivamente. Nesse município também é maior o número de estabelecimentos públicos de saúde: 14, contra 02 em Ministro Andreazza.

Em Espigão do Oeste, a taxa média de mortalidade infantil é de 22.22 para 1.000 nascidos vivos. As internações derivadas de infecções diarréicas é de 4 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do Estado, fica nas posições 11 de 52, em ambos os casos. O número de estabelecimentos de saúde neste município é 9.

No município de Pimenta Bueno, a taxa de mortalidade infantil é de 23.45 para cada 1.000 crianças nascidas vivas, o que a coloca na 10ª posição entre os 52 municípios de Rondônia. O número de estabelecimentos públicos de saúde soma 06 unidades.

Primavera de Rondônia apresenta taxa de mortalidade infantil de 18,1 para cada 1000 nascidos vivos e dispõe de apenas quatro estabelecimentos oficiais de saúde, que oferecem serviços básicos. Já no município de São Felipe d'Oeste a taxa de mortalidade é de 16.95 para 1.000 nascidos vivos, o que o coloca na 21ª posição dentre os municípios de Rondônia.

Em Parecis, a taxa de mortalidade infantil é de 20.41 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 4.7 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do Estado, fica nas posições 14 de 52 e 8 de 52, respectivamente.

Figura 5: Mortalidade infantil, internações por diarreia e estabelecimentos de saúde por municípios do Território Rio Machado, 2018

Município	Mortalidade infantil/mil nascidos vivos	Internações por doenças diarreicas	Estabelecimentos de saúde
Ministro Andreazza	37,38	1,7	2
Cacoal	17,6	1	14
Espigão d'Oeste	22,22	4	9
Pimenta Bueno	23,45	4,2	6
Primavera de Rondônia	18,1	2,3	3
São Felipe d'Oeste	16,95	0,2	2
Parecis	20,41	4,7	1

Fonte: Nogueira (2018), adaptados de IBGE (2010, 2017)

De acordo com o Relatório de Gestão da Agência de Vigilância Sanitária do Estado de Rondônia (Agevisa, 2017, p. 42),

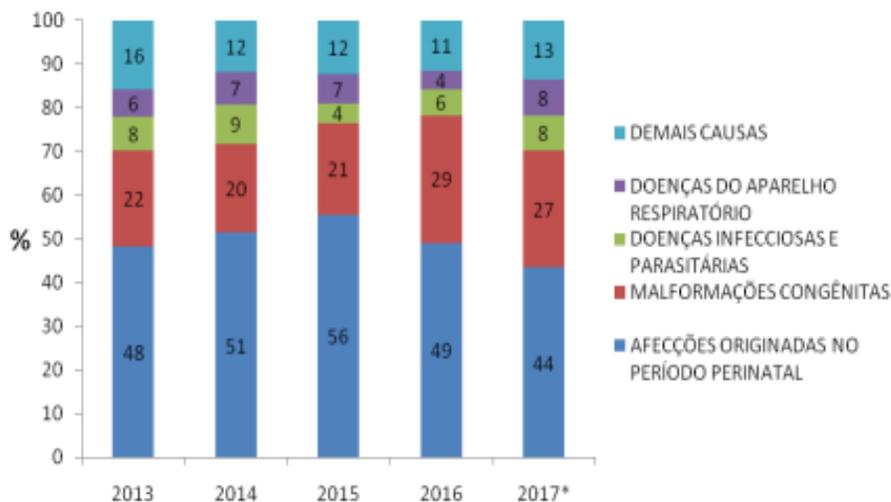
Dos componentes da mortalidade infantil, destaca-se o componente neonatal, o qual registrou mais de 60% dos óbitos, em todos os anos analisados. Neste período, os neonatais precoces representam percentuais mais elevados, com média anual de 51,5% dos óbitos infantis, seguido do pós-neonatal, com 32%, e do neonatal tardio, com 13,3%. Estes dados são indicativos da necessidade de melhoria na assistência materno-infantil, no Estado. Os dados de 2017, não diferem dos demais. Foram registrados 262 óbitos infantis, com maior registro no componente neonatal (0 a 27 dias), com 174 óbitos, e pós-neonatal (28 dias a < 1 ano), com 88 óbitos.

As afecções originadas no período perinatal, ou seja, no período que compreende a 28^a semana de gestação e o 7^o dia de vida do bebê são as principais causas de mortalidade infantil no Território Rural de Identidade e no Estado de Rondônia como um todo. É urgente maior atenção à saúde materno-infantil, sobretudo um rigoroso acompanhamento pré-natal e a presença de neonatologistas e pediatras nos hospitais e postos de saúde, de modo a evitar o surgimento e agravamento dessas patologias.

Também merece cuidados especiais o componente “Malformações Congênicas”, segunda maior causa de mortalidade infantil em Rondônia. Se não é possível controlar os fatores genéticos que podem incidir no problema, é possível evitar suas outras causas, mediante orientação médica para que as mães se previnam de doenças, mediante controle das doenças já existentes e orientação para que evitem a automedicação – uma das causas de malformações congênicas.

Na figura 6 podemos visualizar as principais causas de mortalidade infantil em Rondônia e no Território Rio Machado.

Figura 6: Principais causas de mortalidade infantil, TRM-RO, 2017



Fonte: SIM/NASS/GTVEP/Agevisa-RO, 2017

É primordial assegurar recursos para reduzir a mortalidade infantil, de modo a efetivar melhor assistência à gestante e ao recém-nascido, durante o pré-natal, parto e puerpério, sem prejuízo das ações cabíveis aos demais grupos de patologias que têm causado mortalidade infantil no TRM e em Rondônia.

No que diz respeito às internações decorrentes de infecções diarreicas, cabe destacar a carência de saneamento básico nos municípios do TRM, dos quais muitos não dispõem de acesso à água tratada de forma regular.

No que concerne ao abastecimento de água, predomina nos municípios do Território Rio Machado a presença de poço ou nascente na propriedade, embora municípios como Cacoal e Espigão d'Oeste estejam progredindo na oferta e distribuição desse bem vital. De

acordo com o Ministério da Saúde (2018), no ano de 2000, em Cacoal, 63,7% dos domicílios contavam com distribuição pela Rede geral e 35,5% com poço ou nascente. Em Ministro Andreazza, a proporção de moradores atendidos pela rede geral de fornecimento de água tratada, em 2000, era de apenas 9,8%, e mais de 88% das propriedades era suprida pelos próprios moradores, por meio de poços, cacimbas ou fontes. Em Espigão d'Oeste essa proporção era de 77,5%, e 20,2% desfrutava do serviço ofertado pela Rede geral.

No município de Pimenta Bueno, no mesmo ano (2000), o percentual dos que dispunham de arranjos próprios para o abastecimento doméstico de água era de 40,9, somados os que dispunham de poços ou nascentes e os que desfrutavam de outras formas que não a oficial, via rede geral. Para o mesmo período, o Ministério da Saúde (2018) indica a cifra de 64,3% de residências em Primavera sem acesso à rede oficial de fornecimento de água, e 35,7% de residências com acesso a ela. Em São Felipe d'Oeste, 84,9% dos municípios não era coberto pela rede geral, conforme dados do Ministério da Saúde (2018) para o mesmo período, semelhante à situação de Parecis, na qual apenas 16,1% das propriedades eram abastecidas pela rede geral.

As instalações sanitárias nos municípios do Território Rio Machado são outro conjunto de fator que compromete a sanidade ambiental e, por conseguinte, a saúde pública.

O município de Ministro Andreazza conta com apenas 5% de cobertura de esgotamento sanitário adequado, com apenas 4,8% das vias públicas urbanizadas (com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). O índice de arborização de suas vias públicas é satisfatório: 85,5% (IBGE, 2017).

Para Espigão d'Oeste o IBGE (2017) aponta os seguintes dados: 13.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 59.4% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 17 de 52, 12 de 52 e 11 de 52, respectivamente.

Pimenta Bueno, por sua vez, apresentava, em 2010, 37.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 82.1% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 10.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada. Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 3 de 52, 4 de 52 e 4 de 52, respectivamente (IBGE, 2017).

Primavera de Rondônia conta com apenas 1.9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 84.2% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 0% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 42 de 52, 3 de 52 e 37 de 52, respectivamente.

Os dados do IBGE Cidades para o município de São Felipe d'Oeste registram 16.2% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 36.7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 4.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 15 de 52, 19 de 52 e 11 de 52, respectivamente.

Parecis, por sua vez desponta como um dos piores municípios de Rondônia no que concerne a esses indicadores. Dispõe de apenas 0.6% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 0.2% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio) e 60.8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização. (IBGE, 2017)

O melhor cenário, dentre o municípios integrante do TRM é o de Cacoal, que conta com 52.5% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 86.6% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 11.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 1 de 52, 1 de 52 e 3 de 52, respectivamente (IBGE, 2017).

A limitada extensão da rede de esgoto na maioria dos municípios que formam o TRM, a disseminação de fossas rudimentares e a canalização de dejetos residenciais para rios e lagos constam entre os fatores de maior peso na agressão ao meio ambiente, além de indicar condições precárias e pouco dignas de sobrevivência de sua população. Esse problema se revela em maior proporção nas cidades, mas também está presente na zona rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A saúde é recurso primordial para o desenvolvimento humano, e, por conseguinte, para o desenvolvimento territorial. No Território Rural de Identidade Rio Machado o modelo de desenvolvimento aplicado tem gerado concentração de renda, dessimetrias sociais entre o rural e urbano e um quadro precário de urbanização, que a configura

como excludente. Por outro lado, rápidas alterações no meio ambiente, como a substituição da cobertura florestal para dar lugar a pastagens e plantação da monocultura da soja tem intensificado a concentração de renda, a concentração fundiária, os conflitos agrários e forçado o êxodo rural.

As transformações impostas ao meio ambiente têm repercutido, direta ou indiretamente no perfil de saúde de sua população, sendo notáveis os acidentes com a derrubada de árvores, a mortalidade infantil e acidentes com motocicletas - uma vez que a falta de transporte público coletivo naqueles municípios fazem as pessoas buscarem individualmente o transporte mais acessível financeiramente para percorrer longas distâncias (a motocicleta). Ao lado de agravos e mortalidades como esses mencionados, a progressiva consolidação de um estilo de vida urbano, somado ao baixo rendimento familiar - que dificulta o acesso a alimentos de melhor qualidade e a prevenção e tratamento de saúde - têm apontado para uma transição epidemiológica em que despontam doenças como as cardiovasculares e as neoplasias.

O perfil epidemiológico da população do TRM é híbrido, marcado tanto por doenças e agravos relacionadas ao processo de desenvolvimento, por doenças tropicais negligenciadas, como a malária, a dengue e a leishmaniose, como por doenças relacionadas ao estilo de vida urbano.

A preservação ambiental e a mitigação dos impactos já existentes devem ocupar posição pioneira na agenda de desenvolvimento do Território Rio Machado, tendo em vista que a qualidade ambiental é fator relevante na conformação do quadro de saúde e do perfil epidemiológico de sua população.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, J. R. et al. A construção de cidades saudáveis: uma estratégia viável para a melhoria da qualidade de vida. **Ciência & Saúde Coletiva**, 5(1): 53-62, 2000.

BARBOSA, X. C. **Território e saúde: políticas públicas de combate à dengue em Porto Velho/RO, 1999-2013**. Vol. 1. Tese de doutorado. Curitiba: UFPR: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

BARCELLOS, C. et al. A saúde frente às mudanças ambientais e climáticas. **Democracia Viva**, v. 43, p. 64-69, 2009.

BRASIL, República Federativa. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**.

CASTRO, J. de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1974.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia – saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014

GOUVEIA, N. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Saúde e Sociedade** 8(1), 1999, PP.49-61

HIPÓCRATES. Aires, aguas y lugares. In: OPS/OMS **El desafio de la epidemiología: problemas y lecturas seleccionadas**. Washington, 1988.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**.

KEPPLE, A. W., SEGALL-CORRÊA, A. M. Conceituando e medindo segurança alimentar e nutricional. **Ciênc. saúde coletiva** vol.16 no.1 Rio de Janeiro Jan. 2011

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

RIOTERRA, Centro de Estudos. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Rio Machado**. Porto Velho: Centro de Estudos Rioterra, 2013. Disponível em: <http://rioterra.org.br/pt/wp-content/uploads/2016/03/PTDRS-TRM-2014_VF_ISBN.pdf>. Acesso em: 19 maio 2018.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, A.; KLIKSBERG, B. **As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TUAN, Y. F. (1965). Environment and World. In: **Professional Geographer**, 17 (5): 6-7.

WHO. World Health Organization. **Carta de Ottawa**. Ottawa, 1986.

Perfil antropométrico, bioquímico e nutricional de usuários do Grupo Hiperdia

Iranira Geminiano de Melo

Andrea Ferreira Gomes

Cleson Oliveira de Moura

Flávio Batista Simão

Walquíria da Costa Batista

Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves

Resumo

Este estudo tem por objetivo analisar o perfil antropométrico, bioquímico e nutricional de usuários do grupo Hiperdia da Unidade de Saúde da Família (USF) Aponiã, motivados a participar de um programa de atividade física. Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa, desenvolvida com uma população constituída por 480 usuários do grupo Hiperdia, da USF Aponiã. E a amostra formada por 30 usuários, motivados a aderir a um programa de atividade física sistematizado e acompanhamento especializado. Foram levantadas informações referentes ao Percentual de Gordura Corporal, ao Colesterol Total e Frações, aos Hábitos Alimentares e à Flexibilidade, em arquivos do PGS e em Prontuários Família. Considerou-se importante a implementação de ações de promoção da atividade física visando uma melhoria no perfil antropométrico (%GC e Flexibilidade), bioquímico e nutricional de usuários do grupo Hiperdia.

Palavras-chave: Hiperdia. Doenças crônicas não transmissíveis. Alimentação.

INTRODUÇÃO

A Estratégia Saúde da Família (ESF) foi criada pelo Ministério da Saúde (MS) em 1994, como parte da atenção básica; enquanto modelo assistencial que prioriza as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde das pessoas e da família de forma integral e contínua. Nos primeiros anos, recebeu a denominação de Programa Saúde da Família (PSF) e, posteriormente, já em fase de

consolidação, passou a ser chamada de ESF (Brasil, 2002a; BRASIL, 2008d).

Na ESF existem equipes multidisciplinares que têm como rotina o atendimento específico das pessoas, favorecendo a equidade e a universalidade da assistência à saúde. Nesse modelo de atendimento há o favorecimento do “reconhecimento dos usuários, enquanto sujeitos portadores de saberes, sobre o processo saúde-doença-cuidado e de condições concretas de vida” (Alves, 2005).

Nesse sentido, a ESF está organizada para promover a saúde dos diversos segmentos da população brasileira, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Política Nacional de Atenção Integral: à Saúde da Mulher, ao Jovem e Adolescente, à Pessoa com Deficiência, à Saúde do Idoso, à Saúde do Trabalhador, à Saúde Mental e à Saúde da Criança e outros. Além disso, são desenvolvidos programas específicos para os casos de doenças que exigem ações imediatas como a tuberculose, hanseníase, hipertensão e a diabetes (Aguiar, 2005; Brasil, 2001; Marques; Mendes, 2002; Rosa; Labate, 2005; Souza, 2008).

Especificamente, para prevenir e tratar as patologias hipertensão e diabetes o MS desenvolveu o Programa **Hiperdia**, como parte da ESF. Trata-se de um Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de hipertensos e diabéticos com o objetivo de fazer campanhas preventivas e alertar a população sobre a importância do diagnóstico precoce. Para isso, são utilizadas diversas estratégias como: consultas, palestras, capacitações nas Unidades de Saúde, nas comunidades e meios de comunicação. As ações previstas no Hiperdia reforçam os cuidados com as pessoas que vivem com

hipertensão arterial e diabetes mellitus, a fim de proporcionar melhor qualidade de vida a esses usuários (Brasil, 2002b).

Os grupos Hiperdia constituem uma excelente oportunidade de atenção à Saúde. Neles pode-se realizar o acompanhamento da resposta aos fármacos utilizados no tratamento de cada usuário (medição da pressão arterial sistêmica e nível da glicemia); verificação de algumas medidas antropométricas (peso, estatura e circunferência da cintura); e informações relacionadas a práticas saudáveis (alimentação e práticas de atividades físicas).

As estratégias descritas acima são importantes ferramentas para estabelecer um processo de diminuição nos casos de diabetes e hipertensão, pois estas patologias são consideradas caso de saúde pública no Brasil, em decorrência dos dados epidemiológicos elevados. Estima-se que no Brasil existam aproximadamente 23.000.000 de pessoas vivendo com hipertensão e diabetes (Brasil, 2001; Brasil, 2002a; Brasil, 2002b; Brasil, 2006).

Dados epidemiológicos recentes mostram que a hipertensão arterial cresceu de 21,5%, em 2006, para 24,4%, em 2009, em todas as faixas etárias, na população brasileira. Em idosos com 65 anos de idade ou mais, o índice de aumento foi maior, de 57,8% em 2006 para 63,2% em 2009. Quanto à patologia diabetes, verificou-se uma frequência do diagnóstico de 5,8%. Essa patologia é mais comum entre os idosos, ultrapassando 20% da população nessa faixa etária (Brasil, 2010).

Mas, além das questões epidemiológicas destacam-se em todas as idades: fatores de risco, cronicidade, necessidade de controle permanente, entre outros. Como exemplo, pode-se citar o aumento do peso corporal, um dos principais fatores de risco para hipertensão

arterial sistêmica e diabetes tipo 2, que no Brasil, aproxima-se dos valores de 46% na população (Brasil, 2010).

Com a elevada prevalência no aumento do peso corporal no Brasil, o MS busca efetivar ações concretas relacionadas com a saúde dos brasileiros. Para isso, a Política Nacional de Promoção da Saúde, criada em 2006, em seu texto, deixa claro o incentivo para um estilo de vida mais ativo da população, incluindo condições especiais para as práticas corporais nos municípios brasileiros. Em seguida, estabelece na Portaria 154/2008, a inserção do Profissional de Educação Física e Nutricionista nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Diante desse reconhecimento, o Profissional de Educação Física e Nutricionista assumem um papel essencial na política de saúde do Brasil, pois é sabido na literatura específica a importância da prática de atividade física sistemática e hábitos alimentares saudáveis na prevenção e redução dos agravos e dos danos decorrentes das doenças não transmissíveis, principalmente do diabetes e da hipertensão. Dessa forma, as ações de prevenção, controle e proteção à saúde, são indispensáveis para evitar novos casos e possíveis agravamentos do quadro patológico. Dentre as medidas mais importantes destacam-se as práticas de atividade física e alimentação saudável. As quais são importantes ferramentas na diminuição do consumo de medicamentos, na formação de redes de suporte social que possibilitam a participação ativa dos usuários na elaboração de diferentes projetos terapêuticos (Brasil, 2008a).

Estudos apontam que a prática regular de exercícios físicos reduz, podendo até eliminar a necessidade de utilizar drogas para controlar a pressão arterial e os níveis de glicemia sanguínea

(Rondon; Brum, 2003; Guedes; Guedes, 1998; Nieman, 1999; Fuchs; Moreira; Ribeiro, 2001). Com isso, a diminuição de gastos com medicamentos e dos efeitos colaterais de sua ingestão, somam-se aos aspectos positivos na vida dos usuários com hipertensão arterial e diabetes.

Sobre este assunto, verifica-se na literatura específica da saúde muitos benefícios fisiológicos decorrentes de um estilo de vida ativo. Entre estes, encontram-se: a melhoria da distribuição anatômica da gordura corporal; diminuição pressão arterial e frequência cardíaca; a redução da resistência à insulina; melhoria no perfil lipídico e; redução do risco de obesidade, cardiopatias, osteoporose e fraqueza muscular (Guedes; Guedes, 1998; Nieman, 1999; Pinho; Petroski, 1999; Fuchs; Moreira; Ribeiro, 2001; Esteffens, 2002; Rondon; Brum, 2003).

Ademais, os fatores acima citados, justificam o incentivo à prática de exercícios físicos para a promoção da saúde, como estratégia terapêutica no controle da hipertensão e do diabetes, demonstrado pelo MS, quando da importância, eficiência e eficácia da atividade física para o sistema de saúde (Silva, 2009).

A incorporação de ações multiprofissionais como estratégia de promoção à saúde pelo SUS ainda é muito recente, apesar de previstas nos seus princípios e diretrizes. Embora os benefícios da prática de atividades físicas e outras intervenções interdisciplinares já fossem reconhecidos pelos usuários, gestores e trabalhadores do SUS. Até 2008, não existia nenhum instrumento que formalizasse a incorporação dos profissionais de educação física e outras categorias de profissionais de saúde como forma de ampliação das ações de equipes de saúde da família, sob esse ponto de vista a criação dos

NASF entra como importante avanço na construção e efetivação das ações multiprofissionais.

Nesse sentido, estudos na área da atividade física, na ESF, apontam que os programas de atividade física constituem uma importante estratégia na inclusão de grupos populacionais em atividades específicas para promoção hábitos ativos, que poderão minimizar os efeitos malévolos provenientes de doenças crônico degenerativas em usuários que tradicionalmente são mais afetados (Kokubun, 2007; Gomes; Duarte, 2008; Gomes; Duarte, 2009; Munaro; Nahas, 2009).

Diante desse contexto, pretende-se com o presente estudo analisar o perfil antropométrico, neuromotor, bioquímico e nutricional de usuários do grupo Hiperdia, participantes de um programa de atividade física sistematizado, de uma Unidade de Saúde da Família (USF) no município de Porto Velho-RO.

MATERIAIS E MÉTODOS

Esta é uma pesquisa documental, tendo como fonte de dados fichas do Projeto Gente Saudável (PGS) e prontuários, utiliza-se de abordagem descritiva do tipo quantitativa. O referido projeto caracterizou-se pela prática de atividade física sistematizada, desenvolvido em uma Unidade de Saúde da Família e coordenado pelos residentes em saúde da família da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Envolveu profissionais da área de educação física, nutricionista, enfermeiros, dentista, médicos e farmacêutico/bioquímico; objetivando o desenvolvimento de ações multiprofissionais visando a promoção, a prevenção, a proteção e a recuperação da saúde dos usuários do Hiperdia da USF Aponiã.

O projeto teve início no dia 2 de março de 2009 e término em dois 2 de setembro do referido ano. Para selecionar os sujeitos a serem atendidos pelo PGS foram utilizados três critérios básicos: a) estar cadastrado no Hiperdia da USF Aponiã, no período da manhã (equipes Crato e Ouro Preto); b) comparecer a avaliação médica na data agendada e obter parecer médico favorável a prática de exercícios aeróbicos e/ou resistidos de baixa à moderada intensidade; e c) querer fazer parte do projeto voluntariamente.

Dessa forma, aqueles que se achavam motivados a participar do Projeto, passaram por uma série de avaliações e procedimentos de acordo com cada área profissional envolvida. Como resultado teve-se a participação de 30 usuários, os quais foram contemplados com diversas atividades, dentre as quais se destacaram: a) Avaliação médica, antropométrica e nutricional; b) Realização de exames ginecológicos, e intervenções necessárias; c) Triagem e tratamento dentário; d) Acompanhamento farmacoterapêutico, nutricional, morfológico, cardiopulmonar, hemodinâmico e neuromuscular.

A população constituiu-se de 480 (367 hipertensos e 113 diabéticos), usuários do grupo Hiperdia, da USF Aponiã, com moradia nas áreas adscrita às duas equipes Crato e Ouro Preto. A amostra foi formada pelas informações referentes a 30 usuários, participantes das reuniões periódicas na referida Unidade; sendo 05 homens e 25 mulheres, com idade de 53 ± 11 anos, participantes do projeto gente saudável.

Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UNIR e aprovado por meio da Carta 085/2009/CEP/Nusau, obedecendo as normas estabelecidas nas

Resoluções 196/96 e 251/97, do Conselho Nacional de Saúde, as quais regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos.

Para este estudo as informações retiradas das fichas e prontuários dos participantes foram: medidas das dobras cutâneas (verificação do perfil antropométrico a partir da variável Percentual de Gordura Corporal (%GC) variável morfológica), Flexibilidade (FLEX - variável neuromuscular), bioquímico (colesterol e glicemia) e nutricional (informações coletadas por meio do teste de como está à alimentação).

Após a coleta dos dados, procederam-se as seguintes tabulações:

a) Cálculo da densidade corporal (D) homens: dobra cutâneas peitoral (PT), abdominal (AB) e coxa (CX) - equação: $D = 1,10938 - 0,0008267 * (PT+AB+CX) + 0,0000016 * (PT+AB+CX)^2 - 0,0002574 * (Idade)$;

b) Cálculo da densidade corporal (D) mulheres: dobra cutânea tríceps (TR), coxa (CX) e supra ilíaca (SI) - equação: $D = 1,099492 - 0,0009929 * (TR+CX+SI) + 0,0000023 * (TR+CX+SI)^2 - 0,0001392$.

O %GC foi determinado a partir da equação: $\%GC = (4,95/D - 4,50) * 100$. A classificação do %GC se deu de acordo com tabelas específicas, incluindo as categorias: abaixo do normal (até 16% feminino e até 12% masculino), normal (16 a 25% feminino e de 12% a 18% masculino), acima do normal (25% a 33% feminino e de 18% a 25% masculino) e tendência à obesidade (> 33% feminino e > 25% masculino) 24,25.

b) Os dados referentes ao colesterol e à glicemia foram coletados em prontuários da pasta família. Tendo em vista que essas informações eram mais concentradas no acompanhamento de médicos e enfermeiros, por isso eram escassas nos registros do PGS.

c) As informações referentes ao perfil nutricional, disponíveis no PGS foram coletadas por meio do “Teste: como está sua alimentação?” recomendado pelo MS 26. O teste foi aplicado durante avaliação e acompanhamento dietoterápico. Os dados obtidos foram tabulados e classificados de acordo com as recomendações da literatura.

d) Para verificar a flexibilidade o PGS utilizou o “Teste de Sentar e Alcançar de Well’s”, que possui a capacidade de medir indiretamente a flexibilidade da região inferior da coluna lombar, do quadril e a região posterior da coxa. Após o levantamento dos dados procedeu-se a classificação da variável neuromuscular de acordo com o sexo e a idade de cada usuário conforme tabelas propostas pelo ACSM, descritas em literatura específica 25.

Essa fonte de dados reduziu o número de informações, pois determinados dados não foram anotados nos prontuários e/ou arquivos do Projeto. Exemplificando, pode-se destacar os resultados de exames de colesterol que em alguns prontuários constava: “exame de colesterol dentro dos padrões recomendados”, não sendo possível saber o valor apresentado pelo usuário no referido exame.

Após a tabulação das informações, os dados foram classificados individualmente e organizados em tabelas, com valores apresentados em frequência e percentual, para uma melhor compreensão dos resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conhecimento sobre o percentual de gordura corporal (%GC) constitui uma ferramenta importante no acompanhamento dos fatores de risco à saúde. Porque ele é um indicador que aponta para maus hábitos de vida como: a alimentação inadequada e redução das práticas corporais sistemáticas, favorecendo um desequilíbrio nas formas e funções corporais no decorrer do processo do envelhecimento.

No caso dos usuários avaliados verifica-se na tabela 1, que 23,33% encontram-se dentro dos níveis recomendados pela literatura; 33,33% acima do normal e 16,67% com tendência à obesidade. É observado também, que aproximadamente 50% da amostra encontram-se com um fator de risco agravante para a patologia hipertensão arterial e diabetes tipo2 (peso elevado). Além disso, vale salientar, que na literatura específica o excesso de peso corporal é fator de risco para diversas patologias, as quais destacam-se: doenças coronarianas, vários tipos de câncer, derrame, osteoartrite e níveis elevados de colesterol (Nieman, 1999; Powers; Howley, 2000; Pitanga, 2002).

Tabela 1: Frequência e porcentagem do percentual de gordura corporal de acordo com a classificação

Classificação	N.	Porcentagem (%)
Acima do normal	10	33,33
Normal	7	23,33
Tendência à obesidade	5	16,67
Sem informação	8	26,67

Em relação ao colesterol total e frações observou-se que havia registro para 56,67% dos usuários atendidos. Desses 23,33% dos usuários apresentaram resultado desejável para colesterol total, 26,67% dos usuários apresentaram resultado elevado para colesterol HDL e muito elevado para triglicérides. É frequente a associação entre dislipidemia e hipertensão arterial, juntos representam mais de 50% dos riscos atribuíveis a doença arterial coronariana. A abordagem não-medicamentosa, com modificações do estilo de vida, (cuidados alimentares, adequação do peso corporal e prática regular de atividade física) são fatores determinantes na prevenção e terapêutica de patologias relacionadas ao sistema cardiovascular (Brasil, 2006).

Tabela 2: Frequência e porcentagem da classificação do colesterol total, HDL e triglicérides

Classificação	Colesterol total		Colesterol HDL		Triglicérides	
	N.	%	N.	%	N.	%
Desejável	7	23,33	1	3,33	4	13,33
Elevado	4	13,33	8	26,67	3	10,00
Muito elevado	5	16,67	2	6,67	8	26,67
Sem informação	14	46,67	19	63,33	15	46,67

Na tabela a seguir pode-se observar que 56,67% dos usuários atendidos pelo Projeto não são diabéticos, 36,67% são diabéticos e não se obteve informação sobre a patologia no prontuário e/ou arquivo pesquisados referentes a 6,67%.

A literatura tem mostrado que o exercício físico tem sido recomendado como tratamento não farmacológico no controle do diabetes, visando minimizar as alterações estruturais e funcionais nos órgãos afetados pela doença. Algumas evidências indicam que o

exercício pode regular a relação genética do diabetes, minimizando sua incidência (Silva; Carneiro Júnior; Natali; 2009).

Quanto à hipertensão, mais de 96% das pessoas atendidas pelo Projeto são hipertensas. Dessas, além da hipertensão, mais de 34% tem também diabetes, necessitando de maior atenção no cuidado com a saúde. Especialmente em relação à prática de atividade física e hábitos alimentares saudáveis, pois estudos têm demonstrado que exercícios moderados, mesmo sem promover redução de peso, podem positivamente afetar marcadores de glicose e o metabolismo lipídico em adultos que eram sedentários anteriormente (Guedes; Guedes, 1998; Dias; Costa; Schmitz, 2008; Nieman, 1999; Pinho; Petroski, 1999; Silva; Carneiro Júnior; Natali; 2009; Fuchs; Moreira; Ribeiro, 2001; Esteffens, 2002; Rondon; Brum, 2003).

Tabela 3: Caracterização dos participantes da pesquisa segundo a diabetes e hipertensão

Caracterização	N.	Porcentagem (%)
Diabéticos	11	36,67
Não Diabéticos	17	56,67
Sem Informação	2	6,67
Hipertenso	29	96,66
Não hipertenso	1	3,33
Sem Informação	-	-

A tabela 4 está relacionada ao teste aplicado para saber como está a alimentação dos participantes do Projeto, obtendo-se dados de 19 usuários. Desses, 36,67% se enquadraram na pontuação de 29 a 42 pontos obtendo o seguinte resultado: Fique atento com sua

alimentação e outros hábitos como atividade física e consumo de líquidos. A pontuação igual ou maior a 43 pontos obteve 06 Usuários, representando 20% do total e com o seguinte resultado: Parabéns, você está no caminho para o modo de vida saudável. E 6,67%, obtiveram pontuação até 28 pontos, e o resultado que: Precisa tornar seus hábitos de vida e alimentação mais saudáveis assim como dar mais atenção à atividade física (Brasil, 2008c). Diante dos resultados obtidos com a aplicação dos testes observamos que por se tratar de um grupo hipertenso e diabético sua classificação deveria estar em maior ou igual a 43 pontos.

Testes aplicados para identificar como está a ingesta alimentar, como também uma boa anamnese alimentar, podem ajudar a refletir e modificar os hábitos alimentares destes participantes. Segundo o Guia Alimentar para a população Brasileira, o MS quer que todos os Brasileiros tenham uma alimentação saudável associada à prática regular de atividade física. Esses hábitos são fundamentais para manutenção do peso saudável, redução do risco de doenças e melhoria da qualidade de vida (Brasil, 2008b).

As estratégias que envolvem a alimentação e nutrição, como formas de intervenção, tornam-se imprescindíveis a qualquer programa que vise, a partir do princípio da integralidade das ações, elevarem a qualidade de vida da população. A efetividade de políticas de promoção de vida saudável requer a participação dos diversos setores e atores sociais responsáveis e comprometidos com a saúde e qualidade de vida da população brasileira (Barreto et al., 2005).

Tabela 4: Frequência e porcentagem dos usuários segundo pontuação da situação alimentar

Pontuação	N.	Porcentagem (%)
Até 28*	2	6,67
29 a 42**	11	36,67
≥ 43***	6	20,00
Sem Informação	11	36,67

*Precisa tornar a alimentação e os hábitos de vida mais saudáveis.

**Precisa ficar atento a alimentação e outros hábitos como atividade física e consumo de líquidos.

***Está no caminho para um modo de vida saudável

Quanto à variável neuromuscular, verifica-se na tabela a seguir que a maioria dos usuários, 66,67%, apresentou um nível de flexibilidade Muito Fraco e 10% apresentam-se na categoria Fraco. Com isso observou-se que mais de 76% da amostra encontra-se com um grau de flexibilidade inferior ao recomendado, o que pode comprometer a saúde.

A baixa flexibilidade dos músculos flexores do quadril, isquiotibiais e extensores lombares, associada à musculatura abdominal fraca podem causar lombalgias. Os fatores de risco mais destacados são: inatividade física (fator exógeno); envelhecimento, sexo (mulheres são mais flexíveis) e hereditariedade - fatores endógenos (Nieman, 1999; Pitanga, 2000; Kiss, 2003; Heyward, 2004; Pitanga, 2005).

Tabela 5: Frequência e porcentagem da flexibilidade dos usuários de acordo com a classificação

Classificação	N.	Porcentagem (%)
Muito Fraco	20	66,67
Fraco	3	10,00
Regular	5	16,67
Alta	1	3,33
Muito Alta	1	3,33

Por outro lado, foi observado que após seis meses de participação em um programa de atividade física 58% dos usuários apresentaram melhoria no nível de flexibilidade. Esses foram beneficiados em relação à limitação da amplitude de movimento, da estabilidade dos músculos e da plasticidade dos ligamentos e tendões musculares, bem como da postura corporal (Nieman, 1999; Kiss, 2003; Heyward, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo reconhece as dificuldades para se desenvolver as ações multiprofissionais na ESF, especialmente quando realizados por residentes em saúde da família, cujo trabalho é acumulado a outras atividades curriculares, além também da limitação na coleta de informações em prontuários, pois algumas vezes os dados podem não estar descritos adequadamente.

Diante disto, considerou-se importante a implementação de ações interdisciplinares visando uma melhoria no perfil antropométrico (%GC e Flexibilidade), bioquímico e nutricional de usuários do grupo Hiperdia. Tendo em vista que hábitos ativos favorecem o controle do percentual de gordura corporal, melhora a

flexibilidade, o colesterol, o controle da glicemia e da hipertensão arterial sistêmica.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, D. S. A “saúde da família” no sistema único de saúde: um novo paradigma? Escola Nacional de Saúde Pública (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.

ALVES, V. S. Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial. *Interface: Comunicação, Saúde, Educação*. Botucatu, v. 9, n. 16. set./fev. 2005.

BARRETO, S. M. et al. Análise da estratégia global para alimentação, atividade física e saúde, da Organização Mundial da Saúde. *Epidemiol Serv Saúde*. 14 (1): 41-68, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Hipertensão arterial sistêmica para o Sistema Único de Saúde**. Cadernos de Atenção Básica - n. 15 Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus**: Manual de hipertensão arterial e diabetes mellitus. Brasília, 2002a.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Plano de reorganização da atenção à hipertensão arterial e ao diabetes mellitus**: Programa de educação permanente em hipertensão arterial e diabetes mellitus para os municípios com população acima de 100 mil habitantes. Brasília, 2002b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 154, de 24 de janeiro de 2008. **Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF**. Ministério da Saúde. Brasília, 2008a. Disponível em: <www.nescon.medicina.ufmg.br/ceabsf/ambiente/modules/biblio_virtual/bead/imagem/1733.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Prevenção clínica de doença cardiovascular, cerebrovascular e renal crônica.** Cadernos de Atenção Básica - n. 14 Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa Saúde da Família.** Secretaria Executiva. Brasília: 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel: hipertensão avança e atinge 24,4% dos brasileiros.** Edição 73 - abril de 2010. Disponível em: <http://189.28.128.179:8080/svs_informa/edicao-73-abril-de-2010/vigitel-hipertensao-avanca-e-atinge-24-4-dos-brasileiros>. Acesso em: 30 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável/** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar: Como ter uma alimentação saudável (Versão de bolso).** Ministério da saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2008c.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Série A. Normas e Manuais técnicos. **Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008d.

DIAS, P. M.; COSTA, T. H. M.; SCHMITZ, E. A. S. Influência da atividade física na saúde. **R. Bras. Ci e Mov**, vol. 16, n. 1: 107-114, 2008.

ESTEFFENS, R. A. K. O impacto do tratamento clínico associado a programa personalizado de exercícios físicos na osteoporose masculina. **Boletim do NuPAF**, Universidade Federal de Santa Catarina. Ano 8, n. 21, março de 2002.

FUCHS, F.; MOREIRA, W.; RIBEIRO, J. P. Efeitos do exercício físico na prevenção e tratamento da hipertensão arterial: avaliação por ensaios clínicos randomizados. **Rev. Bras. Hipertens.** 2001.

GOMES, M. A.; DUARTE, M. F. S. Efetividade de uma intervenção de atividade física em adultos atendidos pela Estratégia Saúde da Família: Programa Ação e Saúde Floripa – Brasil. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde.** v. 13, n. 1, 2008.

GOMES, M. A.; DUARTE, M. F. S. Orientação de atividade física em Programa Saúde da Família (PSF): estratégias e recomendações. In: DUARTE, M. F. S. et al (org). **Atividade física e saúde: intervenções em diversos contextos.** Florianópolis: UFSC; Salvador: Eduneb, 2009.

GUEDES, D. P.; GUEDES, J. E. R. P. Distribuição de gordura corporal, pressão arterial e níveis de lipídios-lipoproteínas plasmáticas. **Rev. Arq. Bras. de Cardiol.** v. 70, n. 2, 93-98, 1998.

HEYWARD, V. H. **Avaliação física e prescrição de exercício: técnicas avançadas.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KISS, M. A. P. D. **Esporte e exercício: avaliação e prescrição.** São Paulo: Roca, 2003.

KOKUBUN, E. et al. Programa de atividade física em unidades básicas de saúde: relato de experiência no município de Rio Claro-SP. **Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde.** Jan.-abr., 2007.

MARQUES, R. M. & MENDES, A. A política de incentivos do Ministério da Saúde para a atenção básica: uma ameaça à autonomia dos gestores municipais e ao princípio da integralidade? **Cad. Saúde Pública**, 18(Suplemento):163-171, Rio de Janeiro, 2002.

MUNARO, H. L. R.; NAHAS, M. V. Efeitos de uma intervenção educacional de curta duração sobre o nível de atividade física no lazer e hábitos alimentares. In: DUARTE, M. F. S. et al (org).

Atividade física e saúde: intervenções em diversos contextos. Florianópolis: UFSC; Salvador: Eduneb, 2009.

NIEMAN, David C. **Exercício e saúde:** como se prevenir de doenças usando o exercício como seu medicamento. Tradução: Marcos Ikeda. São Paulo: Manole, 1999.

PINHO, R. A.; PETROSKI, E. L. Adiposidade corporal e nível de atividade física em adolescentes. **Arq. Bras. Cardiol.** v. 1, n. 1, 60-68, 1999.

PITANGA, F. J. G. **Teste, medidas e avaliação em educação física e esportes.** Salvador: UFBA, 2000.

PITANGA, F. J. G. **Teste, medidas e avaliação em educação física e esportes.** 4. ed. São Paulo: Phorte, 2005.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício:** teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. Tradução: Marcos Ikeda. 3^a ed. São Paulo: Manole, 2000.

RONDON, Maria U. P. B. e BRUM, Patrícia C. Exercício físico como tratamento não-farmacológico da hipertensão arterial. **Rev. Bras. Hipertens,** v. 10, n. 2, 134-139, abr. 2003.

ROSA, W. A. G.; LABATE, R. C. Programa Saúde da Família: a construção de um novo modelo de assistência. **Rev Latino-am Enfermagem,** 13(6):1027-34, nov-dez; 2005.

SILVA, M. F.; CARNEIRO JÚNIOR, M. A. C., NATALI, A. J. Atividade física e diabetes: uma revisão dos efeitos do exercício na cardiomiopatia diabética. Universidade Federal de Viçosa, **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas,** 2009. Disponível em: <<http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/viewFile/878/947>>. Acesso em: 10 abr. 2010.

SILVA, R. N. A atividade física no contexto da promoção da saúde. In: GUARDA, F. R. B.; MARIZ, J. V. B.; SILVA, R. N. **Atividade física & saúde pública: contribuições e perspectivas**. Recife, 2009.

SOUZA, M. F. O Programa Saúde da Família no Brasil: análise do acesso à atenção básica. **Rev Bras Enferm**, mar-abr; 61(2): 153-8. Brasília, 2008.

INFORMAÇÕES SOBRE AS AUTORAS E AUTORES

Adolfo Mateus Souza de Carvalho é graduando em História pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) nesta mesma universidade.

Andrea Ferreira Gomes é Especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal de Rondônia. Docente de ensino superior nas Faculdades Integradas Aparício Carvalho (Fimca). Colaboradora do estudo.

Célio José Borges é Doutor em Educação Escolar pela Unesp. Professor Associado do Departamento de Educação Física na Universidade Federal de Rondônia.

Cleson Oliveira de Moura é Mestre em Ensino em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de São Paulo. Odontólogo da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Velho, Divisão de Saúde Bucal. Colaborador do estudo.

Deivis Nascimento do Santos é doutorando do Programa de Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre, Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de Rondônia e docente de Língua Portuguesa e suas literaturas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, Campus Porto Velho Calama. É pesquisador do Nehli/IFRO.

Elza Paula Silva Rocha é Professora EBTT na área de Química no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Guajará-Mirim.

Fabiane da Silva Araújo é Técnica em Química pelo IFRO - Campus Porto Velho Calama. Ao longo do Ensino Médio desenvolveu atividades como bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq na modalidade Pibic-EM. Atualmente é acadêmica do curso de Direito da Faculdade São Lucas.

Flávio Batista Simão é Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor Associado da Universidade Federal de Rondônia

George Madson Dias Santos é Mestre em Ciências pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor EBTT na área de Informática do IFRO – Campus Porto Velho Calama.

Iranira Geminiano de Melo é Professora EBTT na área de Educação Física no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, e doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia.

Janaína Kelly Leite Chaves é Mestre em Letras pela Universidade Federal de Rondônia. Técnica em Assuntos Educacionais lotada na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

João Guilherme Rodrigues Mendonça é Doutor em Educação Escolar pela Faculdade de Ciência e Letras de Araraquara (Unesp). Professor da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Joice Lani de Araujo Montenegro é Técnica em Edificações pelo IFRO – Campus Porto Velho Calama. Ao longo do Ensino Médio desenvolveu atividades como bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq na modalidade Pibic-EM. Atualmente é acadêmica do curso de Engenharia Civil da Universidade Federal de Rondônia.

José Henrique dos Santos Nogueira é estudante do Curso Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFRO – Campus Porto Velho Calama. Extensionista do Nedet Rio Machado.

Kaio Alexandre da Silva é Mestre em Informática pela Universidade de Brasília, docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia no Campus Porto Velho Calama e líder do Grupo de Pesquisa em Soluções Tecnológicas (GoTec).

Karolaine Rauana Botelho Fernandes é Técnica em Informática pelo IFRO – Campus Porto Velho Calama. Ao longo do Ensino Médio desenvolveu atividades de Iniciação Científica como Bolsista CNPq (Pibic-EM).

Leonardo Felizardo Ferreira é graduado em História pela Universidade Federal de Rondônia, Técnico em Assuntos Educacionais no IFRO - Campus Porto Velho Calama e pesquisador do Nehli/IFRO.

Lívia Catarina Matoso dos Santos Telles é Mestre em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Pedagoga Orientadora do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama e doutoranda em Educação Escolar pela Universidade Federal de Rondônia.

Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves é Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília. Professor do Ensino Básico, Técnico Tecnológico da Universidade Federal de Rondônia.

Marcélia Letícia Bazilio Castro da Silva é acadêmica do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IFRO – Campus Porto Velho Calama. É colaboradora voluntária de pesquisa e do Núcleo de Estudos Históricos e Literários – Nehli/IFRO.

Márcia Letícia Gomes é Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande. Professora EBTT do IFRO – Campus Porto Velho Calama. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Históricos e Literários – Nehli/IFRO.

Matheus Magalhães Paulino Cruz é Técnico em Informática pelo IFRO – Campus Porto Velho Calama. Técnico Administrativo em Educação na área de TI nesta mesma instituição. Foi Colaborador Voluntário de Pesquisa.

Melissa Reis Martins é Técnica em Química pelo IFRO – Campus Porto Velho Calama. Ao longo Ensino Médio desenvolveu atividades como bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq na modalidade

Pibic-EM. Atualmente é acadêmica de Direito da Faculdade São Lucas.

Patrícia Pereira da Silva é Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Rondônia. Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Rondônia.

Pedro Rammom dos Santos Silva é Técnico de Informática formado pelo IFRO - Campus Porto Velho Calama. Foi bolsista Pibic-EM e Extensionista do Nedet Rio Machado e pesquisador do Nehli/IFRO.

Raaby Liandry de Souza Teixeira é Técnica em Informática pelo IFRO - Campus Porto Velho Calama. Acadêmica do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistema. Foi bolsista de Iniciação Científica (Pibic-CNPq) no projeto Desenvolvimento e Reterritorialização: a Nova Mutum-Paraná.

Rodrigo Fernando Roca Costa é acadêmico do curso de Análise e Desenvolvimento de Sistemas no IFRO - Campus Porto Velho Calama. Bolsista de Iniciação Científica do CNPq (Pibic-CNPq).

Rodrigo Leonardo de Sousa Oliveira é Doutor em História pela UFMG, com estágio pós-doutoral pela Universidade Nova de Lisboa - Portugal. Professor efetivo do Instituto Federal de Rondônia - Campus Porto Velho Calama. Pesquisador do Núcleo de Estudos Históricos e Literários do IFRO.

Roseli Ferreira Lima de Oliveira é Acadêmica do curso de Educação Física da Universidade Federal de Rondônia, Bolsista de iniciação científica naquela instituição. Atuou como colaboradora voluntária.

Sérgio Abner Alencar de França é graduando em História na Universidade Federal de Rondônia - UNIR - e bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) nesta mesma universidade.

Sônia Maria Gomes Sampaio é Doutora em Educação Escola pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Mestrado Acadêmico em Estudos Literários e do Mestrado Acadêmico em Letras da Universidade Federal de Rondônia. Membro do Conselho estadual de Educação.

Tadisson Silva de Souza é Técnico em Informática pelo IFRO – Campus Porto Velho Calama. Foi bolsista de Iniciação Científica (Pibic-EM) no projeto Desenvolvimento e Reterritorialização: a Nova Mutum-Paraná.

Tiago Lins de Lima é Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Também é acadêmico de Direito nesta mesma universidade. Analista de Tecnologia da Informação do IFRO – Campus Porto Velho Calama.

Verônica Aparecida Silveira Aguiar é Doutora em História pela USP e atua como Professora Adjunta no Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia e do Programa de Mestrado Profissional em Rede Nacional em História – ProfHistória. Membro do Grupo de Pesquisa Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa do Imaginário Social. Editora-chefe da Revista Labirinto da UNIR.

Waleska Juracy Araújo de Lima é discente do curso de Licenciatura em Física no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Campus Porto Velho Calama, foi bolsista de iniciação científica (Pibic-EM e Pibic-CNPq).

Walquíria da Costa Batista é Especialista em Saúde da Família pela Universidade Federal de Rondônia. Médica da Casa de Saúde Santa Marcelina. Colaboradora do estudo.

Xênia de Castro Barbosa é Doutora em Geografia pela UFPR. Docente do IFRO – Campus Porto Velho Calama e do Programa de Mestrado em Rede Nacional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT. É líder do Núcleo de Estudos Históricos e Literários – Nehli/IFRO.